



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Habilitação Única: Bacharelado e Licenciatura em História

FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2006

SUMÁRIO

Apresentação.....	03
1. A Contextualização do Curso de Graduação em História da UFSC.....	06
1.1 A Criação do Curso de Graduação em História na UFSC.....	15
1.2 Concepção e Implantação da Última Reforma Curricular – 1991.....	16
1.3 As Novas Necessidades – 1999.....	18
2. As Bases Legais do Projeto Político Pedagógico.....	20
3. A Concepção Teórico- Metodológica do Curso de Graduação em História.....	21
4. O Perfil Profissional.....	29
5. Metas e Objetivos do Curso de Graduação em História.....	31
5.1 Competências e Habilidades Gerais.....	31
5.2 Competências e Habilidades Específicas.....	32
6. A Estrutura do Curso de Graduação em História.....	34
6.1 A Organização Curricular.....	37
7. Os Conteúdos Curriculares do Curso de Graduação em História.....	43
7.1 Núcleo do Conteúdo Específico.....	43
7.2 Núcleo dos Conteúdos Pedagógicos.....	45
7.3 Núcleo da Prática Profissional.....	45
7.4 Núcleo do Conteúdo Complementar.....	49
7.5 Núcleo das Atividades Complementares.....	49
8. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso e das Atividades Complementares do Curso de Graduação em História.....	50
9. A Matriz Curricular do Curso de Graduação em História.....	56
9.1 A Organização das Disciplinas em Fases.....	62
10. Os Programas das Disciplinas do Departamento de História.....	64
10.1 Programas das Disciplinas Obrigatórias de Conteúdo Específico e de Prática de Pesquisa do Curso de Graduação em História.....	64
10.2 Programas das Disciplinas Optativas de Prática como Componente Curricular em Laboratório de Ensino de História.....	87
10.3 Programas das Disciplinas Pedagógicas e Estágio Supervisionado.....	97
10.4 Disciplinas Optativas de Conteúdo Especializado de História.....	110
10.5 Disciplinas Oferecidas aos Cursos da UFSC.....	112
11. As Formas de Avaliação do Curso de Graduação em História.....	113
11.1 A Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem.....	113
11.2 A Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação.....	115
12. As Necessidades Urgentes para Implantação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em História.....	117
13. Portaria de Aprovação do PPP de História (Portaria nº 246/PREG/2006).....	120

APRESENTAÇÃO

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em História – habilitação única: Bacharelado e Licenciatura – da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi formulado pela Comissão designada pela Portaria nº 019/CFH/04 de 23 de abril de 2004, do Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas¹, discutido e aprovado com propostas de alteração pelo Colegiado Departamental em 31 de maio de 2005, pela Assembléia de Curso (professores, estudantes e técnico-administrativos) em 17 de agosto de 2005 e pelo Colegiado de Curso em 15 de maio de 2006. Após a anuência dos Departamentos de Ensino envolvidos e a homologação na Câmara de Ensino, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFSC, pela **Portaria nº 246/PREG/2006 de 09 de novembro de 2006**, aprovou o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o novo currículo para o Curso de Graduação em História.

Esse projeto propõe mudanças significativas tanto na forma de organização do Curso quanto nas condições de trabalho e de ensino existentes, levando em conta as demandas e propostas de professores e estudantes, associações científicas, comunidade acadêmica e da própria sociedade, além das determinações legais definidas pelos pareceres e resoluções da UFSC, do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior.

Sabemos, em princípio, da dificuldade de encerrarmos um currículo de História nos limites de uma teoria, de uma prática e de uma técnica objetiva, precisa e rígida. De acordo com a própria Resolução CNE/CES nº. 13, “não é possível tentar esgotar a totalidade do campo percebido para os estudos da História no âmbito de um Curso de Graduação, cuja duração deve obedecer a limites de ordem prática e relativos aos custos aceitáveis na formação do especialista”.

Ademais, as Ciências Humanas, no que é próprio de sua investigação, vivem uma crise geral. Precisáramos de um esforço sobre-humano para constituir um Curso

¹Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso de História designada pela portaria nº. 019/CFH/04 de 23/04/04, do Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Prof. Rogério Luiz de Souza (Presidente e Relator), Profa. Liane Maria Nagel, Profa. Roselane Neckel, Prof. João Klug, Profa. Maria de Fátima Fontes Piazza, Prof. Henrique Luiz Pereira Oliveira, Prof. Paulo Pinheiro Machado e acadêmicos do Centro Acadêmico Livre de História.

aglutinador de domínios e de métodos tão diversos quanto são nossos desejos e vontades particulares. Todavia, insistimos – e isso ratifica a existência deste Curso – na necessidade de encorajar o formando a praticar, segundo Marc Bloch, o “Ofício de Historiador”. E este ofício precisa ser posto ao alcance do formando de História por meio de um Curso que o converta em um historiador crítico e consciente da sua opção teórico-metodológica e de sua prática de ensino, pesquisa e difusão. Parece-nos claro que há necessidade em se conjugar conhecimento de conteúdo com prática de pesquisa, ensino e difusão. Afinal, para Bloch, a obrigação do historiador é esclarecer e difundir, “saber falar aos doutos e aos escolares”.² O historiador, particularmente, acumula um papel profissional na sociedade que lhe exige, ou mesmo o obriga, a ser, ao mesmo tempo, docente e pesquisador, haja vista a contínua redefinição do entendimento histórico, dos seus objetos e da produção bibliográfica na área. Ele deve ter o domínio da natureza deste conhecimento e das práticas essenciais de sua produção e difusão. A formação do profissional de História se fundamenta no exercício destas práticas. “Pesquisar” e “ensinar” são objetivos caros e indissociáveis ao seu ofício.

Por isso, a reflexão crítico-analítica, as atividades de extensão e as demais práticas de ensino e pesquisa devem estar em todas as etapas do processo de formação do historiador, fundada no conhecimento da produção historiográfica existente, no trabalho de pesquisa constante e na instrumentação para o exercício da profissão. Portanto, convém considerarmos dois caminhos estratégicos no fazer do Curso de História: o primeiro delimitado ao estudo crítico-reflexivo daquilo que é caminho batido do conhecimento teórico-empírico já produzido, e o segundo aberto ao espetáculo do novo e do desconhecido, revelado somente através da prática da pesquisa – ao se freqüentar arquivos, visitar monumentos, ler a carta que resiste ao tempo, ouvir lembranças, olhar curiosamente para a rua, reconstruir a História a partir do seu lugar social de atuação profissional – e através da prática de ensino – ao se repensar o conhecimento adquirido e pesquisado, entender o processo de assimilação do conhecimento, analisar o material didático produzido, conhecer o universo escolar, elaborar material de apoio.

Nesse sentido, o Curso de História deve proporcionar aos seus integrantes (formandos e formadores) a experiência de mergulhar realmente na imensidão do tempo histórico a fim de se poder sentir o frescor de uma paisagem colonial exuberante, porém tão paulatinamente modificada por determinados sujeitos históricos; nomear mulheres, homens,

²BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 41.

crianças, trabalhadores, idosos, índios e negros ainda esquecidos e excluídos da produção histórico-apologética; revelar os movimentos sociais que se constituem também como força desencadeadora de processos; e embasar técnica, teórica e empiricamente o trabalho de desconstrução dos saberes firmados e dos poderes constituídos na sociedade. E, deste modo, todos estaremos convidados a colaborar na descoberta de soluções para os problemas que hoje enfrentamos, sem cairmos na ingenuidade de querer fornecer a receita definitiva do destino da humanidade.

Ademais, o historiador em formação não deve mais se sujeitar a recolher restos e sobras de um conteúdo pretensamente fixo e habilitar-se a ser um mero transmissor de conhecimento. Superadas as doutrinas rígidas, deve, mergulhado na teoria e na prática, submeter-se constantemente a novas discussões e abrir o leque de suas interrogações e conclusões. Isso permite reclamar para si uma prática de ensino e de pesquisa criativa e o benefício de uma visão larga, crítica e intuitiva.

Não obstante, o êxito que queremos dependerá mesmo desta prática e desta visão, construídas a partir de nossas experiências e diferenças teórico-metodológicas. A tendência é, portanto, enveredar por um caminho que comporte além do conteúdo histórico/historiográfico as nossas preocupações com a prática profissional da docência, da pesquisa e da difusão.

1. A CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Desde 1991, o Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina oferece aos estudantes a possibilidade de se formarem simultaneamente em duas diferentes habilitações: no Bacharelado e na Licenciatura. Esse diferencial aumentou as possibilidades de inserção do formando no mercado de trabalho. Depois de formado, o historiador pode seguir um curso de mestrado ou doutorado, lecionar para os ensinos médio e fundamental, fazer pesquisas para instituições públicas e privadas, dar assessoria histórica para filmes e outros projetos, além de incrementar o turismo cultural. O Curso vem tendo especial interesse em ser o espaço da produção de conhecimento e da crítica social, onde se pode discutir o movimento histórico como resultado dos jogos de poder, das resistências sociais e da criação do imaginário. Além disso, têm-se buscado conciliar os métodos teóricos e clássicos às novas práticas tecnológicas.

Os professores do Departamento de História são responsáveis ainda por várias disciplinas ministradas em diferentes cursos da UFSC, a saber: Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Geografia, Pedagogia, Serviço Social e, recentemente, Cinema e Secretariado Bilíngüe.

Os 09 Laboratórios e 02 Núcleos de Estudos existentes no Curso agrupam projetos de pesquisa e extensão de professores e estudantes de Graduação e Pós-Graduação e, aos poucos, aparecem como espaços privilegiados para a prática de ensino, a produção de material didático e a aplicação de novas tecnologias. O Mestrado (1975) e o Doutorado (1998) em História são também uma realidade do nosso Departamento que exige cada vez mais dos nossos docentes. Só no ano de 2003, 05 professores foram credenciados ao Programa de Pós-Graduação em História, os quais desempenham atividades de ensino, pesquisa e orientação. Em 2005 foram credenciados mais 02 professores, apertando ainda mais o cinto, porém beneficiando o Departamento como um todo (Graduação e Pós-Graduação) já que permite maior qualidade na atividade docente e estreita ainda mais os laços ensino/pesquisa/extensão. Atualmente, somente 01 dos 23 professores do Departamento ainda não está credenciado no Curso de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado).

Isso foi possível, é claro, graças à política de capacitação adotada pela UFSC, que garante ao Departamento de História apresentar para 2006 o índice de 100% de professores titulados em nível de doutorado. Essa condição positiva que alcançamos, todavia, revela nossa sobrecarga de atividades e, por conseguinte, a carência de professores no quadro de efetivos.

Os professores do Programa da Pós-Graduação em História estão agrupados atualmente em quatro linhas de pesquisa. O foco principal destas pesquisas - e mesmo da formação em nível de Pós-Graduação dos professores do Departamento - é a História Social e Cultural, porém compreendendo diversas temáticas e diversas perspectivas teórico-metodológicas. As linhas de pesquisa são:

1. TRABALHO, SOCIEDADE E CULTURA - Ementa: Os trabalhadores são o objeto central das investigações desta linha de pesquisa que pretende desenvolver uma reflexão acerca da diversidade da constituição desses sujeitos históricos. Para além das formas de organização e dos "mundos do trabalho" que recortam o seu quadro geral, suas interrogações devem abarcar dois eixos principais. Por um lado, a diversidade das experiências dos trabalhadores, expressa na pluralidade de suas culturas, linguagens, tradições e identidades (de classe, religião, etnia, gênero, território e outras). Por outro lado, a indagação sobre as formas e sentidos de suas associações, não apenas as organizações formais e os movimentos sociais institucionalizados e suas lutas de caráter explicitamente político, mas também sobre todo o conjunto de ações coletivas, formas de sociabilidade e solidariedade, alianças e conflitos que, muitas vezes, foram considerados menos relevantes e dignos de atenção, mas que são tomados aqui como fundamentais para uma reconstituição mais rica e aprofundada do universo dos trabalhadores, buscando decifrar os mecanismos de exclusão social e as estratégias de inclusão política que estavam no horizonte de suas experiências históricas. Estes eixos contemplam um amplo quadro de possibilidades de pesquisa, que abrange além do estudo sobre trabalhadores fabris, a diversidade das experiências, solidariedades e conflitos implicados no trabalho livre e escravo, assim como no trabalho doméstico, agrícola e autônomo. Professores envolvidos: Dr. Adriano Luiz Duarte, Dr^a. Beatriz Gallotti Mamigonian, Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho, Dr^a. Patrícia Santos Schermann, Dr. Paulo Pinheiro Machado, Dr^a. Renata Palandri Sigolo e Dr. Waldir José Rampinelli.

2. MIGRAÇÕES, CONSTRUÇÕES SÓCIO-CULTURAIS E MEIO-AMBIENTE - Ementa: Propõe-se a discutir as interpretações e analisar as recriações sócio-culturais de imigrantes e migrantes, quando do seu estabelecimento em novas terras e regiões, percebendo as dimensões históricas do contato das populações nativas e o "outro". Estudar os discursos oficiais e não oficiais construídos sobre o indígena histórico e suas implicações no tempo presente. A partir da metodologia da História Oral refletir acerca da memória coletiva e individual, analisando os mecanismos de memória. Com os métodos e instrumentos da Etno-história, perceber a criação de fatores que levam à (re)elaboração de identidade e afirmação étnica, descortinando as implicações e os aspectos decorrentes das relações inter-étnicas. Analisar as relações humanas com o meio circundante, em sua dimensão natural, social, cultural, econômico e político, na construção de suas identidades. Professores envolvidos: Dr^a. Eunice Sueli Nodari, Dr^a. Ana Lúcia Vulfe Nötzold, Dr. João Klug e Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma.

3. ARTE, MÍDIA E POLÍTICAS CULTURAIS - Ementa: Abordagem de acontecimentos artísticos seja a vida de uma personagem artística, um movimento artístico ou uma obra de arte, ou de linguagens, suportes e produtores culturais, tais como o cinema, fotografia, o jornal, a literatura, o rádio, a televisão, o vídeo, ou ainda, de processos de propaganda e de criação de memórias, identidades e representações, através das políticas de preservação e patrimônio públicos e das questões do turismo cultural. As implicações metodológicas entrelaçam as práticas sócio-culturais no campo da estética e da cultura imagética e midiática com políticas culturais. Professores Envolvidos: Dra. Liane Maria Nagel, Dr^a. Maria Bernardete Ramos e Dr^a. Maria de Fátima Fontes Piazza.

4. RELAÇÕES DE PODER E SUBJETIVIDADES - Ementa: Nesta linha de pesquisa buscamos refletir sobre as relações de poder na construção de subjetividades e discursos que permeiam as relações sociais na história a partir de quatro recortes temáticos: 1. Investiga-se o gênero como componente cultural e histórico nos eventos e nos movimentos sociais, focalizando a constituição de subjetividades hierarquizadas e suas interfaces com outras categorias das relações sociais tais como classe, etnia e geração. 2. Estudam-se as interações humanas e históricas com o meio ambiente, nos movimentos sociais, nas formulações preservacionistas, ecológicas e do etno-conhecimento, privilegiando perspectivas que enfoquem a diversidade das relações sociais. 3. Pesquisa-se

as relações entre os sujeitos individuais e suas afetividades com as suas práticas políticas e sociais. Entende-se que a dimensão afetiva dos indivíduos, seus sentimentos e paixões, se traduz numa certa maneira (política) de estar no mundo. 4. Aborda-se o papel das instituições religiosas e das vivências do religioso intentando descortinar os contextos sócio-culturais forjados pelas relações de poder e a aprofundar o debate em torno da produção e apropriação de subjetividades. Professores envolvidos: Dr^a. Cristina Scheibe Wolff, Dr^a. Joana Maria Pedro, Dr^a. Roselane Neckel, Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma, Dr^a. Cynthia Machado Campos, Dr. Valmir Francisco Muraro, Dr. Artur César Isaia e Dr. Rogério Luiz de Souza.

Hoje, podemos dizer que a produção do Departamento de História, em termos de pesquisa (incluindo dissertações de mestrado, teses de doutorado, trabalhos de conclusão de curso, artigos, livros e outras publicações), centra-se nas seguintes áreas temáticas: 1) *Imigrações* – estudos que se centram, em sua maioria nas identidades étnicas e conflitos gerados a partir destas identidades e do estabelecimento destes imigrantes no Sul do Brasil. 2) *Migrações* – estudos sobre vários aspectos sócio-culturais decorrentes das migrações do RS para SC, e do campo para a cidade, especialmente em SC. 3) *Meio Ambiente* – estudos que focalizam as relações entre sociedade e meio ambiente na história. Há produção sobre Santa Catarina, Paraná e sobre a Amazônia. 4) *Religiões e Religiosidades* – estudos voltados às expressões religiosas e à influência da religião do ponto de vista cultural na sociedade brasileira; as pesquisas desenvolvidas também abordam o fenômeno religioso como lugar da resistência social e da reprodução do poder. 5) *Saúde e Medicina* – estudos sobre a história da saúde, das instituições hospitalares, das práticas de cura. 6) *História indígena* – estudos sobre a história de grupos indígenas e de sua interação com a sociedade brasileira abrangente. 7) *Gênero e História das mulheres* – estudos sobre história das mulheres em diversas partes do país, especialmente na região sul, sobre as construções e representações de gênero, sobre masculinidade, práticas de saúde reprodutiva, interações entre gênero, etnias, gerações e classes sociais. 8) *Trabalhadores e Movimentos Sociais* – estudos sobre a história de movimentos sociais específicos ou abrangentes. 9) *Escravidão e Afrodescendentes* no Brasil e em Santa Catarina. 10) *Vídeo, Cinema e Multimídia* – estudos sobre a produção de vídeos e cinematográfica em seus contextos históricos, produção de vídeos e de livros eletrônicos didáticos e de divulgação científica. 11) *Artes e Políticas Culturais* – estudos sobre os movimentos artísticos ou de suportes e produtores culturais ou

de processos de propaganda e de criação de memórias, identidades e representações, através das políticas de preservação e patrimônio públicos e das questões do turismo cultural.

Esta produção em grande parte é realizada nos Laboratórios e nos Núcleos de Estudos, envolvendo professores, técnico-administrativos, estudantes de Graduação e de Pós-Graduação. Apresentamos, abaixo, a relação dos 09 Laboratórios e 02 Núcleos de Estudos com seus respectivos integrantes:

Laboratório de História Indígena

Profa. Dra. Ana Lúcia Vulfe Nötzold (coordenadora)

E-mail: labhin@cfh.ufsc.br

<http://www.cfh.ufsc.br/~labhin>

Telefone: (48) 3331-9642

Laboratório de História, Arte e Multimídia

Profa. Dr^a. Maria Bernardete Ramos (coordenadora)

Profa. Dr^a. Maria de Fátima Fontes Piazza

E-mail: labhmm@cfh.ufsc.br

<http://www.cfh.ufsc.br/labhmm>

Telefone: (48) 3331-8212

Laboratório de História Oral

Profa. Dra. Liane Maria Nagel (coordenadora)

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma

E-mail: lianevr@zaz.com.br

Telefone: (48) 3331-8611

Laboratório de História, Saúde e Sociedade

Profa. Dra. Renata Palandri Sigolo (coordenadora)

E-mail: labhiss@cfh.ufsc.br

<http://www.cfh.ufsc.br/~labhiss>

Telefone: (48) 3331-8216

Laboratório de Estudos de Gênero e História

Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (coordenadora)

Profa. Dra. Cynthia Machado Campos

Profa. Dra. Joana Maria Pedro

Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma

Profa. Dra. Maria Bernardete Ramos

Profa. Dra. Maria de Fátima Fontes Piazza

Profa. Dra. Roselane Neckel

E-mail: leg@cfh.ufsc.br

<http://www.cfh.ufsc.br/~leg>

Telefone: (48) 3331-9606

Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte

Profa. Dra. Ana Lize Brancher

Profa. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian (coordenadora)

Prof. Dr. Henrique Espada Lima Filho

Profa. Dra. Patrícia Santos Schermann

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli

E-mail: labhstc@cfh.ufsc.br

<http://www.labhstc.ufsc.br>

Telefone: (48) 3331-8611

Laboratório de Imigração e Migração

Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari

Prof. Dr. João Klug (coordenador)

E-mail: labimi@cfh.ufsc.br

<http://www.cfh.ufsc.br/~labimi>

Telefone: (48) 3331-8216

Laboratório de Pesquisa em Imagem e Som

Prof. Dr. Henrique Luiz Pereira Oliveira (coordenador)

Técnico-administrativos envolvidos: Paulo Henrique Gonçalves (setor de edição de vídeos) e Sérgio Leonardo Brenner (setor de gravação de áudio e vídeo)

E-mail: lapis@cfh.ufsc.br

<http://www.lapis.ufsc.br>

Telefone: (48) 3331-9246

Laboratório de Religiosidade e Cultura

Prof. Dr. Artur César Isaia

Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza (coordenador)

E-mail: larc@cfh.ufsc.br

<http://www.cfh.ufsc.br/~larc>

Telefone: (48) 3331-8629

Núcleo de História e Linguagens Políticas

Profa. Dra. Cynthia Machado Campos (coordenadora)

E-mail: cynthia@cfh.ufsc.br

Telefone: (48) 3331-9673

Núcleo de Estudos de História da América Latina

Profa. Dra. Ana Lize Brancher

Prof. Dr. Waldir José Rampinelli (coordenador)

E-mail: rampinelli@brturbo.com.br

Telefone: (48) 3331-9673

Consideramos ainda relevante dizer que atualmente muitos dos professores do Departamento, inclusive por sua atuação na Pós-Graduação e em pesquisas, mantêm fortes intercâmbios com outras Universidades brasileiras e estrangeiras e com Associações Científicas, que incluem pesquisas conjuntas, convênios, cargo de direção das Associações Científicas, participação em grupos de pesquisa e conselhos de revistas especializadas, organização de eventos, participação em bancas e publicações conjuntas. Na própria UFSC existem grupos interdisciplinares de pesquisa, discussão, publicação, dos quais participam professores do Departamento. Alguns também se destacam por sua atuação na mídia, concedendo entrevistas e publicando análises e artigos em jornais.

Além do quadro profissional efetivo, contamos com professores recém-doutores, colaboradores e aposentados, atuando no ensino, na pesquisa e na extensão. E apesar das dificuldades, ainda são organizadas e editadas as revistas “Fronteiras” do Departamento de História/Associação Nacional de História-SC e “Esboços” do Programa de Pós-Graduação em História. A existência dessas revistas é dirigida tanto aos colaboradores internos quanto aos externos, servindo de veículo de publicação do debate acadêmico-científico.

O Programa de Pós-Graduação em História

O Programa de Pós-Graduação em História da UFSC (PPGH) está organizado de modo a prever uma articulação permanente com o Curso de Graduação. Essa articulação é prevista de forma explícita pelo Regulamento do Programa, que através já de suas “Disposições Preliminares” prevê objetivos voltados prioritariamente para a capacitação profissional, quer se trate da relativa aos docentes já atuantes em cursos de Graduação em IES, quer se trate do corpo discente em formação em nossa Universidade, quer se trate ainda do contato previsto entre a Universidade e a rede de ensino médio e fundamental.

Estabelecendo já, o Regulamento do Programa, a articulação com o Curso de Graduação, como meta possível e desejável, a estrutura organizacional do PPGH prevê uma série de situações onde a mesma pode se fazer de maneira explícita. Em se tratando de atividades já implementadas na direção de uma integração com o Curso de Graduação, podemos de imediato perceber que o Programa tem se envolvido para capacitar docentes atuantes em cursos de Graduação nas diversas IES de SC e do país (os números relativos às defesas de Mestrado e Doutorado falam por si). Por outro lado, estudantes egressos do nosso PPGH têm sido admitidos como docentes em diversas IES particulares e públicas.

O Programa tem se empenhado na criação/manutenção dos Laboratórios do Departamento, como locais de efetiva produção do conhecimento histórico. Os Laboratórios integram praticamente todos os docentes. Eles reúnem estudantes do Curso de Graduação, que, como bolsistas ou não, encontram um local de efetiva vivência no campo da prática da pesquisa, ensino e difusão, nela se iniciando de forma mais direta. Além dos Laboratórios, a articulação do PPGH com o PET tem aumentado nos últimos anos. Quer seja na programação de eventos comuns, quer seja no atendimento às demandas do mesmo, colaborando para viabilizar as suas atividades.

Através da sua Comissão de Gerência, o Programa tem atendido, na medida do possível, os pedidos de estudantes do Curso de Graduação, tendo em vista sua participação em eventos ou viagens de pesquisa (de maneira prioritária tem se atendido às demandas dos estudantes vinculados diretamente a Projetos de Pesquisa dos docentes que fazem parte do Colegiado. Um exemplo recente foi a participação do PPGH no financiamento à viagem de estudantes e professores do Curso de Graduação à região das Missões Jesuíticas no RS e na mostra fotográfica daí resultante).

Um outro fator de integração é o Estágio de Docência, no qual os estudantes do Mestrado e Doutorado atuam não só no Curso de Graduação de nossa Universidade, mas também em outras IES, abrindo-se agora, inclusive, a possibilidade de atuação na rede pública de ensino fundamental e médio. Além da presença regular dos mestrandos e doutorandos em sala de aula do Curso de Graduação, os mesmos são convidados, extraordinariamente, para lá socializarem os resultados parciais de suas pesquisas e participarem de bancas de TCC.

Igualmente, tem-se admitido um bom número de estudantes do Curso de Graduação como alunos especiais nas disciplinas oferecidas pelo nosso PPGH, desde que haja manifestação a favor do professor responsável.

Contudo, muito se precisa avançar na direção de uma efetiva integração com o Curso de Graduação. Primeiramente, devemos pensar no aprofundamento dessa integração nas atividades já existentes, após isso, planejar atividades comuns, nas quais docentes e discentes aprofundem uma vivência comum com a pesquisa/ensino. A estrutura organizacional do PPGH e a real presença de seus docentes no Curso de Graduação permitem que se caminhe nessa direção. Por outro lado, atualmente, temos um membro do Colegiado que atua junto ao Colégio de Aplicação de nossa Universidade, o que facilitaria uma inserção maior no ensino médio e fundamental, experiência que poderia ser estendida à rede pública de ensino.

O Programa de Educação Tutorial - PET

O PET-História da UFSC consiste, fundamentalmente, num grupo de estudos e discussões, que desenvolve atividades nos campos de pesquisa, ensino e extensão, procurando complementar a formação dos estudantes participantes e dar um retorno à Graduação e à comunidade. O grupo PET-História, e por posição nacional os grupos PET em geral, tem como um de seus objetivos contribuir para uma melhor formação dos graduandos. Dentro de suas limitações, faz isso abrindo as atividades e discussões à participação de todos os estudantes do Curso de História. Além disso, realiza outras atividades, visando: a) divulgar, discutir e analisar as atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Departamento de História, através da promoção de conferências, da edição do jornal “Sem Consenso”, de programa a ser veiculado em TV e da edição do Caderno de Resumos das Monografias de Trabalho de Conclusão de Curso, defendidas pelos Graduados no Curso de História; b) aprofundar a formação interdisciplinar, promovendo debates e conferências com profissionais de outras ciências humanas e áreas afins; e c) promover a reflexão sobre Patrimônio Histórico-Cultural, memória, cidadania e aprofundamento do estudo do Brasil através de viagens de estudos.

O Centro Acadêmico Livre de História - CALH

O Centro Acadêmico Livre de História é a instituição que representa as necessidades da maioria dos discentes do Curso. O C.A.L.H é a entidade de representação dos estudantes dentro do Departamento de História e faz parte do Movimento Estudantil Nacional.

No processo de funcionamento do Departamento, os representantes do Centro Acadêmico Livre de História auxiliam os professores a avaliar e repensar o andamento do Curso, pois, como o outro lado do processo de ensino aprendizagem, percebem as deficiências e virtudes que em geral os professores não percebem. Por isso, ele atua como antítese que prevê um processo harmonioso, auxiliando na politização quanto às questões do Curso e da profissão, ajudando na organização e realização de eventos e projetos acadêmicos do C.A.L.H. e apoiando os estudantes da Graduação na participação em eventos para comunicação de trabalhos e publicação dos mesmos. Desde 2003, vem realizando e organizando a “Semana de História”, envolvendo professores do Departamento, estudantes da graduação, movimentos sociais e outros.

1.1 A CRIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA NA UFSC

O nascimento do Curso de Graduação em História no Estado de Santa Catarina está ligado à Faculdade Catarinense de Filosofia - “instituto livre de ensino superior” -, fundada em 8 de setembro de 1951, por iniciativa de professores da Faculdade de Direito e da Direção do Colégio Catarinense. Entretanto, devido à falta de espaço físico e de um corpo docente qualificado, somente em 29 de janeiro de 1955, a Faculdade Catarinense de Filosofia publicou o edital nº 01 para inscrição ao “concurso de habilitação”, para a matrícula inicial aos cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas e Letras Anglo-Germânicas. O corpo discente fundou o Centro Acadêmico “Oito de Setembro”. E a autorização para o funcionamento do primeiro Curso de História de Santa Catarina foi concedida pelo Decreto nº 36.658 de 24 de dezembro de 1954.

Em 1957, o Curso de Geografia e História foi desmembrado em dois cursos distintos: um de Geografia e um de História, criando-se a oportunidade dos estudantes optarem por um dos dois ou permanecerem com os dois cursos. Com relação ao Curso de História, as disciplinas ministradas foram as seguintes: História Antiga [restringia-se à Grécia]; História do Brasil; História da América e História Contemporânea; e, ocasionalmente, Cultura Ibérica. As disciplinas pedagógicas, indispensáveis à formação do professor, eram Didática Geral e Específica, Fundamentos Sociológicos da Educação e Fundamentos Biológicos da Educação.

No princípio da década de 1960, a Faculdade Catarinense de Filosofia é incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina, bem como, o seu quadro docente. O Decreto nº 46.266 de 26 de junho de 1959 já havia antecipado e reconhecido o curso de História na UFSC. A partir da organização universitária, coube apenas ajustar o corpo docente da Faculdade de Filosofia ao modelo da Faculdade Nacional de Filosofia. Eram ministrados os conteúdos de História do Brasil, História Antiga e Medieval, Antropologia Física e Etnografia do Brasil. Reside aqui, um momento de grande esforço do corpo docente em organizar a bibliografia das disciplinas e, conseqüentemente, desenvolver o binômio ensino-pesquisa. A partir dessa concepção de Universidade em que o ensino é indissociável da pesquisa, deu-se ênfase à pesquisa arqueológica, impulsionando a Arqueologia catarinense.

1.2 CONCEPÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA ÚLTIMA REFORMA CURRICULAR – 1991

A última reforma curricular, implementada a partir de 1991, viabilizou um conjunto de preocupações e projetos, resultantes de um acúmulo de discussões no final da década de 1980. Inicialmente partiu-se para a formulação de um perfil de profissional que se desejava formar. Neste debate, foram de importância destacada as discussões curriculares promovidas pela ANPUH (Associação Nacional de História) e as experiências de reformas curriculares em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O processo de elaboração das concepções e da grade curricular não ficou restrito ao Colegiado de Curso, houve participação decisiva do Centro Acadêmico de História, de outros professores do Departamento de História e de professores de outros Departamentos que oferecem disciplinas para o Curso.

Chegou-se a um denominador comum quando se elegeu um perfil de profissional a ser formado, que agregaria, num mesmo processo de formação, um profissional crítico e preparado, ao mesmo tempo, para a docência e a pesquisa. A unificação das habilitações - licenciatura e bacharelado - foi vista como um meio de recuperação de domínio completo sobre a formação do profissional de História. Para tanto, seria necessária não mais uma formação totalizante e conteudista (como as disciplinas de História Pré-Moderna da Ásia), mas um maior preparo teórico-metodológico, entendendo que, com este aporte, o futuro profissional poderia, com melhores condições “caminhar com suas próprias pernas”. As disciplinas de Teoria e Metodologia (TMH) substituiriam também a oferta de determinadas disciplinas (“Introdução à Sociologia”, “Introdução à Filosofia”) oferecidas por outros Departamentos, já que estas não atendiam às nossas especificidades.

Na construção da grade curricular houve a necessidade de observar-se o currículo mínimo, definido pelo MEC desde 1963, com um número mínimo de horas e um conjunto mínimo de disciplinas.

A monografia de conclusão de curso, que já existia no currículo antigo apenas para os candidatos ao Bacharelado, foi prevista para o novo currículo para seu último semestre. No entanto, haveria toda uma trajetória de experiências e preparação. Desde a 1ª fase os estudantes deveriam elaborar monografias semestrais e na 6ª fase (7ª fase noturno) haveria a possibilidade de planejar o TCC com a elaboração do projeto. As cinco disciplinas de TMH deveriam habituar o estudante à problematização de temas e objetos de

pesquisa, o preparo ao debate de diferentes correntes historiográficas e a integração com outras disciplinas de cada semestre. Outra novidade foi a instituição de Banca para defesa pública de TCC.

Para evitar a existência estanque de disciplinas, o que freqüentemente resultava em repetições ou lacunas, estimulando a integração vertical e horizontal do Curso, o currículo de 1991 previa a realização de reuniões periódicas por fase e por área (TMHs, Brasis, Gerais, etc.). As fases organizavam-se em Blocos, com matrícula em conjunto, separadas por pré-requisitos. O estudante deveria fazer a monografia semestral em uma disciplina do Bloco (nesta disciplina, 50% da avaliação seria correspondente à nota da monografia). As áreas reuniam-se para partilhar os conteúdos, dividir o ensino sobre determinadas correntes historiográficas e partilhar, igualmente, o ensino de técnicas de pesquisa e normas de redação. Como as disciplinas de TMH não tinham o monopólio da teoria ou da historiografia, também tratados pelas disciplinas “históricas”, era necessário um constante intercâmbio de informações entre todas as disciplinas do Bloco. Nos primeiros dois anos de implantação da grade curricular, as turmas de estudantes participavam das reuniões de bloco.

Como já havia um alto grau de formação dos professores do Departamento, com o número crescente de Mestres e Doutores, planejou-se a oferta livre de disciplinas em Tópicos Especiais, onde programas mais específicos, ligados à área de formação e capacitação dos professores, poderiam ser oferecidos aos graduandos.

1.3 AS NOVAS NECESSIDADES – 1999

Em 1999, os professores e graduandos do Curso de Graduação em História começaram um processo de rediscussão do currículo implementado em 1991, tendo em vista a nova realidade interna do Departamento (consolidação de linhas de pesquisa, criação de Laboratórios, implantação do doutorado, diminuição drástica do quadro de efetivos, qualificação do corpo docente em nível de doutorado, aumento da carga de orientação.) e as propostas do Fórum das Licenciaturas na UFSC. Na primeira reunião realizada em maio de 1999 no Campeche (Florianópolis) em que estiveram reunidos professores e graduandos, pôde-se fazer um diagnóstico da estrutura curricular do Curso diante da nova configuração departamental. Isso nos permitiu também repensar o currículo dentro desta nova realidade, já que percebíamos a desarticulação entre as disciplinas do Bloco e a conseqüente sobreposição de conteúdos. As próprias monografias semestrais não davam conta dos interesses do conteúdo das disciplinas ou do Bloco. Havia a necessidade de contemplar dentro do conteúdo das disciplinas os interesses de pesquisa dos professores e de suas leituras bibliográficas. As disciplinas de Teoria e Metodologia (TMHs) precisavam ser reavaliadas. O currículo deveria tornar-se mais flexível, com quebra dos pré-requisitos, para que os estudantes pudessem transitar com mais facilidade pelo Curso. Algumas ementas não atendiam às reais necessidades da disciplina, chegando haver disparidades e desequilíbrios entre os créditos das disciplinas. Pensávamos no cancelamento de algumas disciplinas e no acréscimo de outras. E já se reconhecia a necessidade urgente de uma carga horária suficientemente destinada à prática profissional (ensino-pesquisa-difusão) desde as primeiras fases.

No segundo semestre de 1999 foi dada continuidade à discussão curricular pelo Colegiado de Curso, elaborando-se uma proposta para a distribuição das disciplinas de cunho teórico. Outras reuniões foram realizadas posteriormente, porém agora paralisadas pelos Pareceres e pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior que em 2002 definiram e regulamentaram as diretrizes curriculares para as Licenciaturas e para o Curso de História. Diante desse novo quadro, tivemos que retomar nossas discussões dentro de uma nova perspectiva e metodologia de trabalho, a fim de poder, entre outras coisas, cotejar os pressupostos que orientavam nossa formulação curricular com os dispositivos legais. Esse trabalho exigiu a formulação do Projeto Político

Pedagógico do Curso de Graduação em História, que teve início em maio de 2003 por uma comissão de docentes e discentes designada pelas portarias n^o. 019/CFH/2003 de 27/05/03³ e n^o. 019/CFH/04 de 23/04/04⁴, do Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

³Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso de História designada pela portaria n^o. 019/CFH/03 de 27/05/03, do Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (período de atividade: de 21/05/2003 a 02/04/2004): Prof. Rogério Luiz de Souza (Presidente e Relator), Profa. Cristina Scheibe Wolff, Prof. Artur César Isaia, Profa. Maria de Fátima Fontes Piazza, Prof. Adriano Luiz Duarte, Prof. Waldir José Rampinelli e acadêmicos do Centro Acadêmico Livre de História.

⁴Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso de História designada pela portaria n^o. 019/CFH/04 de 23/04/04, do Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (período de atividade: de 14/04/2004 a 08/03/2005): Prof. Rogério Luiz de Souza (Presidente e Relator), Profa. Liane Maria Nagel, Profa. Roselane Neckel, Profa. Maria de Fátima Fontes Piazza, Prof. Henrique Luiz Pereira Oliveira, Prof. João Klug, Prof. Paulo Pinheiro Machado e acadêmicos do Centro Acadêmico Livre de História.

2. AS BASES LEGAIS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Os documentos legais que nortearam e deram suporte à proposta deste Projeto Político Pedagógico foram:

- As Diretrizes Curriculares para os Cursos de História – estabelecidas pela Resolução CNE/CES n^o. 13/2002 de 13 de março de 2002 e com fundamentos nos pareceres CNE/CES n^o. 492/2001 de 09 de julho de 2001 e CNE/CES n^o. 1.363/2001 de 25 de janeiro de 2002.
- As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena – instituída pela Resolução CNE/CP n^o. 01/2002 de 18 de fevereiro de 2002 e com fundamentos nos Pareceres CNE/CP n^o. 09/2001 e CNE/CP n^o. 27/2001 de 17 de janeiro de 2002.
- A Resolução CNE/CP n^o. 02/2002 de 19 de fevereiro de 2002, com fundamentos no Parecer CNE/CP n^o. 28/2001 de 17 de janeiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- A Resolução n^o. 001/CUn/2000 de 29 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre os princípios para o funcionamento dos cursos de formação de professores oferecidos pela UFSC.
- A Resolução n^o. 005/CEG/2000 de 27 de setembro de 2000, que estabelece as normas para a organização da estrutura curricular dos cursos de licenciatura da UFSC.
- Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental e Médio.
- A Lei n^o. 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- A Lei n^o. 10.172 de 09 de janeiro de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação e que destaca como núcleo estratégico do ensino superior a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de determinar a implantação de ações extensionistas no currículo de Graduação.
- A Lei n^o. 10.639/2003, que prevê a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de História da África, da luta dos negros no Brasil e de Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio.

3. A CONCEPÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“A Indissociabilidade entre Bacharelado e Licenciatura”

Nos últimos anos, alguns historiadores têm sido um tanto esquivos em discutir o significado político do saber que estão produzindo e o significado social da produção do conhecimento histórico. Parece que a busca frenética para superar os dualismos, o “maquiavelismo” e as generalizações estruturalistas dos anos 70, tornaram-se suficientes para definir o “novo historiador”.

Um grande número de historiadores tem-se colocado, atualmente, como fazendo “nova história”. As diferenças parecem que não existem mais; basta dizer: “Eu faço nova história”. Mas, muitas vezes, ao folhearmos livros e observarmos práticas, percebemos que existem diferenças nos caminhos teóricos e metodológicos escolhidos pelos historiadores. Portanto, precisamos deixar de ser reticentes em enfrentar o fato de que, em nome de que “tudo é história”, deixamos de analisar o significado dos caminhos escolhidos. Essas reflexões tornam-se necessárias quando discutimos sobre nossa prática profissional e sobre que perfil de profissional queremos constituir.

Assim, no sentido de contribuir de alguma forma para o debate sobre o significado das escolhas do historiador na escrita da História e na sua difusão, merecem destaque alguns estudos que têm buscado analisar a História da História, considerando que o saber histórico é produzido em meio a relações de poder e, dessa forma, são repletos de significados. Ou seja, que os textos históricos também têm uma história. E não estamos falando de diferentes linhas historiográficas de um período, mas sim da compreensão de por que, em determinados contextos, certos conhecimentos foram constituídos e não outros. Isto significa perceber que, além do texto lido, o suporte que o produziu e o publicizou também precisa ser considerado. Assim, a dicotomia “história verdadeira e mentirosa” dá lugar a uma História que é produzida e que não pode ser vista como engano ou mentira.

Ao mesmo tempo, como nos lembra Ângela de Castro Gomes, em “História e Historiadores”, compreende-se por que outras vozes e outras versões históricas ficaram de fora. A circularidade de um determinado saber histórico está muito relacionado ao contexto,

ao lugar social ocupado pelo historiador e ao suporte teórico deste. O saber histórico constitui-se em meio a uma realidade que merece ser considerada.⁵

O pensar a História, segundo Manoel Salgado Guimarães, “é uma das características do século XIX, ao longo do qual são formulados os parâmetros para um moderno tratamento do tema. O discurso historiográfico ganha foros de cientificidade num processo em que a “disciplina História” conquista definitivamente os espaços da Universidade. Neste processo, o historiador “perde o caráter de *hommes de lettres* e adquire o estatuto de pesquisador”.⁶ O lugar de onde o discurso historiográfico é produzido, para seguirmos as colocações de Michel de Certeau, desempenhará um papel decisivo na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações que serão constituídas.⁷

No Brasil, é no bojo do processo de “consolidação do Estado Nacional” que se viabiliza um projeto de pensar a História brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, já que, uma “vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’ capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘nações’. É, portanto, à tarefa de pensar o Brasil segundo os postulados próprios de uma história com o desvendamento do processo de gênese da nação, que se entregam os letrados em torno do IHGB”.⁸

Segundo Guimarães, “aqui tocamos em um ponto que nos parece central para nossa discussão em torno do papel que a escrita da história desempenhou na definição da nação brasileira”.⁹ O ideal de nação não foi construído contra Portugal. Os inimigos externos seriam as Repúblicas Latino-Americanas (a República era a barbárie) e os inimigos internos eram os índios e os negros. Em novembro de 1838, são definidas como diretrizes do Instituto a coleta e publicação de documentos relevantes à História do Brasil e o incentivo ao ensino público de estudos de natureza histórica.

As ligações com o Estado Imperial eram claras, sendo que 75% das verbas eram públicas e a maioria dos 27 fundadores pertencia ao aparelho do Estado - conservadores,

⁵GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁶GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricas*, 1988/1, p. 05.

⁷CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In. LE GOFF, Jacques. & NORA, Pierre. *História, Novos Problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, p.17-48. Citado por Manoel Salgado Guimarães. Op. Cit.

⁸GUIMARÃES, Manoel Salgado. Op. cit., p. 06.

⁹Ibidem.

monarquistas e portugueses chegados em 1808. A experiência da geração de portugueses expulsos de Portugal por Napoleão influenciará na constituição de um ideário de recusa à Revolução Francesa e de apoio à Casa de Bragança.

O recrutamento dos sócios dava-se, fundamentalmente, pela via das relações pessoais. Em 1849, coincidindo com a estabilização do poder central monárquico e de seu projeto político centralizador, o Instituto transfere-se para o Paço da Cidade, caracterizando um aprofundamento de suas relações com o Estado Imperial, inclusive com a presença de D. Pedro II às reuniões.

O projeto do Instituto era escrever uma História como o palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador. Em suma, como se acreditava que com a História é possível apreender o passado de forma a não comprometer a marcha do progresso social, esta era vista segundo a sua instrumentalidade para a compreensão do presente e o encaminhamento do futuro. Por conseguinte, a História era considerada “mestra da vida” e o historiador deveria conduzir os seus rumos, “esclarecendo” e “indicando” o caminho da felicidade. Além disso, o ideal romântico também estava presente e fazer História era exaltar a Pátria, constituindo-se uma galeria de heróis para fornecer exemplos para sucessivas gerações.¹⁰

Nesse momento, as questões que se denominavam como de História Regional, ganhando, inclusive, espaço na Revista do Instituto, “eram tratadas na perspectiva de considerar as regiões não nas suas especificidades - descartando com isso a polêmica do regionalismo - mas na sua intrínseca organicidade ao conjunto nacional”, definindo um projeto claramente centralizador.¹¹ Foi a partir “do IHGB, no Rio de Janeiro, que a leitura dessas histórias regionais será empreendida, reunindo, na capital da monarquia, todos os conhecimentos relativos às províncias”.¹²

Outro exemplo, que podemos citar, é a “criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina que ocorreu nos últimos anos do século XIX, num contexto marcado pelos resquícios da Revolução Federalista e pelo discurso de organização administrativa e modernização da capital do Estado”.¹³ Segundo Hermetes Reis de Araújo, “o dilaceramento provocado pela eclosão da Revolução Federalista apontava para a

¹⁰Ibidem, p. 08-23.

¹¹Ibidem, p. 24.

¹²Ibidem, p. 24.

¹³ SERPA, Élio Cantalício. A identidade Catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n.º 20. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996, p. 64.

viabilidade de um discurso de reconstrução do Estado, vincado pelo desejo de promover a integração territorial e social, tendo a frente os grupos vencedores que se colocariam, então, como condutores do processo de unificação”.¹⁴ Assim, como observa Serpa, “ao olharmos o conjunto dos textos publicados”, percebe-se, em diferentes fases, a constituição da Identidade Catarinense, evidenciando as relações entre esta instituição e as elites políticas nos diferentes períodos.

Assim, é importante enfatizar que a produção e a difusão do saber histórico têm um lugar na constituição do imaginário social e na luta pelo poder. O poder político rodeia-se de representações coletivas e que para tal poder, como nos lembra Bronislaw Bazcko, “o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”, onde se dá “a dominação efetiva pela apropriação de símbolos” e garante-se a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio. Os bens simbólicos que qualquer sociedade fabrica nada têm de irrisório e não existem, efetivamente, em quantidade ilimitada, “razão pela qual se constitui em objeto de lutas e conflitos”.¹⁵ Além disso, não se deve considerar que real e imaginário sejam contrapostos ou antagônicos, ao contrário, são unidos simbioticamente.

Portanto, o fato de vivermos numa sociedade em que continuam presentes preconceitos de classe, étnicos, sexistas, etc., nos faz pensar na importância de debater o significado da invisibilidade à qual, durante muitos anos, na historiografia, ficaram relegados trabalhadores, negros, índios, mulheres, entre outros. Vale dizer que esta História assumiu um lugar nas argumentações e opções de sujeitos e, no senso comum, e muitos ainda a utilizam, reproduzindo uma História construída de cima para baixo, “bem arrumada”, dando ênfase às elites políticas e econômicas. Esta é a História a que a maioria dos sujeitos sociais tinha acesso – e em muitos casos ainda tem – tanto nas livrarias, como nas bibliotecas, nos meios de comunicação e no ensino de História em seus vários níveis.

Assim, consideramos vital o incentivo à produção e à publicação de trabalhos de pesquisa de histórias que investigam - e que não apenas arrolem fatos - e que têm a possibilidade de contribuir para a constituição de sujeitos diferentes, mas que se respeitam na diferença. Nestas histórias, os sujeitos naturalizados, idealizados, ou estruturalmente definidos, dão lugar a outros, que são movidos e envolvidos por situações onde vicejam

¹⁴ ARAÚJO, Hermetes Reis de. *A Invenção do Litoral: Reformas Urbanas e Reajustamento Social em Florianópolis na Primeira República*. São Paulo, USP, 1989, p. 119.

¹⁵ Ver BAZCKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Oficial - Casa da Moeda, vol.5, 1985; Raoul Girardet. *Mitos e mitologias políticas*. SP: Companhia das Letras, 1987; COLOMBO, Eduardo (org). *El Imaginário Social*. Editorial Altamira. Nordan Comunidad, Montevideo/Buenos Aires, 1993.

curiosidade, prazer, alegria, tristeza, competição, ambição, dinheiro, autoritarismo, conflitos.... Uma história viva, com movimento, fonte de inspiração e de compreensão da realidade cultural, social e política em que vivemos. E que os sujeitos sociais, ao perceberem que o presente - da forma como o conhecemos - foi construído, e que estando insatisfeitos com ele, percebam a possibilidade de modificá-lo, tendo em vista o conhecimento de que nada é natural e que tudo tem historicidade. Sob este enfoque, a História tem uma importância mais profunda, por ser uma História mais próxima do cotidiano, mais próxima da vida concreta das mulheres e homens e que provavelmente torna-se mais significativa no questionamento do presente em que estes vivem.

Estas perspectivas também têm história e trazem consigo as marcas de sua historicidade. No final dos anos de 1970, os movimentos dos professores por melhores condições de trabalho, por mudanças no processo de trabalho e pela democratização do país multiplicaram as críticas e as contestações em relação à escola e ao ensino de várias disciplinas, entre elas a História. A partir desse momento, multiplicaram-se as discussões acerca da produção do conhecimento histórico, o significado social de sua difusão e as intenções e os objetivos dos profissionais da História. Nas Universidades a produção historiográfica caracterizava-se por um repensar dos pressupostos teóricos e metodológicos que suscitaram novos temas de pesquisa e novos documentos. A História Social passou, segundo Selva Guimarães Fonseca, “a ser redimensionada e os estudos sobre as classes trabalhadoras” foram ampliados e enriquecidos.¹⁶ As reflexões se aguçaram no decorrer dos anos de 1980, trazendo à cena acadêmica estudos de temas como a família, o lazer, a sexualidade, mulheres, loucura e muitos outros, que possibilitaram apreender múltiplas leituras do social.

O debate em torno do repensar do ensino de História era acompanhado por uma crescente produção historiográfica e por discussões e propostas de mudança no ensino de História. Nesse contexto, o “livro didático”, que era considerada a principal fonte “exclusiva” e “indispensável” para o processo do ensino aprendizagem no 1.º e 2.º graus e aos programas de ensino elaborados e definidos pelo Estado, foi colocado em questão por vários processos de revisão curricular que buscaram desencadear debates sobre o ensino de Ciências Humanas e o restabelecimento imediato de História e Geografia nas 5.ª e 6.ª séries, em substituição ao modelo americano de Estudos Sociais, que foi implantado no

¹⁶FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1993, p. 85.

núcleo comum pela Lei nº 5.692/71 e que se caracterizava pela junção dos conteúdos de História, Geografia e outros elementos de outras disciplinas normativas como OSPB e EMC.¹⁷

As lutas travadas pelos professores constituíram debates e movimentos sociais que deram visibilidade às novas concepções de educação e de conhecimento que passaram a nortear a elaboração e a discussão de novos programas curriculares.

Uma das propostas, que merece destaque, pois sintetiza as angústias e inquietações naquele período, foi elaborada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) – SP, que reunia professores da rede pública e das universidades de São Paulo. Entendemos que as concepções de educação e conhecimento que a nortearam ainda hoje são reflexões perturbadoras e que merecem ser trazidas à discussão quando se debate a formação de profissionais de História e especialmente em relação à sua atuação no campo do ensino.

Nessa proposta questionava-se a distância entre os três graus de escolaridade no que se refere ao ensino e à pesquisa, em que cabia ao ensino de 1.º e 2.º graus o papel de difusor de informações e às Universidades o privilégio da pesquisa e da produção do conhecimento. Os estudantes e os professores a partir desses questionamentos deixavam de ser “meros expectadores”, receptáculos de um saber produzido em outras esferas e assumiam o trabalho pedagógico como reflexão e pesquisa.¹⁸ Este era o grande desafio colocado nessa proposta e que entendemos é um dos problemas que ainda se faz presente no início do século XXI. Ou seja, na formação de profissionais os formandos devem ser incentivados a ter iniciativas criadoras, que sejam capazes de formular questões e problemas, identificar tópicos e temas que queiram formular e tenham condições de fazer opções sobre as melhores formas de ensinar/fazer História.

É importante registrar os esforços que foram e que são realizados, nas Universidades e nas escolas e nas organizações científicas como ANPUH e SBPC, nas associações sindicais, seminários, congressos, que fomentaram e que atualmente continuam realizando debates e trocas de experiências ricas de aprofundamento, avaliação,

¹⁷Ibidem, p. 59-65. Conforme Fonseca, havia “uma tentativa de legitimar, pelo controle do ensino de História, a lógica política do Estado ardorosamente defendido pelo Conselho de Segurança Nacional, cuja doutrina estava contida nos programas. Os conteúdos tinham um ‘caráter universal’, pretensamente objetivo, neutro e inquestionável”.

¹⁸Ibidem, p. 90.

aperfeiçoamento e capacitação e contribuindo para que muitos professores e estudantes repensem e reavaliem suas práticas.

No entanto, cabe apontar também que embora desde a década de 1980 já se discutisse o espaço nas Universidades destinado aos debates sobre o ensino de História, tais temas continuam gerando polêmicas. Nos anos de 1980 havia um certo tom de condescendência dada a esta discussão, vista muitas vezes como uma atividade paralela ou secundária, atendendo, como lembrava Déa Fenelon apenas “aos apelos e angústias de professores, que formamos e que se encontram no dia a dia das escolas, atarantados e confusos com a precariedade das condições de trabalho, mas, sobretudo, com um assustador despreparo profissional para enfrentar a realidade da escola e do ensino”.¹⁹

Ao apresentar a complexidade e diversidade que envolve o saber e o estudo da História, buscamos acentuar a necessidade de discutirmos nossos posicionamentos diante do ensino, mas deixando claro que consideramos importante não estabelecer uma divisão na formação do profissional que vai atuar nas escolas e aqueles que se encaminham exclusivamente para áreas de pesquisa. Em nossa perspectiva, a construção de um profissional com autonomia tem que priorizar uma formação mais ampla que prepare os formandos para atuarem com criticidade, com capacidade de lidar com a diversidade cultural, de posicionar-se diante das situações sociais e políticas e com condições de desenvolver escolhas conscientes sobre a maneira como vai desenvolver seu trabalho ao lidar com o conhecimento histórico.

Nessa perspectiva, entendemos que o envolvimento com a pesquisa e com a produção do conhecimento histórico ampliam as possibilidades de autonomia profissional, pois a produção do saber apresenta-se como um trabalho que exige a construção de posicionamentos e perspectivas diante das concepções diversas de fazer História, contribuindo para a autonomia e clareza do profissional em formação sobre o quê, como e para quê se ensina e se produz o conhecimento histórico.

Cabe esclarecer, ainda, que compreendemos que para constituir um profissional com autonomia, é essencial que sejam dadas condições para a construção de experiências e reflexões sobre as formas de difusão do conhecimento histórico que aproxime cada vez mais as pesquisas e reflexões realizadas nos cursos de formação das escolas e da sociedade como um todo.

¹⁹FENELON, Déa. *História, Cultura e Trabalho*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1988. (mimeo)

Convém ressaltar, que essa preocupação com a difusão do conhecimento não está sendo vista “como um apêndice”, “como um anexo” nessa formação.²⁰ Estamos considerando que é necessário admitir a relevância tanto da produção como da disseminação do conhecimento produzido, de forma que não se estabeleça o dualismo entre licenciatura e bacharelado que separa a atividade de ensino da produção de conhecimento. A formação de um professor deve-se dar na integralidade, onde tanto a pesquisa como a difusão desse conhecimento deve ser objeto de preocupação e reflexão.

Acreditamos que é importantíssimo caminhar no sentido de uma formação teórico-metodológica que busque constituir um profissional que seja capaz de articular a pesquisa e o ensino. Esta é uma luta árdua e contínua, que exige o desafio de conviver com a diversidade de perspectivas de trabalho, de concepções diversas sobre a importância da produção e da difusão do conhecimento histórico e com a desconfiança diante de debates que buscam tratar da importância social dos compromissos de nossa prática profissional como historiadores em relação ao contexto social e político em que vivemos.

A produção e a difusão do conhecimento exigem escolhas e envolvem angústias como a de lidar com diferentes visões e convicções, que em nome do “científico” trazem à cena a acusação de produzirmos e difundirmos conhecimentos “militantes”, como se outros que fizeram, ou fazem outras histórias, também não o fossem. Ao respirar fundo, as angústias dão lugar à percepção de que o importante é acreditar que queremos formar profissionais que busquem contribuir para o “vir a ser”, o devir de um mundo diferente. Enfim, embora muitos insistam em dizer que “isto já passou ...”, acreditamos que a pergunta que ainda devemos fazer é: “Qual é a função social de nosso trabalho?”

²⁰Referência feita na Resolução n^o. 01 CNE/CP de 18/02/2002, p. 07.

4. O PERFIL PROFISSIONAL

O profissional de História egresso do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina deverá estar capacitado ao exercício indissociável (Licenciatura e Bacharelado) do Ofício de Historiador, em suas variadas dimensões, o que supõe o domínio do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Face às demandas da sociedade, o profissional de História deverá estar em condições de atuar na extensão de seu campo de conhecimento, a saber: no ensino em todos os graus, na pesquisa, na criação de instrumentos/materiais capazes de dar publicidade à produção e na atividade de assessoramento e consultoria.

Ao historiador caberá - com postura crítica e autonomia intelectual - problematizar os processos de significação da própria área do conhecimento. Até mesmo a atuação no magistério tem uma dimensão que ultrapassa a mera tarefa pedagógica de transmitir o conhecimento. Da docência também se exige interação com a sociedade em toda a sua estrutura organizacional, a fim de poder promover junto com seus interlocutores a análise da realidade histórica e dela buscar conhecimentos e experiências para avaliação e vitalização do próprio ensino. Ademais, o professor tem que estar em constante atividade de pesquisa juntamente com seus formandos, possibilitando a dinâmica da aprendizagem e permitindo a descoberta do novo, a produção de materiais de difusão do conhecimento, a reelaboração crítica e teórica dos conteúdos ministrados e a desconstrução dos saberes inaugurados por determinados grupos de interesse que querem consolidar e naturalizar certas práticas históricas. Esse modelo de formação conjunta do bacharel e do licenciado deve ajudar a encurtar a enorme distância que há entre as práticas e os saberes históricos produzidos e debatidos no espaço da Universidade e aqueles ensinados nas escolas de ensino fundamental e médio.

Considerando o princípio da indissociabilidade e o perfil que queremos alcançar com a formação do professor, pesquisador e difusor do conhecimento histórico, torna-se, portanto, necessário à capacitação e à qualificação do historiador, envolvido com sua formação, transformar e desenvolver os conhecimentos dentro de uma prática profissional indissociável. Para isso, são requeridos o domínio e a construção de habilidades e competências capazes de efetivar o processo de profissionalização mediante a sistematização teórico-reflexiva articulada com o fazer nestes três níveis: pesquisador, professor e difusor.

Nesse processo de profissionalização, será estimulada também a opção autônoma do formando como valor central da formação, dando possibilidade aos formandos em História desenvolver a capacidade de articular suas escolhas de modo a enfrentar os problemas que a inserção profissional pode propor. Não se trata de estabelecer simplesmente uma lista de conhecimentos pré-definidos, mas de fomentar uma maturidade e uma instrumentação intelectual adequada a pensar os problemas da pesquisa e da prática profissional (docente, pesquisador e difusor) a partir de uma formação teórica e historiográfica plural e aprofundada, ou seja, elaborada, pensada e experimentada. Nesse contexto, o Curso de História deve ser capaz de prover ao mesmo tempo essas competências, práticas e procedimentos para a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento histórico, mas também alimentar a curiosidade intelectual, fomentar a criatividade e a capacidade propositiva. Fomentar, enfim, inclinações e interesses que serão necessariamente variados.

5. METAS E OBJETIVOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O conjunto de competências e habilidades a ser desenvolvido na formação do historiador (professor, pesquisador e difusor) surge de demandas importantes, oriundas de discussões e análises das entidades de âmbito nacional e regional ligadas à atuação profissional (ANPUH/Nacional, ANPUH/Núcleo Santa Catarina, SBPC) e assenta-se na legislação vigente (Resolução CNE/CES n^o.13, de 13 de março de 2002 e Parecer CNE/CES n^o. 492, de 03 de abril de 2001), mas que também é devedora da própria realidade acadêmico-institucional em que estamos inseridos, qual seja, a de um Curso comprometido com uma Universidade pública e gratuita. Portanto, entendemos que essas competências e habilidades devem levar o formando a exercitar de maneira indissociável a atividade profissional, o que pressupõe reconhecer e desenvolver as competências específicas de cada etapa do processo de formação do historiador, a saber: o pesquisador, professor e difusor.

O paradigma de formação do historiador que se quer constituído no Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina exige tomar como referência o seguinte conjunto de competências e habilidades a ser efetivado e alcançado por formadores e formandos:

5.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES GERAIS

- Pautar-se por princípios e valores da ética democrática e profissional, reconhecendo e respeitando a diversidade dos sujeitos sociais;
- Atuar com criticidade e autonomia intelectual, posicionando-se diante das situações sociais e políticas;
- Dominar as diferentes concepções teórico-metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas;
- Problematizar, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço;
- Conhecer os conteúdos básicos referentes às diferentes épocas históricas e regiões do mundo;

- Saber ler e analisar os momentos históricos, levando em conta as relações de poder, as resistências e as alteridades;
- Desenvolver pesquisas e utilizar resultados de pesquisa para se proceder a reconceituação crítica e teórica de determinadas visões históricas que reproduzem uma História construída de cima para baixo, bem arrumada, que deu ênfase às elites políticas e econômicas;
- Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, a fim de articular e pensar a prática profissional;
- Coordenar e participar cooperativamente de equipes de trabalho em atividades de elaboração e desenvolvimento de projetos que possibilitem a atuação em diferentes espaços e contextos da prática profissional (escolas públicas, sindicatos, laboratórios, oficinas e disciplinas curriculares);
- Elaborar, coordenar, executar, desenvolver e avaliar projetos de pesquisa, ensino e difusão, empenhando-se em compartilhá-los; e
- Fazer uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades de difusão e apreensão do conhecimento.

5.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPECÍFICAS

- Coletar, processar informações, entender e analisar as fontes de forma crítica e dominar os procedimentos de formulação de projetos e produção de pesquisa;
- Planejar, organizar, implantar e dirigir serviços de pesquisa histórica;
- Elaborar projetos para serem desenvolvidos em nível de Pós-Graduação;
- Dominar conteúdos básicos, métodos e técnicas pedagógicas que permitam a produção e difusão do conhecimento para os diferentes níveis de ensino;
- Identificar, analisar e produzir materiais e recursos para utilização didática, diversificando possíveis atividades e potencializando seu uso em diferentes situações;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, formular propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos estudantes;
- Analisar situações e relações interpessoais que ocorrem na educação;

- Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional;
- Promover uma prática educativa que leve em conta as características dos estudantes e de seu meio social e as necessidades do mundo contemporâneo;
- Reconhecer o papel social do professor, as leis relacionadas à infância, adolescência, educação e profissão;
- Desenvolver uma reflexão sistemática entre a produção do conhecimento e a experiência didática;
- Reconhecer diferentes concepções sobre os temas próprios da docência, tais como currículo e desenvolvimento curricular, transposição didática, planejamento, organização de tempo e espaço, gestão de classe, interação grupal, avaliação de situações didáticas e da aprendizagem dos estudantes, relação professor-aluno;
- Desenvolver a pesquisa, a produção do conhecimento e sua difusão não só no âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural; e
- Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, avaliar, assessorar, prestar consultoria e emitir pareceres.

6. A ESTRUTURA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Não basta pensar os procedimentos de formação para a atividade de pesquisa, de extensão e de ensino do formando, sem promover também uma reforma nos mecanismos de organização e administração do Curso. O processo de preparação profissional requer uma estrutura satisfatória mínima que garanta as competências e habilidades que desejamos ver desenvolvidas pelos formandos. Antes de qualquer coisa, o nosso espaço organizacional não deve ser um entrave, mas deve permitir eficazmente a ininterrupta produção e difusão do conhecimento.

O Departamento de História dispõe atualmente de um quadro de 23 professores doutores permanentes, além dos 07 técnico-administrativos que desempenham suas funções nas secretarias de Curso de Graduação, Pós-Graduação, Departamento e no Laboratório de Pesquisa em Imagem e Som. A cada ano, cerca de 2 ou 3 professores afastam-se por diversos motivos, especialmente para exercício administrativo (pró-reitorias, direção de centro), formação/capacitação ou tratamento de saúde, o que perfaz o número de 20 a 21 professores atuando na Graduação e Pós-Graduação. A cada semestre 4 a 6 professores atuam com disciplinas na Pós-Graduação em História e 8 professores em outros cursos da UFSC (Geografia, Serviço Social, Ciências Econômicas, Pedagogia, Ciências Sociais, Cinema, Secretariado Bilíngüe e no Doutorado Interdisciplinar). Também há os cargos administrativos como o de Chefe de Departamento, o de Coordenador de Curso e o de Coordenador da Pós-Graduação que exigem muita dedicação e, portanto, redução na carga horária de ensino. Ainda assim, precisamos contar com bolsistas para superar a demanda e o acúmulo de atividades administrativas nesses setores. E é bem verdade também que nos cinco últimos anos vem diminuindo o número de professores que atuam no Curso por motivos de aposentadoria, exoneração, invalidez e falecimento. Inversamente, a procura pelo Curso de Graduação em História vem aumentando de maneira significativa. A relação candidato/vaga no vestibular UFSC/2006 confirma essa realidade. Para o período diurno foi de 4,64 e o noturno de 8,27. Para o ingresso (2006) no Mestrado foi de 4,49 e no Doutorado 3,42. Além disso, o número de estudantes regularmente matriculados na Graduação já excede o disponibilizado pelo Curso e o da Pós-Graduação tende a aumentar. Também atendemos ao Programa de Estudante Convênio-Graduação (PEC-G) e confirmamos vagas

para estudantes regularmente matriculados em outros Cursos de Graduação da UFSC ou candidatos externos que freqüentam as nossas disciplinas na condição de aluno especial de disciplina isolada ou de aluno-ouvinte. Contribuímos com os outros Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina – Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Pedagogia, Geografia, Serviço Social e, recentemente, Cinema e Secretariado Bilíngüe -, ofertando disciplinas e compondo alguns desses Colegiados de Curso.

Desde a criação do Curso de Graduação em História até os nossos dias, passando pela implantação do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), fica patente nosso empenho de continuamente aprofundarmos nosso compromisso com a formação de historiadores – na pesquisa e na docência e na difusão - e a capacitação do nosso quadro profissional permanente (professores e técnico-administrativos). Atualmente, além das disciplinas curriculares, oferecemos aos formandos 02 Núcleos de Estudos e 09 Laboratórios para desenvolvimento de pesquisa, ensino e execução de projetos de extensão, orientações, oficinas, Tópicos Especiais, Programa de Educação Tutorial, monitorias e estágios. Além disso, o Departamento com o apoio do Programa de Pós-Graduação em História promove eventos, cursos, conferências e palestras. As revistas (*Esboço* e *Fronteiras*) também compõem a estrutura do Curso como espaço privilegiado de publicação e divulgação das pesquisas de professores e pós-graduandos. E ainda salientamos que a organização dos estudantes em um Centro Acadêmico e a sua representação nos órgãos do Departamento tem permitido a construção de um Curso que sempre esteve preocupado com a formação contínua e qualitativa de seus integrantes.

Como se percebe, muito se construiu ao longo desta caminhada e mais do que nunca devemos considerar a necessidade de repensarmos estratégias organizacionais que dêem conta de nossas habilidades profissionais e que articulem de forma ainda mais eficiente a Graduação, Laboratórios, Pós-Graduação, Centro Acadêmico e Programa de Educação Tutorial. Portanto, o escopo de nosso Projeto Político Pedagógico também é construir um Curso que, além de redefinir um conteúdo curricular para a formação do historiador (pesquisador e educador e difusor), comporte as nossas pesquisas e reestruture nossa organização administrativa.

Precisamos deveras dar um rumo à nossa busca pela reestruturação do Curso de História a fim de poder comportar as nossas especificidades, de poder resolver algumas das contradições do nosso mundo de trabalho e de poder otimizar as nossas atividades de docência, administração, orientação, pesquisa e extensão. E não seria para outro fim senão

para promover e capacitar o historiador, em suas dimensões (pesquisa, docência e difusão) – conforme ressalta o Parecer CNE/CES nº. 492/01 que orienta a Resolução CNE/CES nº. 13/02 -, que, por comum acordo dos integrantes do Curso, torna-se necessário redefinir nossa maneira de organizar e operacionalizar a Graduação.

6.1 A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Habilitação Única: Bacharelado e Licenciatura em História

O profissional de História egresso do Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina deverá estar capacitado ao exercício indissociável (Licenciatura e Bacharelado) do Ofício de Historiador, em suas variadas dimensões, o que supõe o domínio do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Face às demandas da sociedade, o profissional de História deverá estar em condições de atuar na extensão de seu campo de conhecimento, a saber: no ensino em todos os graus, na pesquisa, na criação de instrumentos/materiais capazes de dar publicidade à produção e na atividade de assessoramento e consultoria.

Assim sendo, o Curso de História da UFSC oferecerá, dentro do princípio da indissociabilidade e a partir do perfil de egresso que queremos formar, a habilitação única: *Bacharelado e Licenciatura em História*.

Vagas Disponíveis e Entradas

Entendemos que a disponibilidade de 90 vagas/anual oferecidas para ingresso na Graduação deve permanecer, sendo que uma turma de 45 estudantes entraria no primeiro semestre letivo diurno e uma outra turma de 45 estudantes no segundo semestre letivo noturno.

Integralização Curricular

O currículo estará organizado em 09 fases para as duas turmas, devendo o formando:

1. Cumprir um número total de 3.006 horas-aula dentre as oferecidas na matriz curricular do Curso (entre disciplinas obrigatórias, optativas e pedagógicas, práticas como componente curricular e estágio supervisionado).
2. Ter cursado mais 120 horas-aula de carga mínima compulsória de disciplinas optativas fora do Curso de História, não sendo possível transformá-las em créditos HST.
3. Ter realizado 240 horas-aula de atividade complementar.

Deste total, 10% dos créditos estão previstos para as ações extensionistas (Lei nº 10.172/01) que garantam o enriquecimento acadêmico-científico-cultural (inciso IV, artigo 1º, resolução CNE/CP nº. 02 de 19/02/2002).

Carga horária das disciplinas do Curso

As disciplinas ofertadas no Curso de História deverão ter a mesma carga horária, ficando limitadas a 72 horas-aula (04 créditos) cada uma. A disciplina de **Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares** será obrigatória e corresponderá a 180 horas-aula (10 créditos). Haverá disciplinas optativas de 02 ou 04 créditos voltadas a estudos temáticos (Tópicos Especiais ou Leituras Dirigidas), à prática como componente curricular em Laboratórios de Ensino de História e à prática de pesquisa (Laboratórios de Pesquisa em História). O curso também poderá adotar a modalidade de parceria com outros cursos da UFSC para ministrar disciplinas comuns e possibilitar uma formação específica relativa ao campo do conhecimento histórico, tais como: preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas nos setores culturais, artísticos, turísticos e outros.

Flexibilização e Pré-Requisitos

Haverá um mínimo de pré-requisitos e de disciplinas obrigatórias para que o formando possa caminhar livremente no curso e construir com autonomia seu processo de formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional. Nesse sentido, o que importa não é estabelecer uma “idolatria das origens” de um determinado momento histórico ou tampouco uma hierarquização de disciplinas dispostas por uma seriação cronológica que as desagrega e as isola, mas antes criar uma matriz curricular preocupada com o domínio do conteúdo histórico – a partir da problematização do clima social operador de uma determinada realidade histórica e das diferentes concepções teórico-metodológicas – e com a produção e a difusão do conhecimento. Isso permitirá também a flexibilização da matriz, abrindo espaço para o oferecimento de disciplinas que contemplem as linhas de pesquisa dos professores e que oportunizem a interdisciplinaridade e a ampliação das áreas de atuação profissional do nosso formando. Deve-se, portanto, dar ênfase à escolha autônoma dos formandos, na busca de trajetórias de aprendizagem singularizadas, através da ampliação do leque de disciplinas de caráter eletivo. *Ao formando será garantida a prevalência da matrícula na disciplina obrigatória de sua fase.*

Escolha e Distribuição das Disciplinas

A escolha e a distribuição das disciplinas na Graduação deverão ser sempre definidas e planejadas em reunião departamental após prévia manifestação dos professores por estas ou aquelas disciplinas, respeitando suas áreas de formação e/ou atuação e/ou interesse.

Os Núcleos de Disciplinas

A matriz curricular estará estruturada em Núcleos, a saber: *Núcleo do Conteúdo Específico*, *Núcleo dos Conteúdos Pedagógicos*, *Núcleo da Prática Profissional*, *Núcleo do Conteúdo Complementar* e *Núcleo das Atividades Complementares*.

1. O *Núcleo do Conteúdo Específico* organizar-se-á em torno das disciplinas de conteúdo teórico, historiográfico, histórico e especializado. Os conteúdos teóricos, historiográficos e históricos serão constituídos de 1.116 horas-aula de disciplinas obrigatórias, não havendo a exigência de pré-requisitos entre elas e permitindo ao currículo maior flexibilização. Ao formando será garantida a prevalência da matrícula na disciplina obrigatória de sua fase. Para o cumprimento do conteúdo especializado deverão ser cursadas obrigatoriamente 288 horas-aula (16 créditos) de disciplinas optativas voltadas exclusivamente aos conteúdos especializados de História.

2. O *Núcleo dos Conteúdos Pedagógicos*. As disciplinas deste núcleo destinam-se exclusivamente à formação de professores e cumprem os dispositivos legais do MEC e da UFSC. São disciplinas oferecidas pelos departamentos do MEN, PSI e EED. Do total de 540 horas-aula, serão destinadas 150 horas-aula de prática como componente curricular.

3. O *Núcleo da Prática Profissional* constitui-se de espaços curriculares destinados à prática do Ofício de Historiador.

Para a formação da prática profissional da docência, serão destinadas, conforme resoluções do CNE, 474 horas-aula de **Prática como Componente Curricular** e 486 horas-aula de **Estágio Supervisionado de História**. Parte da carga horária de prática como componente curricular, 324 horas-aula, será desenvolvida nas disciplinas optativas de Laboratório de Ensino de História e nas disciplinas obrigatórias do Núcleo de Conteúdo

Específico e as outras 150 horas-aula serão realizadas pelos professores das disciplinas do Núcleo de Conteúdos Pedagógicos. As horas destinadas ao Estágio Supervisionado de História estarão a cargo do MEN, cabendo pré-requisitos.

O Estágio Supervisionado de História será considerado uma das principais ações extensionistas dos formandos, atendendo o que determina a Lei nº 10.172/01 sobre extensão universitária.

Para a formação da prática profissional do pesquisador e difusor em História, os formandos encontrarão especialmente nas disciplinas de conteúdo especializado (Tópicos Especiais, Laboratórios de Pesquisa em História ou Leituras Dirigidas) o exercício dessa prática profissional. Obrigatoriamente, os formandos deverão cursar a disciplina de **Projeto de Pesquisa Histórica**, com 72 horas-aula (cabará pré-requisito), e a disciplina de **Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares**, com 180 horas-aula (cabará pré-requisito).

4. O objetivo do *Núcleo do Conteúdo Complementar* é facultar ao formando a possibilidade de vivenciar experiências em outras áreas do conhecimento à sua escolha e garantir-lhe a interdisciplinaridade. O formando deverá cursar uma carga mínima obrigatória de 120 horas-aula de disciplinas optativas a serem feitas fora do Curso de História, não sendo possível transformá-las em créditos HST.

5. O *Núcleo das Atividades Complementares*. As atividades complementares deverão ser realizadas pelos formandos e reconhecidas e homologadas pelo Colegiado de Curso (Resolução CNE/CES nº. 13/2002). Segundo disposto pela Lei 10.172/01 e pela resolução CNE/CP nº. 02 de 19/02/2002, consideramos que 240 horas-aula deverão ser complementadas pelos formandos em ações extensionistas e/ou atividades complementares, com o objetivo de colaborar no seu processo formativo-profissional e de garantir o seu enriquecimento acadêmico-científico-cultural. Para contagem desta carga horária deverão ser apresentados certificados e declarações, entre outros instrumentos de comprovação. Essas atividades não poderão ser validadas como disciplinas optativas. O Coordenador de TCC e Atividades Complementares, auxiliado pelo Colegiado de Curso, avaliará e transformará as atividades do formando em horas-aula.

Os Laboratórios e o Eixo de Articulação entre Teoria e Prática

É importante enfatizar os Laboratórios como o espaço fundamental das trocas de experiências entre professores e estudantes de graduação e pós-graduação. Os valores da colaboração e da discussão coletiva têm nos Laboratórios seu território privilegiado. É neles que se opera de fato a integração entre a pesquisa, o ensino e a extensão. É importante também que seja nesse âmbito que se construa soluções inovadoras no campo do processo de ensino-aprendizagem e da formação da prática profissional, enfatizando o convívio e a aproximação dos formandos com os interesses de ensino, pesquisa e extensão dos Laboratórios.

Uma fórmula saudável de articular teoria e prática será a integração dos Laboratórios do Curso de História (são 09 Laboratórios) às atividades de formação da prática profissional do Historiador: professor, pesquisador e difusor. Salvo raras exceções todos os professores estão vinculados a Laboratórios. Caberá, portanto, a cada Laboratório oferecer periodicamente uma “disciplina de prática profissional” – **Laboratório de Ensino de História** ou **Laboratório de Pesquisa em História**. Desta forma, os professores poderão lecionar sobre o que pesquisam e os estudantes conhecerão as pesquisas dos professores. Como consequência, os TCCs poderão também ser vinculados às linhas de pesquisa dos Laboratórios. O objetivo é que, pelo menos, sejam ampliados os vínculos do curso com a sociedade e os formandos obtenham o melhor de cada professor, encontrem um espaço privilegiado de formação da prática profissional (professor, pesquisador e difusor) e tenham a máxima liberdade possível para escolher as disciplinas dos Laboratórios.

Portanto, as atividades dos Laboratórios do Departamento de História serão integradas à matriz curricular do Curso através da oferta periódica de disciplinas. Além de disciplinas mais voltadas à pesquisa (formação para a pesquisa), os Laboratórios passarão a oferecer disciplinas com o objetivo de discutir a transposição da pesquisa e/ou de um componente teórico para o ensino (formação para a docência); de investigar o modo como os seus temas de pesquisa têm sido tratados no ensino ou de propor uma intervenção em uma dada situação. Isto implica ampliar a noção de prática como componente curricular, englobando experiências com o ensino informal, produção e experimentação de materiais didáticos (formação para a difusão do conhecimento), pesquisas no campo da História da Educação e outras.

Os formandos, por sua vez, deverão cursar no mínimo 144 horas-aula (08 créditos) de disciplinas optativas de Laboratório voltadas exclusivamente à prática como componente curricular em **Laboratórios de Ensino de História**.

7. OS CONTEÚDOS CURRICULARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

7.1 NÚCLEO DO CONTEÚDO ESPECÍFICO

7.1.1 Disciplinas de Conteúdo Teórico/Historiográfico: Entendemos que é importante centrar a discussão acerca das principais vertentes que inspiram o trabalho do historiador, desde o momento em que a História torna-se, no século XIX, uma disciplina propriamente dita.²¹ É valioso ressaltar a necessidade de um maior tempo para trabalhar aquelas correntes que são nossas maiores fontes inspiradoras no momento, como é o caso da chamada *Nova História*. Tal preocupação não exclui a possibilidade de que outros professores interessados ofereçam Tópicos Especiais ou Leituras Dirigidas com outras discussões teóricas não contempladas no conjunto das disciplinas deste conteúdo.

São três as disciplinas a serem oferecidas e cumpridas obrigatoriamente pelos formandos: **Introdução aos Estudos Históricos, Teoria da História I e Teoria da História II**. Com essas disciplinas, esperamos que os formandos dominem as diferentes concepções teórico-metodológicas que referenciam a construção de categorias para a investigação e a análise das relações sócio-históricas.

7.1.2 Disciplinas de Conteúdo Histórico/Historiográfico: Sob diferentes matizes e concepções teórico-metodológicas, esses conteúdos devem definir e problematizar os grandes recortes temporais e espaciais que também fazem parte do ensino fundamental e médio, utilizando resultados de pesquisas para se proceder a reconceituação crítica e teórica de determinadas visões históricas que reproduzem uma História construída de cima para baixo, bem arrumada, que deu ênfase a determinados sujeitos históricos em detrimento de outros. Esse conjunto de disciplinas deve possibilitar o conhecimento dos conteúdos referentes às diferentes épocas históricas nas várias tradições civilizatórias, problematizando, nas múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, a constituição de diferentes relações de tempo e espaço e levando em conta suas relações de poder, resistências e alteridades.

São quinze as disciplinas a serem oferecidas e cumpridas obrigatoriamente pelos formandos: **História do Oriente Antigo, História da Antigüidade Ocidental, História**

²¹WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

Medieval, História da África, História Moderna, História Contemporânea I, História Contemporânea II, História da América Colonial, História da América Independente, História da América Portuguesa, História do Brasil Monárquico, História do Brasil Republicano I, História do Brasil Republicano II, História de Santa Catarina e História da Arte. Essas disciplinas devem ter um momento de debate sobre suas possibilidades de abordagem teórico-metodológica, assim como merecem um momento de reflexão sobre como seriam trabalhadas no processo de ensino. Elas devem tratar, em parte, da transposição do conteúdo teórico para uma prática como componente curricular dirigida à formação de professor. São destinados para cada disciplina 60 horas-aula de conteúdo histórico/historiográfico e 12 horas-aula de prática como componente curricular. Desta forma, esperamos promover uma articulação horizontal-vertical no âmbito do currículo e desenvolver atividades práticas e teóricas relacionadas ao exercício da docência dentro das próprias disciplinas de conteúdo histórico/historiográfico (parágrafo 3^o art. 12 da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002). Isso garante que a perspectiva da docência esteja presente durante todo o curso.

Além disso, algumas disciplinas em específico (História da África, História da América Portuguesa e História do Brasil Monárquico) vêm contemplar a Lei n^o. 10.639/2003, que prevê a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de História da África, da luta dos negros no Brasil e de Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio.

7.1.3 Disciplinas de Conteúdo Especializado: São disciplinas optativas de oferta livre, ligadas à área de formação e capacitação dos professores. Elas devem permitir uma maior verticalidade na abordagem dos temas históricos e das teorias da História, podendo, inclusive, converter-se em disciplinas de **Leitura Dirigida** sobre determinados autores. Elas poderão abarcar interesses mais específicos dos professores e de grupos de estudantes, em relação direta com os Laboratórios e grupos de pesquisa, resultando em disciplinas de **Laboratório de Pesquisa em História**. Elas também deverão possibilitar a utilização das diferentes fontes e veículos de informação e fomentar o gosto pela leitura e o empenho no uso da escrita como instrumento de desenvolvimento profissional. Nesse caso, os formandos para concluírem as disciplinas de **Tópico Especial** deverão elaborar obrigatoriamente “Ensaio Monográfico”.

7.2 NÚCLEO DOS CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS

As disciplinas deste núcleo devem fornecer uma instrumentação das atividades pedagógicas, necessariamente acompanhadas da prática como componente curricular, estágio supervisionado, incluindo os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

São sete as disciplinas a serem oferecidas e cumpridas obrigatoriamente pelos formandos: **Seminário de Pesquisa em Ensino, Didática B, Metodologia do Ensino de História, Teorias da Educação, Organização Escolar I, Organização Escolar II e Psicologia Educacional: desenvolvimento e aprendizagem.**

7.3 NÚCLEO DA PRÁTICA PROFISSIONAL

Tendo por pressuposto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (cf. Diretrizes Curriculares dos Cursos de História), e coerente com o perfil profissional concebido pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em História da UFSC, que prevê a formação única de um profissional habilitado para o ensino, para a pesquisa e para atividade de extensão, é fundamental integrar ao currículo a diversidade de atividades desenvolvidas nos Laboratórios existentes no Departamento de História. Além de nove Laboratórios - Laboratório de História e Multimídia, Laboratório de História Indígena (LABHIN); Laboratório de História Oral; Laboratório de Estudos de Gênero e História; Laboratório de História, Saúde e Sociedade (LABHISS); Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura; Laboratório de Imigração e Migração; Laboratório de Pesquisa em Imagem e Som (LAPIS); Laboratório de Religiosidade e Cultura (LARC) – o Departamento de História conta ainda com o PET e o Acervo de História Demográfica. Os Laboratórios, cada vez mais, tornam-se um espaço privilegiado na formação do profissional de História, propiciando a participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão; participação em grupos de estudo; acesso à orientação continuada e a formação teórico-metodológica; iniciação a atividades de coordenação, planejamento e elaboração de projetos; acesso a equipamentos de informática e a outras tecnologias de suporte ao ensino, pesquisa e extensão (multimídia, vídeo, etc.). O desafio é fortalecer o papel dos

Laboratórios na própria estrutura curricular, através de atividades que favoreçam, por um lado, a inclusão de um maior número de estudantes nos Laboratórios e, por outro lado, a ampliação da presença dos Laboratórios na ministração de disciplinas curriculares voltadas à prática profissional. Se de fato há limites à inclusão de estudantes nos Laboratórios, podem-se levar os Laboratórios até a sala de aula. Devem-se prever situações que possibilitem a cada Laboratório incluir grupos de estudantes semestralmente em suas atividades. Ao mesmo tempo, os Laboratórios devem suprir grande parte da carga horária de prática como componente curricular prevista pela nova legislação para as Licenciaturas. Além das disciplinas de Tópico Especial, Leitura Dirigida e Laboratório de Pesquisa em História, devem ser criadas disciplinas que conciliam flexibilidade temática com compromisso com a prática profissionalizante de docência, atendendo assim ao Parecer CNE/CP n^o. 09 e Resolução CNE/CES n^o. 13. As disciplinas de Laboratório de Ensino de História cumprirão a função da prática como componente curricular na medida em que, além de socializar as pesquisas dos Laboratórios, propiciarão a formação teórico-metodológica e prática para a pesquisa, ensino e extensão (assessoria, elaboração e execução de projetos, produção de materiais de apoio ao ensino, etc.). Desta forma, será possível contemplar uma maior flexibilidade no leque de disciplinas oferecidas; valorizar os recursos humanos e materiais instalados no Departamento de História; fortalecer as linhas de pesquisa associadas aos Laboratórios; aproximar a prática do ensino à prática da pesquisa; ampliar as oportunidades de inserção profissional dos graduados e atender de modo não artificial à nova legislação das licenciaturas. Estas disciplinas especialmente constituirão os eixos articuladores propugnados pelo art. 11 da Resolução CNE/CP n^o. 01 e pelo Parecer CNE/CP n^o. 09. As disciplinas atualmente oferecidas pelo Laboratório de História e Multimídia e pelo Laboratório de Pesquisa em Imagem e Som já atendem em parte esta proposta. Obviamente, estes dois Laboratórios têm um caráter específico dado que introduzem os estudantes na utilização de tecnologias audiovisuais aplicáveis à pesquisa e ao ensino da História. O esforço agora é levar os demais Laboratórios a prever disciplinas, seminários e oficinas que contemplem uma reflexão sobre a inserção de suas respectivas pesquisas em atividades de ensino e divulgação do conhecimento histórico e em diferentes tipos de atividades de intervenção em espaços potenciais de atuação do graduado em História (estabelecimentos de ensino, instituições públicas, sindicatos, associações, etc.). Como consequência desta prática, será possível prever o aumento de oportunidades de experiência profissional para graduandos, através de diferentes modalidades de convênios e

estágios. Esta perspectiva está associada à ampliação do leque de opções para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, que além das atuais monografias, poderia incluir a produção de materiais de apoio ao ensino (cartilha, CD-Rom, vídeo, página de Internet, etc.) e atividades de intervenção em estabelecimentos de ensino ou em espaços/situações de outra natureza.

7.3.1 Prática de Pesquisa: é o lugar de efetivar o processo todo de formação profissional, lugar de colocar em prática as metodologias e de difundir uma nova produção histórica a partir de uma pesquisa realizada em fontes primárias, com problematização e fundamentação teórica. Está sob orientação. Seu resultado será um trabalho monográfico. Os formandos poderão facultativamente matricular-se nas disciplinas de Laboratório de Pesquisa em História. Todavia, são duas as disciplinas a serem oferecidas e cumpridas obrigatoriamente pelos formandos: **Projeto de Pesquisa Histórica** e **Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares**.

7.3.2 Prática de Ensino: é componente curricular e deve servir para fazer a intercessão/mediação entre o componente teórico/conteúdo e o processo de ensino-aprendizagem. Seguindo o que determina o Parecer CNE/CP n^o. 09 e a Resolução CNE/CES n^o. 13, esta carga horária estará no interior das disciplinas e em espaço curricular específico. Consiste basicamente em processos de prática pedagógica, seminários, elaboração ou instrumentalização para criação de material didático, domínio de novas tecnologias e materiais, preparação e reflexão do conteúdo dos livros didáticos e da prática como componente curricular, análise de determinado conteúdo em currículos da educação, elemento desencadeador de aprendizagens específicas sobre o conteúdo das disciplinas, observações escolares, relatórios, redefinição dos conteúdos trabalhados no ensino básico, visitas aos espaços de ensino (museus, arquivos, escolas, universidades, sítios arqueológicos, etc.). Devem-se oferecer aos formandos desde as primeiras fases discussões teóricas sobre ensino, além de possibilitar a experiência de uma prática que estas discussões suscitam. Parte da carga horária de prática como componente curricular estará sendo desenvolvida nas disciplinas obrigatórias do Núcleo de Conteúdo Específico e das disciplinas do Núcleo de Conteúdos Pedagógicos. Em espaços curriculares específicos, os formandos deverão cumprir obrigatoriamente 144 horas-aula de disciplinas optativas do

Curso de História voltadas especificamente para a prática como componente curricular, em disciplinas denominadas de **Laboratório de Ensino de História**.

7.3.3 Estágio Supervisionado de História: Ensaios produzidos pelos alunos do Curso de Graduação em História da UFSC nos relatórios de estágio sinalizam para o caráter investigativo e reflexivo do mesmo e reforçam o entendimento de que a prática docente não é simples reprodução, vulgarização do conhecimento, mais sim, diálogo constante entre conhecimento específico, teorias da história e o fazer pedagógico, num processo constante de diálogo entre saberes e práticas.

Entendemos, dessa maneira, que o estágio supervisionado consiste em desenvolver estes saberes/práticas em relação ao contexto de realidade da escola e fazer com que estes saberes/prática, devidamente colocados em contexto, se internalizem nos sujeitos/alunos, de modo que possam se transformar, de fato, em saberes da experiência.

Este processo dinâmico, complexo e subjetivo, é o que deveria caracterizar o percurso da formação de professores de História. Geralmente este conjunto de saberes/práticas, situados na Universidade, se encontra isolado do contexto escolar, de modo que o desafio do que tem se denominado “relação teoria e prática” é oportunizar o desenvolvimento deste processo complexo de transformação de saberes/práticas.

Por isso os conteúdos e práticas desenvolvidos nas disciplinas, tanto específicas quanto ditas pedagógicas, que focam especialmente o ensino, devem se relacionar com o contexto escolar ou educativo. Portanto, o exercício efetivo da docência é resultado de um conjunto de saberes/práticas, que se colocam em ação de maneira dinâmica e situada. No entanto, todo professor organiza sua prática em torno de rotinas, de regularidades, a base em torno da qual o professor, no tempo da experiência e do vivido, reorganiza sua própria prática. O estágio deve oportunizar a criação destas, por isso a necessidade de um tempo longo e significativo de convívio com a classe.

Além disso, o que efetiva o processo de transformação dos saberes é não só sua colocação em situação, isto é, a prática em si, mas a reflexão do sujeito sobre o processo. Por isso é fundamental, em todas as situações de formação, que tais atividades tenham como suporte o desenvolvimento de uma atitude investigativa do aluno em relação ao contexto escolar. Portanto, é necessário o suporte de diferentes procedimentos metodológicos, que encaminham e aprimoram a atitude investigativa.

As ações básicas previstas para o Estágio Supervisionado de História são essencialmente de inserção no exercício da docência. Podem dividir-se em um período prévio de observação, reconhecimento, planejamento e organização de práticas docentes, e outro, de docência propriamente dita. É o lugar de efetivar o processo todo da formação de professor, lugar de colocar em prática as técnicas de ensino, de levar as discussões da nova produção histórica e de sua pesquisa e de envolver os alunos da Escola em pesquisa e apresentação de resultados. Está sob supervisão. O formando deve estar no ambiente escolar desde a metade do curso. Seu resultado é um relatório final de atividades de docência. Em casos específicos, podem ser propostos projetos especiais a serem desenvolvidos em forma de oficinas, minicursos, laboratórios, em outros espaços educativos que não a escola formal, desde que atenda ao caráter pedagógico da relação específica de atividade de ensino e carga horária estabelecida. Em síntese, entende-se por Estágio Supervisionado o período de docência efetiva do acadêmico na rede de ensino da educação básica, acompanhado e supervisionado pela instituição formadora. O exercício da docência requer ainda que o professor saiba avaliar criticamente a própria atuação e o contexto em que atua, interagindo com a comunidade em que se insere e de forma mais ampla com a sociedade com um todo (Parecer CNE/CP 27/2001, p. 12).

São três as etapas de Estágio Supervisionado a serem cumpridas obrigatoriamente pelos formandos: **Estágio Supervisionado de História I; Estágio Supervisionado de História II; e Estágio Supervisionado de História III.** Segundo o parágrafo único Art 1^o da Resolução CNE/CP 2, “os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do Estágio Supervisionado até o máximo de 200 horas (equivalente a 240 horas-aula)”.

7.4 NÚCLEO DO CONTEÚDO COMPLEMENTAR

O Curso deve assegurar que o formando possa realizar atividades acadêmicas optativas em áreas correlatas de modo a consolidar a interlocução/interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento. Objetiva-se transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, a fim de articular e pensar a prática profissional. O formando deverá cursar uma carga mínima obrigatória de **120 horas-aula de Disciplinas Optativas a**

serem feitas fora do Curso de História, não sendo possível transformá-las em créditos HST.

7.5 NÚCLEO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares deverão ser realizadas pelos estudantes e reconhecidas e homologadas pelo Colegiado de Curso (Resolução CNE/CES nº. 13/2002). Segundo disposto pela Lei nº. 10.172/01 e pela resolução CNE/CP 2 de 19/02/2002, consideramos que 240 horas-aula deverão ser complementadas pelos estudantes em ações extensionistas e atividades complementares, com o objetivo de colaborar no seu processo formativo-profissional e de garantir o seu enriquecimento acadêmico-científico-cultural. Para contagem desta carga horária deverão ser apresentados certificados e declarações, entre outros instrumentos de comprovação. Caso o formando venha exceder à carga horária mínima exigida, essas atividades não poderão ser validadas como disciplinas optativas. Das modalidades possíveis, incluem-se: a frequência em oficinas e/ou disciplinas que assegurem o trânsito com a comunidade ou que para ela se destine o seu treinamento; a colaboração em projetos e/ou ações de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico; a produção de produtos que instrumentalizam ou que são resultantes das ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como cartilhas, vídeos, filmes, softs, CDs, cassetes, dentre outros; realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa), incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional; participação e/ou organização de eventos científicos, cursos, seminários; apresentações de trabalho, viagens de estudo, monitorias, iniciação científica, estágios não-obrigatórios; treinamento em laboratórios; participações em bancas de defesa; e outras atividades de extensão.

8. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

I - Da Matrícula

Art.1º - A disciplina HST 7801, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Atividades Complementares, possui como pré-requisitos a disciplina HST 7701, Projeto de Pesquisa Histórica, e a conclusão de toda a carga horária mínima de disciplinas de Conteúdo Especializado de História (288 horas-aula).

II - Do(a) Orientador(a)

Art.2º - Todos os professores do Departamento de História devem aceitar a tarefa de orientar o Trabalho de Conclusão de Curso, uma vez que o mesmo esteja relacionado com sua área de pesquisa.

§ único - É facultado ao professor recusar a orientação se possuir número de orientandos superior a cinco ou por motivos pessoais, devidamente justificados e apresentados ao Colegiado do Curso de História, que os avaliará.

Art.3º - O orientador deverá ser, preferencialmente, professor efetivo do Departamento de História. Os casos especiais deverão ser encaminhados pelo futuro orientando com o aval do orientador e avaliados pelo Colegiado de Curso.

Art.4º - O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

1. freqüentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC e Atividades Complementares;
2. iniciar a orientação quando o aluno estiver cursando a disciplina de Projeto de Pesquisa Histórica;
3. atender periodicamente seus alunos orientandos, em horário previamente fixado;
4. requerer, ao Coordenador de TCC e Atividades Complementares, a inclusão dos Trabalhos de Conclusão de Curso de seus orientandos na pauta semestral de defesas, até trinta dias antes do final do período letivo;
5. decidir, juntamente com seu orientando, a composição da banca examinadora do TCC;
6. assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ata final da sessão de defesa; e
7. cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art.5º - A responsabilidade pela elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

§ único – O não cumprimento do disposto no artigo 7º deste Regulamento autoriza o professor a desligar-se dos encargos de orientação, através de comunicação oficial ao Coordenador de TCC e Atividades Complementares.

III - Do(a) Orientando(a)

Art.6º - Considera-se orientando o aluno regularmente matriculado nas disciplinas de Projeto de Pesquisa Histórica e Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares, pertencentes ao currículo do Curso de Graduação em História.

Art.7º - O aluno orientando tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

1. definir seu professor orientador, conforme instruções contidas neste Regulamento, quando estiver cursando a disciplina de Projeto de Pesquisa Histórica, decorridos até quarenta e cinco dias passados do início do semestre letivo;
2. preencher e solicitar ao orientador o preenchimento da Declaração de Orientação, quando estiver cursando a disciplina de Projeto de Pesquisa Histórica, entregando-a ao professor responsável pela disciplina em até quarenta e cinco dias passados do início do semestre letivo;
3. solicitar a troca de orientador para o Colegiado do Curso de História, com parecer do ex-orientador e do futuro orientador, no prazo de até sessenta dias após o início do semestre letivo;
4. freqüentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de TCC e Atividades Complementares ou pelo seu orientador;
5. manter contatos periódicos com o professor orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, de acordo com horário previamente fixado, devendo justificar eventuais faltas;
6. cumprir o calendário divulgado pelo Coordenador de TCC e Atividades Complementares para entrega da versão semi-final de TCC, em três vias;
7. elaborar a versão final de seu TCC de acordo com o presente Regulamento e as instruções da banca examinadora;
8. comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC; e
9. cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

IV - Do(a) Coordenador(a) de Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares

Art.8º - O Coordenador de TCC e Atividades Complementares é o professor responsável pela disciplina HST 7801, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares, sendo a ele computada a carga horária desta disciplina.

Art.9º - Ao Coordenador de TCC e Atividades Complementares compete:

1. elaborar e divulgar em murais e junto à Coordenadoria do Curso, semestralmente, o calendário de todas as atividades relativas ao TCC, em especial o cronograma das defesas, da entrega da versão semi-final para a banca e o recebimento da versão final para o encerramento da disciplina;

2. atender aos alunos matriculados na disciplina de TCC e Atividades Complementares;
3. promover reuniões periódicas com os alunos matriculados na disciplina de TCC e Atividades Complementares, na forma de Seminários, para discutir o desenvolvimento dos Trabalhos e promover a interação dos alunos com as pesquisas desenvolvidas por seus colegas;
4. convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e alunos matriculados na disciplina de TCC e Atividades Complementares;
5. manter, na Secretaria do Curso, arquivo atualizado com os projetos de TCC em desenvolvimento;
6. manter atualizado o livro de atas das defesas;
7. providenciar o encaminhamento à biblioteca setorial de cópias dos TCC aprovados;
8. homologar as bancas examinadoras dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
9. transmitir, ao professor orientador, sua avaliação sobre o desenvolvimento da pesquisa do orientando, que deverá ser levada em conta no momento da avaliação final do TCC, pela banca examinadora;
10. encaminhar, com a maior brevidade possível, as cópias dos TCCs para os membros da banca examinadora;
11. manter um banco de dados, alimentado semestralmente na secretaria de curso, com resumos dos TCCs e das Atividades Complementares dos(as) alunos(as);
12. atestar, semestralmente, a pedido dos(as) alunos(as), as horas de Atividades Complementares;
13. consultar o Colegiado de Curso para decidir a respeito das validações das Atividades Complementares; e
14. tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

V - Do Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso

Art.10º - O aluno deve elaborar seu projeto de TCC de acordo com as orientações dadas pelo professor responsável pela disciplina de Projeto de Pesquisa Histórica a qual ele está matriculado, acrescidas das recomendações ministradas por seu orientador.

Art.11 - A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT, devendo conter: problemática, objetivos, justificativas, fundamentação teórica, procedimentos metodológicos, conhecimento e contato com fontes primárias, cronograma e referências bibliográficas.

Art.12 - Aprovado o projeto de TCC, a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

1. ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a quinze dias, contados da data de início do período letivo, no qual o aluno estiver matriculado na disciplina de TCC e Atividades Complementares;

2. haver a aprovação do professor orientador; e

3. existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;

§ único - Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com autorização do orientador.

VI - Do Trabalho de Conclusão de Curso

Art.13 - O Trabalho de Conclusão de Curso deve se constituir em uma monografia original ou material de apoio ou resultado de experiência de campo que apresente, como exigências mínimas, problematização da questão, pesquisa em fontes primárias, fundamentação teórica e que siga as normas técnicas estabelecidas pela ABNT.

VII - Da Banca Examinadora

Art.14 - O TCC é defendido pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside, por outro membro com qualificação adequada para o julgamento do trabalho e um suplente, que assumirá na ausência do segundo membro ou poderá optar pela participação na banca mesmo com a presença deste.

§ único - Pelo menos um membro da banca deverá integrar o corpo docente do Departamento de História.

Art.15 - Um dos componentes da banca poderá ser um profissional graduado em História ou área correlata, não pertencente ao quadro docente desta Universidade, desde que desenvolva ou tenha desenvolvido pesquisa na área relacionada ao tema do Trabalho de Conclusão de Curso.

VIII - Da Defesa do Trabalho de Conclusão de Curso

Art.16 - As sessões de defesa dos Trabalhos de Conclusão de Curso são públicas.

§ único - Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos TCCs antes de suas defesas.

Art.17 - O Coordenador de TCC e Atividades Complementares deve elaborar calendário semestral fixando prazos para a entrega dos TCCs, designação das bancas examinadoras e realização das defesas.

§ 1º - O prazo máximo para a entrega da versão semi-final do TCC à banca examinadora deverá ser de quinze dias antes da defesa.

§ 2º - Quando o TCC for entregue com atraso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelo Orientador e pelo Coordenador de TCC e Atividades Complementares.

§ 3º - Comprovada a existência de motivo justificado e a anuência do professor orientador, pode ser atribuído, a requerimento do aluno, o conceito "I", ficando, neste caso, a defesa adiada para o semestre seguinte, em período previsto no calendário e que pode anteceder o período destinado às

defesas regulares, não sendo o aluno obrigado a frequentar os seminários da disciplina de TCC e Atividades Complementares.

§ 4º - Não será admitido um segundo atraso ou a manutenção do conceito “I” por período superior a um semestre, situações nas quais será atribuída nota zero na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares.

Art.18 - Na defesa, o aluno tem até vinte minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora tem até vinte minutos para fazer sua argüição, dispondo ainda o discente de igual tempo para responder a cada um dos examinadores. Faculta-se ao público a participação na argüição, dispondo o aluno de igual tempo para respostas.

§ único - cabe ao aluno providenciar, junto à Universidade, os equipamentos audiovisuais necessários para sua defesa.

Art.19 - A atribuição de notas dá-se após o encerramento da etapa de argüição, obedecendo o sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, o parecer do coordenador de TCC e Atividades Complementares, a sua exposição oral e a defesa na argüição pela banca examinadora.

§ 1º - A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

§ 2º - Para aprovação, nenhuma nota individual dos membros da banca examinadora poderá ser menor do que 6,0 (seis).

§ 3º - Na atribuição da nota, a banca deverá levar em conta a avaliação fornecida, previamente, pelo Coordenador de TCC e Atividades Complementares.

Art.20 - A banca examinadora, após a defesa oral, pode sugerir ao aluno que reformule aspectos de seu TCC.

Art.21 - A avaliação final, assinada pelos membros da banca examinadora, deve ser registrada no livro de atas respectivo, ao final da sessão de defesa.

Art.22 - Não há recuperação da nota atribuída ao TCC, sendo a reprovação na disciplina de TCC e Atividades Complementares definitiva.

§ 1º - Se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema de TCC e com o mesmo orientador.

§ 2º - Optando pela mudança de tema, o aluno deverá elaborar novo projeto, submetendo-o à aprovação do Orientador e do Coordenador de TCC e Atividades Complementares.

IX - Da Entrega da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso

Art.23 - A versão definitiva deve ser encaminhada ao orientador que avaliará se as modificações foram realizadas e, uma vez de parecer favorável, assinará a mesma em sua folha de rosto e a entregará ao Coordenador de TCC e Atividades Complementares.

Art.24 - Para a conclusão da disciplina, o aluno deverá atender as recomendações apresentadas pela banca examinadora, entregando a versão definitiva ao orientador em até cinco dias antes da publicação das notas finais, de acordo com o Calendário Escolar da UFSC.

X - Das Disposições Gerais e Transitórias

Art.25 - Os professores participantes das bancas receberão portaria expedida pela Chefia do Departamento.

Art.26 - Este Regulamento entra em vigor a partir do primeiro semestre de 2007, revogando-se todas as demais disposições existentes sobre a matéria no âmbito do Curso de Graduação em História.

Art.27 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de História.

9. A MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HABILITAÇÃO ÚNICA

Bacharelado e Licenciatura em História

CRIAÇÃO E RECONHECIMENTO DO CURSO

O Curso de Graduação em História da UFSC foi criado e reconhecido pelo Decreto Federal nº 46.266 de 26 de junho de 1959, publicado no Diário Oficial da União em 10 de julho de 1959.

PERÍODO DE CONCLUSÃO DO CURSO

PRAZO MÍNIMO - 8 SEMESTRES

PRAZO MÉDIO - 11 SEMESTRES

PRAZO MÁXIMO - 15 SEMESTRES

CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA

DISCIPLINAS DE CONTEÚDO E DE PRÁTICA DE PESQUISA	1.758 horas-aula de Obrigatórias (Ob) 288 horas-aula de Optativas de História (Op) 120 horas-aula de Optativas Extracurso (Ex)
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	330 horas-aula de Obrigatórias realizadas nas disciplinas Obrigatórias do Currículo 144 horas-aula de Optativas de Laboratório de Ensino de História (LE)
ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA	486 horas-aula de Estágio Supervisionado de História (ES)
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	240 horas-aula de Atividades Complementares (AC)
TOTAL DE HORAS	3.366 horas-aula

Legenda: **Ob** = obrigatória, **Op** = optativas com código HST, **Ex** = optativas extracurso, **LE** = optativas de laboratório de ensino HST, **ES** = estágio supervisionado, **AC** = atividades complementares.

Observação: Ao formando será garantida a prevalência da matrícula na disciplina obrigatória de sua fase.

NÚMERO DE AULAS SEMANAIS

Mínimo: 10 aulas semanais

Máximo: 26 aulas semanais

NÚCLEO DAS DISCIPLINAS, DAS PRÁTICAS E DAS ATIVIDADES

NÚCLEO DE CONTEÚDO ESPECÍFICO			
DISCIPLINAS TEÓRICO/HISTORIOGRÁFICAS	Pré-Requisito	Horas de Conteúdo	Horas de Prática como Componente Curricular
Introdução aos Estudos Históricos (Ob)	Não há	72 h/a	Não há
Teoria da História I (Ob)	Não há	72 h/a	Não há
Teoria da História II (Ob)	Não há	72 h/a	Não há
DISCIPLINAS DE CONTEÚDO HISTÓRICO/HISTORIOGRÁFICO	Pré-Requisito	Horas de Conteúdo	Horas de Prática como Componente Curricular
História do Oriente Antigo (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História da Antigüidade Ocidental (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História Medieval (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História da África (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História Moderna (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História Contemporânea I (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História Contemporânea II (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História da América Colonial (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História da América Independente (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História da América Portuguesa (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História do Brasil Monárquico (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História do Brasil Republicano I (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História do Brasil Republicano II (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História de Santa Catarina (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
História da Arte (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
DISCIPLINAS DE CONTEÚDO ESPECIALIZADO	Pré-Requisito	Horas de Conteúdo	Horas de Prática como Componente Curricular
O formando deverá cursar 288 horas-aula de disciplinas optativas voltadas aos conteúdos especializados de História (Op)	Não há	288 h/a	Não há
TOTAL		1.404 h/a	180 h/a

NÚCLEO DA PRÁTICA PROFISSIONAL				
DISCIPLINAS DE PRÁTICA PROFISSIONAL	Pré-Requisito	Horas de Conteúdo e Prática de Pesquisa	Horas de Prática como Componente Curricular	Horas de Estágio
O formando deverá cursar 144 horas-aula de disciplinas optativas voltadas exclusivamente à prática como componente curricular em Laboratórios de Ensino de História (LE)	Não há	Não há	144 h/a	Não há
Projeto de Pesquisa Histórica (Ob)	Ter concluído toda a carga horária das disciplinas obrigatórias de conteúdo teórico, histórico e historiográfico e as disciplinas optativas voltadas exclusivamente à prática como componente curricular em Laboratórios de Ensino de História.	72 h/a	Não há	Não há
Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares (Ob)	Projeto de Pesquisa Histórica e ter concluído toda a carga de disciplinas de conteúdo especializado de História.	180 h/a	Não há	Não há
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	Pré-Requisito	Horas de Conteúdo e Prática de Pesquisa	Horas de Prática como Componente Curricular	Horas de Estágio
Estágio Supervisionado de História I (ES)	Metodologia de Ensino de História	Não há	Não há	72 h/a
Estágio Supervisionado de História II (ES)	Estágio Supervisionado de História I	Não há	Não há	270 h/a
Estágio Supervisionado de História III (ES)	Estágio Supervisionado de História II	Não há	Não há	144 h/a
TOTAL		252 h/a	144 h/a	486 h/a

NÚCLEO DE CONTEÚDO COMPLEMENTAR		
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES	Pré-Requisito	Horas de Conteúdo
O formando deverá cursar uma carga mínima obrigatória de 120 horas-aula de disciplinas optativas a serem feitas fora do Curso de História, não sendo possível transformá-las em créditos HST (Ex)	Não há	120 h/a
TOTAL		120 h/a

NÚCLEO DOS CONTEÚDOS PEDAGÓGICOS			
DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS	Pré-Requisito	Horas de Conteúdo	Horas de Prática como Componente Curricular
Seminário de Pesquisa em Ensino (Ob)	Não há	Não há	72 h/a
Didática B (Ob)	Seminário de Pesquisa em Ensino	60 h/a	12 h/a
Metodologia do Ensino de História (Ob)	Didática B	72 h/a	36 h/a
Organização Escolar I (Ob)	Não há	72 h/a	
Organização Escolar II (Ob)	Organização Escolar I	54 h/a	18 h/a
Teorias da Educação (Ob)	Não há	72 h/a	
Psicologia Educacional: desenvolvimento e aprendizagem (Ob)	Não há	60 h/a	12 h/a
TOTAL		390 h/a	150 h/a

NÚCLEO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Pré-Requisito	Horas de Atividade
<p>As Atividades Complementares deverão ser realizadas pelo formando e reconhecidas e homologadas pelo Colegiado de Curso. O formando deverá apresentar uma carga mínima obrigatória de 240 horas-aula de atividades complementares, como por exemplo: estágios não-obrigatórios; atividades de voluntariado; bolsista do PET; monitoria; iniciação científica; a frequência em oficinas, seminários e/ou disciplinas que assegurem o trânsito com a comunidade ou que para ela se destine o seu treinamento; a colaboração em projetos e/ou ações de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico; a produção de produtos que instrumentalizam ou que são resultantes das ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como cartilhas, vídeos, filmes, softs, CDs, cassetes, dentre outros; realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa), incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional; participação e/ou organização de eventos científicos, cursos, seminários; apresentações de trabalho; viagens de estudo; treinamento em laboratórios; participação em bancas de defesa; e outras atividades de extensão (AC).</p> <p><u>Observação:</u> caso o formando venha exceder à carga horária mínima exigida, essas atividades não poderão ser validadas como disciplinas optativas.</p>	Não há	240 h/a
TOTAL		240 h/a

TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO				
DISCIPLINAS E ATIVIDADES	HORAS DE CONTEÚDO	HORAS DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	HORAS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES
Disciplinas de Conteúdo Teórico, Histórico e Historiográfico; e Disciplinas de Conteúdo Especializado de História.	1.404 h/a	180 h/a		
Disciplinas de Prática Profissional e Estágio Supervisionado	252 h/a	144 h/a	486 h/a	
Disciplinas de Conteúdo Complementar	120 h/a			
Disciplinas de Conteúdo Pedagógico	390 h/a	150 h/a		
Atividades Complementares				240 h/a
Sub-total	2.166 h/a	474 h/a	486 h/a	240 h/a
TOTAL	3.366 horas-aula			

9.1 ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS EM FASES

1ª FASE				
DISCIPLINAS	Pré-Requisito	Créditos	Horas de Conteúdo	Horas de Prática como Componente Curricular
1. Introdução aos Estudos Históricos (Ob)	Não	4	72	
2. História do Oriente Antigo (Ob)	Não	4	60	12
3. História da Antigüidade Ocidental (Ob)	Não	4	60	12
4. História da Arte (Ob)	Não	4	60	12
5. Teorias da Educação (Ob)	Não	4	72	
TOTAL DE HORAS		20	324	36

2ª FASE				
DISCIPLINAS	Pré-Requisito	Créditos	Horas de Conteúdo	Horas de Prática como Componente Curricular
1. História Medieval (Ob)	Não	4	60	12
2. História da África (Ob)	Não	4	60	12
3. Conteúdo Especializado de História (Op)	Não	4	72	
4. Psicologia Educacional (Ob)	Não	4	60	12
5. Organização Escolar I (Ob)	Não	4	72	
TOTAL DE HORAS		20	324	36

3ª FASE				
DISCIPLINAS	Pré-Requisito	Créditos	Horas de Conteúdo	Horas de Prática como Componente Curricular
1. História Moderna (Ob)	Não	4	60	12
2. História da América Colonial (Ob)	Não	4	60	12
3. História da América Portuguesa (Ob)	Não	4	60	12
4. Laboratório de Ensino de História (LE)	Não	4		72
5. Seminário de Pesquisa em Ensino (Ob)	Não	4		72
TOTAL DE HORAS		20	180	180

4ª FASE				
DISCIPLINAS	Pré-Requisito	Créditos	Horas de Conteúdo	Horas de Prática como Componente Curricular
1. Teoria da História I (Ob)	Não	4	72	
2. História Contemporânea I (Ob)	Não	4	60	12
3. História da América Independente (Ob)	Não	4	60	12
4. História do Brasil Monárquico (Ob)	Não	4	60	12
5. Didática B (Ob)	Sim	4	60	12
TOTAL DE HORAS		20	312	48

5ª FASE				
DISCIPLINAS	Pré-Requisito	Créditos	Horas de Conteúdo	Horas de Prática como Componente Curricular
1. Teoria da História II (Ob)	Não	4	72	
2. História do Brasil Republicano I (Ob)	Não	4	60	12
3. Laboratório de Ensino de História (LE)	Não	4		72
4. Disciplina Complementar (Ex)	Não	2	30	
5. Metodologia do Ensino de História (Ob)	Sim	6	72	36
TOTAL DE HORAS		20	234	120

6ª FASE					
DISCIPLINAS	Pré-Requisito	Créditos	Horas de Conteúdo	Horas de Prática como Componente Curricular	Horas de Estágio
1. História Contemporânea II (Ob)	Não	4	60	12	
2. História do Brasil Republicano II (Ob)	Não	4	60	12	
3. História de Santa Catarina (Ob)	Não	4	60	12	
4. Organização Escolar II (Ob)	Sim	4	54	18	
5. Estágio Supervisionado de Hist. I (ES)	Sim	4			72
TOTAL DE HORAS		20	234	54	72

7ª FASE				
DISCIPLINAS	Pré-Requisito	Créditos	Horas de Conteúdo	Horas de Estágio
1. Conteúdo Especializado de História (Op)	Não	4	72	
2. Estágio Supervisionado de História II (ES)	Sim	15		270
TOTAL DE HORAS		19	72	270

8ª FASE				
DISCIPLINAS	Pré-Requisito	Créditos	Horas de Conteúdo	Horas de Estágio
1. Projeto de Pesquisa Histórica (Ob)	Sim	4	72	
2. Conteúdo Especializado de História (Op)	Não	4	72	
3. Conteúdo Especializado de História (Op)	Não	4	72	
4. Estágio Supervisionado de História III (ES)	Sim	8		144
TOTAL DE HORAS		20	216	144

9ª FASE			
DISCIPLINAS	Pré-Requisito	Créditos	Horas de Conteúdo
1. Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares (Ob)	Sim	10	180
2. Disciplina Complementar (Ex)	Não	4	60
3. Disciplina Complementar (Ex)	Não	2	30
TOTAL DE HORAS		16	270

10. OS PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

10.1 PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DE CONTEÚDO ESPECÍFICO E DE PRÁTICA DE PESQUISA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NOME DA DISCIPLINA: **Introdução aos Estudos Históricos**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7101

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Discussão introdutória sobre a construção do conhecimento histórico através do estudo das fontes, da discussão bibliográfica e da forma da narrativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Normas técnicas de apresentação de trabalhos acadêmicos
- A pesquisa em História
- A escrita da História
- A cronologia: Idades, Etapas e Estágios
- A relação entre História e outras áreas do conhecimento
- Perspectivas historiográficas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ARIÉS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1989.

BESSELER, José van den. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: EPU, 1973.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a História*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*, São Paulo: UNESP, 1991.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP/SP, 1992.

CARR, Edward. *Que é História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

COLLINGWOOD, R. G. *A Idéia de História*. Lisboa: Presença, 1978.

DUBY, G. et al. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1998.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: Edusc, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.

GLENISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, [s/d].

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre a História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

LANGOIS, Ch.V e SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Ed. Renascença, 1946.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1990.

THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

NOME DA DISCIPLINA: **Teoria da História I**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7401

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo dos fundamentos teóricos das concepções modernas em História e dos modelos históricos dos séculos XVIII e XIX.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A História entre ciência e erudição
- Razão e teleologia histórica no Iluminismo
- História e dialética
- Positivismo, Historicismo e Escola Metódica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOTTOMORE, Tom (ed.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

DURKHEIM, Émile. *Pragmatismo e sociologia*. Florianópolis: Ed. UFSC/Unisul, 2004.

GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HEGEL, Georg W. Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Ed.UNB, 1999. HOBBSAWM, Eric (org.) *História do Marxismo*. Volume 1: O Marxismo no tempo de Marx. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Ranke*. São Paulo: Ática, 1978.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. Livro Primeiro. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (1998).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su génesis*. Mexico: FCE, 1982.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Sui fondamenti della storia antica*. Torino: Einaudi, 1984.

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a economia política e Do contrato social*. Petrópolis: Vozes, 1996.

SIMIAND, François. *Método histórico e ciência social*. Bauru: Edusc, 2003.

WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992.

VÉDRINE, Hélène. *As filosofias da história. Decadência ou crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

VILAR, Pierre. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985.

NOME DA DISCIPLINA: **Teoria da História II**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7501

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo dos fundamentos teóricos da crítica historiográfica contemporânea – séculos XX e XXI.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História, filosofia e sociologia na historiografia do século XX
- Mentalidades, História Social e História Cultural
- As discussões historiográficas sobre a crise da moderna razão histórica.
- A escrita da história no contexto historiográfico contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALTER, Robert. *Anjos necessários. Tradição e modernidade em Kafka, Benjamin e Scholem*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

ANDERSON, Perry. *O fim da história - de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

ARIÉS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BANN, Stephen. *As invenções da História. Ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales - 1929-1989*. São Paulo: UNESP, 2003.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história - novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1988.

DOSSE, François. *A história em Migalhas - Dos annales à nova história*. Campinas: UNICAMP.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. *Relações de Força. História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

QUINTANEIRO, Tânia et alii. *Um toque de clássicos. Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

TOCHMAN, Bárbara. *A prática da história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. Brasília: UnB, 1998.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

NOME DA DISCIPLINA: **História do Oriente Antigo**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7102

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo das sociedades do Oriente Antigo, suas relações com o Ocidente, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de ensino.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

As Sociedades do Oriente Antigo

- Processos de sedentarização
- Urbanização e organização política
- Atividades econômicas
- Imaginário mitológico
- Vida cotidiana

O Ensino de História do Oriente Antigo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Emanuel. *Escrito para a Eternidade: a literatura no Egito faraônico*. Brasília, UNB, 2000.

BAKOS, Margaret. *Fatos e Mitos no Antigo Egito*. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Sete Olhares Sobre a Antigüidade*. Brasília: UNB, 1994.

COHN, Norman. *Cosmos, Caos e o Mundo que Virá: as origens das crenças no Apocalipse*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DONADONI, Sergio (dir.) *O Homem Egípcio*. Lisboa: Presença, 1994.

FINKELSTEIN, Israel e SILBERMAN, Neil A.. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa, 2003.

GRANET, Marcel. *O Pensamento Chinês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HAGEN, Rose-Marie e HAGEN, Rainer. *Egipto: pessoas, deuses, faraós*. Lisboa: Taschen, 2003.

HOOVER, J.T. (org). *Lendo o Passado: do cuneiforme ao alfabeto*. A História da Escrita Antiga. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1996.

LEICK, Gwendolyn. *Mesopotâmia: a invenção da cidade*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

McCALL, Henrietta. *Mitos da Mesopotâmia*. São Paulo: Ed. Moraes, 1994.

NOUBLECOURT, Cristiane D. *A Mulher no Tempo dos Faraós*. Campinas: Papirus, 1994.

SCARPI, Paolo. *Politeísmos: as religiões do mundo antigo*. São Paulo: Hedra, 2004.

ZIMMER, Heinrich. *Mitos e símbolos na arte e na civilização da Índia*. São Paulo: Palas Athena, 1989.

NOME DA DISCIPLINA: **História da Antigüidade Ocidental**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7103

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo das sociedades da Antigüidade Clássica, sua organização e mudanças a partir do contato com o Oriente, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de ensino.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GRÉCIA

- O espaço geocultural
- A vida privada
- A cidadania, a escravidão e a guerra
- Ideal e realidades políticas
- A economia grega
- Religião doméstica, mitologia e deuses gregos

ROMA

- Ambiente geográfico e formação do povo romano
- A estrutura política
- O imperialismo romano
- Aspectos da vida cotidiana
- Virtudes romanas e valores cristãos

O ENSINO DA ANTIGÜIDADE OCIDENTAL

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYMARD, André e AUBOYER, Jeannine. *História Geral das Civilizações: o Oriente e a Grécia Antiga, o homem no Oriente Próximo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

_____. *Roma e seu império*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

CARCOPINO, Jérôme. *Roma no apogeu do império: a vida cotidiana*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DOWDEN, Ken. *Os usos da mitologia grega*. Campinas: Papirus, 1994.

FINLEY, M. I. *Economia e sociedade na Grécia antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2001. (Repensando a História).

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HERÓDOTO. *História*. Brasília: UnB, 1988.

JARDÉ, Auguste. *A Grécia antiga e a vida grega*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1997.

LORAUX, Nicole. *A invenção de Atenas*. Trad. Lilian Valle. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

PEREIRA, Maria Helena da R. *Estudos de história da cultura clássica*. Cultura grega. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

POUZADOUX, Claude. *Contos e lendas da Mitologia Grega*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

ROSTOVITZ, M. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

SAUTEREAU, François e HALICARNASSO, Dionísio de. *Contos e lendas do nascimento de Roma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHLIEMANN, H. *Ítaca, o Peloponeso e Tróia*. São Paulo: Ars Poético Editora, 1992.

SCHWAB, Gustav. *As mais belas histórias da Antigüidade clássica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SISSA, Giulia e DETIENNE, Marcel. *Os Deuses Gregos: a vida cotidiana*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

TUCÍDIDES. *Guerra do Peloponeso*. Brasília: UnB, 1990.

VERNANT, Jean Pierre. *Mito e Pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VEYNE, Paul. *História da vida privada*. Do império romano ao ano mil. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

WERNER, Jaeger. *Paidéia*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NOME DA DISCIPLINA: **História Medieval**
 CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7201
 NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula
 (12 horas-aula de prática como componente curricular)
 PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo da Idade Média, suas abordagens historiográficas e suas perspectivas teóricas e de ensino.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Abordagens teóricas sobre a Idade Média
- As migrações e a nova organização do Ocidente
- O Império bizantino e a expansão muçulmana
- A sociedade feudal
- A produção do conhecimento no mundo medieval
- As cidades e a constituição dos Estados Nacionais
- O Ensino de História Medieval.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANDERSON, Perry. *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia. das Letras, vol. I e II, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- _____. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval*. Lisboa: Editora 70, 1987.
- _____. *A Europa na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. *Senhores e Camponeses*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- DURANT, Wiel. *A Idade da Fé: a história da civilização medieval de Constantino a Dante*. Rio de Janeiro, s/d.
- FRANCO, Hilário. *A Idade Média e o Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- LE GOFF, Jacques. *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- _____. *A Bolsa e a Vida*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Para um Novo Conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980.
- _____. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.
- MACEDO, José Rivair. *Riso, Cultura e Sociedade na Idade Média*. Porto Alegre/São Paulo: EDURGS/UNESP, 2000.
- PERNOUD, Régine. *A Mulher no Tempo das Catedrais*. Lisboa: Estampa, 1980.
- PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. (1935) Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ROUSSET, Paul. *História das Cruzadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- VERGER, Jacques. *As Universidades na Idade Média*. São Paulo: UNESP, 1990.
- _____. *Homens e Saber na Idade Média*. São Paulo: EDUSC, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: **História da África**
 CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7202
 NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula
 (12 horas-aula de prática como componente curricular)
 PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo das diferentes estruturas sócio-políticas da África entre os séculos XVI e XX, os processos de constituição dos sistemas coloniais e de descolonização e as formas de abordagens didático-pedagógicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A invenção da África
- As estruturas sociais, econômicas e políticas
- O colonialismo na África
- Os processos de descolonização
- O ensino de História da África

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BARRY, Boubacar. Reflexão sobre os discursos históricos das tradições orais em Senegâmbia, in: *Senegâmbia: o desafio da história regional*. Rio de Janeiro: SEPHIS/UCAM, 2000.
- COSTA E SILVA, Alberto da Costa. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- FERRO, Marc (org). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- HERNANDES, Leila Leite. *África na sala de aula*. São Paulo: Summus Editorial/Selo Negro, 2005.
- KI-ZERBO, Joseph (org). *História Geral da África*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *História da África negra*. Lisboa: Europa-América, 1998.
- L'ESTOILE, Benoit (org). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002
- LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: uma história das suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MINTZ, Sidney & PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana*. Rio de Janeiro: Pallas/CEAB-UCAM, 2003.
- OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- SANTIAGO, Theo. *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- SANTOS, Patrícia Teixeira. *D. Comboni: profeta da África e santo no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- SCHERMANN, Patrícia Santos. *Dimensões da História da África contemporânea*. Rio de Janeiro: FEUC, 2002.
- THORTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- YOUNG, Robert. *Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça*. São Paulo: perspectivas, 2005.
- WESSLING, Henry. *Dividir para dominar: a partilha da África (1880-1914)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/Revan, 1998.

NOME DA DISCIPLINA: **História Moderna**
 CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7301
 NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula
 (12 horas-aula de prática como componente curricular)
 PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo em torno da formação do mundo moderno com ênfase nos aspectos sociais, econômicos e culturais que moldaram a sociedade ocidental, suas abordagens teóricas e de ensino.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A transição do mundo medieval para o mundo moderno
- O mercantilismo
- Humanismo, Renascimento e Ciência Moderna
- Reformas religiosas
- O Estado Absolutista
- Crise do Antigo Regime e a Revolução Francesa
- O ensino de História Moderna

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARIÉS, Philippe e DUBY, Georges (Org.) *História da Vida Privada – Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. *As Estruturas do Cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *O Tempo do Mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- BURKHARD, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- CORVESIER, André. *História Moderna*. São Paulo: Difel, 1983.
- COSTA, Silvio. *Revolução e Contra-Revolução na França*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1999
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.
- DURANT, Will. *A Reforma*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1957.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FALCON, Francisco José. *Mercantilismo e Transição*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HILL, Christopher. *O Eleito de Deus. Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LABROUSSE, Ernest e MOUNIER, Roland. *História Geral das Civilizações*. São Paulo: Difel, 1969.
- LEFEBVRE, George. *A Revolução Francesa*. São Paulo: IBRASA, 1989.
- MICHELET, Jules. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- RÉMOND, René. *O Antigo Regime e a Revolução (1750-1815)*. São Paulo: Cultrix, 1986.
- ROSSI, Paolo. *O Nascimento da Ciência Moderna na Europa*. Bauru: UDUSC, s/d.
- SEVCENKO, Nicolau. *O Renascimento*. São Paulo/Campinas: Atual, Ed. da UNICAMP, 1988.
- TAWNEY, R.H. *A religião e o surgimento do capitalismo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

NOME DA DISCIPLINA: **História Contemporânea I**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7402

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo dos desdobramentos da Revolução Francesa no contexto da formação e fortalecimento da sociedade industrial moderna e suas abordagens teóricas e de ensino.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Os impactos da Revolução Francesa
- Revolução industrial e condição operária
- Liberalismo, Anarquismo, Socialismo e Comunismo
- Nação e Império – Metrôpoles e Colônias
- Arte, Ciência e Cultura
- A conjuntura histórica anterior à Primeira Guerra Mundial
- As possíveis abordagens didático-pedagógicas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. Trad. Sérgio Bath. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BENJAMIM, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. In: *Obras escolhidas*. Trad. José Carlos Barbosa e Hemerson Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ENGELS, Friedrich. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Editora Moraes, s/d.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Trad. Maria Lopes Teixeira e Marcos Pimentel. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital 1848-1875*. Trad. Luciano Costa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios 1875-1914*. Trad. Siene Campos e Yolanda Toledo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

MARX, Karl. *O capital*. 9ª ed. Trad. Reginaldo Santana. São Paulo: Difel, 1984. Livro I.

MARX, Karl. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. Trad. José Moura e Eduardo Chitas. Lisboa: Avante, 1984.

MAYER, Arno. *Dinâmica da contra-revolução na Europa (1870-1956)*. Trad. M. Gonçalves. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MILL, John Stuart. *Da liberdade*. Trad. Jacy Monteiro. São Paulo: Ibrasa.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RUDE, George. *A multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SALIBA, Elias Tomé. *As utopias românticas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

TOCQUEVILLE, Alexis. *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. Trad. Modesto Florenzano. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

WALLERSTEIN, I. *O capitalismo histórico*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1995.

WEBER, Max. *Ética Protestante e o Espírito Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: **História Contemporânea II**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7601

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo do século XX, da Primeira Guerra Mundial à globalização, suas abordagens teóricas e de ensino.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A crise de 1914 e a Primeira Guerra Mundial
- A Revolução Russa
- Liberalismo e regimes autoritários
- A Segunda Guerra Mundial
- Guerra Fria
- As relações entre Oriente e Ocidente
- A nova ordem internacional
- As possíveis abordagens didático-pedagógicas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, Perry. *O Balanço do Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARBEX, José Jr. *Guerra Fria: terror de Estado, Política e Cultura*. São Paulo: Moderna, 1997.

BELLAMY, Richard. *Liberalismo e a Sociedade Moderna*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.

_____. *A Vingança da História*. O Marxismo e as revoluções do leste europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lênin e Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CHOSSUDOVSKY, Michel. *A Globalização da Pobreza*. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. *Questões de História Contemporânea*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

FALCÃO, Francisco & MOURA, Gerson. *A Formação do Mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. O Breve Século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KIRK, George E. *História do Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

KOCHAN, Lionel. *As Origens da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LINHARES, Maria Yedda. *A Luta Contra a Metrópole (Ásia e África)*. 2.^a Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MANDEL, Ernest. *O Significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Ática, 1989.

MATOS, Olgária. *Paris 1968*. As barricadas do desejo, São Paulo: Brasiliense, 1981.

MORIN, Edgard. *Cultura de Massas no Século XX*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

PACAUT, Marcel et alii. *O Mundo Contemporâneo (1945-1975)*. Lisboa, s/d.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

REMOND, René. *O Século XX*. De 1914 aos Nossos Dias. São Paulo: Cultrix, 1989.

VILAR, Pierre. *A Guerra da Espanha, 1936-1939*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Primeira Guerra Mundial*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRG, 1996.

_____. *Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

NOME DA DISCIPLINA: História da América Colonial

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7302

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo da conquista e colonização da América espanhola e anglo-saxônica e as formas de abordagens didático-pedagógicas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A conquista da América
- A colonização, os sistemas de trabalho, o comércio e a economia
- Culturas e idéias na América anglo-saxônica
- Culturas e idéias na América hispanófila
- A desarticulação do sistema colonial
- As possíveis abordagens didático-pedagógicas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARD, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo: da descoberta à conquista, uma experiência européia (1492-1550)*. São Paulo: EDUSP, 1997.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo/Brasília: EDUSP/Fundação Alexandre de Gusmão, vols. 1 e 2, 1999.

DEL PRIORE, Mary. *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FREITAS NETO, José Alves de. *Bartolomé de Las Casas: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana*. São Paulo: Annablume, 2003.

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol, séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEONARD, Irving. *Los libros del conquistador*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

MILLER, William. *Nueva historia de los Estados Unidos*. Buenos Aires: Nova, 1961.

MOYANO PAHISA, Angela et alii. *EUA: documentos de su historia y síntesis de su historia*. México: Aliança Editorial, Instituto Mora, 9 vols., 1988.

NOVAES, Adauto (org.) *A descoberta do homem e do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAES, Adauto (org.) *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PARKES, Henry Bamford. *The American experience*. New York: Alfred A. Knopf, 1995.

PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial da América Latina/Ed. Unicamp, vols. 1 e 2, 1994.

REMOND, René. *História dos Estados Unidos*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ROMERO, José Luís. *América Latina: as cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

SCHWARCZ, Lilia & QUEIROZ, Renato (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP, 1996.

THEODORO, Janice. *América Barroca: temas e variações*. São Paulo/Rio de Janeiro: EDUSP/Nova Fronteira, 1992.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

WACHTEL, Nathan. *La vision des vaincus: des indiens du Pérou devant la conquête espagnole*. Paris: Gallimard, 1971.

NOME DA DISCIPLINA: **História da América Independente**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7403

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo da trajetória histórica dos países da América de colonização espanhola, francesa e inglesa a partir dos processos de independência e as formas de abordagens didático-pedagógicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Os processos de independência
- A formação dos Estados Nacionais
- O Estado liberal-oligárquico
- O surgimento do imperialismo e a transição ao capitalismo periférico
- O Estado populista
- A Revolução Cubana
- Os golpes de Estado e a instalação de ditaduras civil-militares
- As influências dos Estados Unidos na América Latina
- As possíveis abordagens didático-pedagógicas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUILLAR MONTEVERDE, Alonso. *El panamericanismo: de la Doctrina Monroe a la Doctrina Johnson*. México: Cuadernos Americanos, 1965.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: da independência até 1870*. São Paulo: EDUSP, vol. III, 2001.

CARMAGNANI, Marcello. *Estado y sociedad en América Latina*. Barcelona: Grijalbo, 1984.

CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.

CHOMSKY, Noam e DIETERICH, Heinz. *A sociedade global: educação, mercado e democracia*. Blumenau: FURB, 1999.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: TAQ, 1979.

FERRO, Marc. *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GÉRARD-CHARLES, Pierre. *Génesis de la Revolución Cubana*. 7ª ed., México: Século XXI, 1987.

GONZALEZ CASANOVA, Pablo. *América Latina: história de meio século*. Brasília: Editora da Unb, 1986.

HALPERIN DONGHI, Túlio. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

IANNI, Octavio. *A formação do Estado populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Imperialismo na América Latina*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

LENIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Várias edições.

LOWENTHAL, Abraham. *La convivencia imperfecta: Los Estados Unidos y América Latina*. México: Nueva Imagen, 1989.

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIVIDAL, Francisco. *Bolívar: pensamiento precursor del antimperialismo*. Havana: Casa das Américas, 1977.

RAMPINELLI, W. J. e OURIQUES, N. (orgs.) *Os 500 Anos – A conquista interminável*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: História da América Portuguesa

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7303

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo da ocupação e colonização da América pelos portugueses e das formas de abordagem didático-pedagógicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Abordagens historiográficas
- Os avanços e as diversidades regionais na ocupação
- Administração, economia e sociedade colonial
- Resistências à ordem colonial
- O ensino de História da América Portuguesa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ANTUNES, Manuel. *Como Interpretar Pombal?* Lisboa/Porto: Brotéria, 1983.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDES, Dirce Lorimier. *A Inquisição na América (1580-1640)*. São Paulo: Arké, 2004.

FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, e GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João L. R., e Manolo FLORENTINO. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed. São Paulo: Difel, 1985, t. I, v. II.

_____. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4. Ed. São Paulo: Nacional, 1985.

_____. *Raízes do Brasil*. 11 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

LAPA, José Roberto do Amaral (org.) *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará*. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____. *O sistema colonial*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MELLO E SOUZA, Laura (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MURARO, Valmir Francisco. *Padre Antônio Vieira: Retórica e Utopia*. Florianópolis: Insular, 2003.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Estudos Históricos. São Paulo: Hucitec, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRIORI, Mary del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

REIS, João José, e Flávio dos Santos GOMES (orgs.) *Liberdade por um fio: história dos quilombolas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VAINFAS, Ronaldo (org.) *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

NOME DA DISCIPLINA: História do Brasil Monárquico

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7404

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo do processo de independência do Brasil, a construção do Estado Nacional e a sociedade brasileira durante o século XIX. As formas de abordagens didático-pedagógicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Processo de Independência do Brasil
- Conflitos políticos e sociais na formação do Estado Nacional
- Impasses e rebeliões
- O projeto Saquarema
- A sociedade e a economia brasileira
- A questão platina e a Guerra do Paraguai
- A escravidão e o processo de abolição
- Crise e fim do Império
- O ensino de História do Brasil Monárquico

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Cia das Letras, vol. 2, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. & Teatro de Sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: UFRJ/ Relume-Dumará, 1996.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; e KRAAY, Hendrik.(orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no séc. XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed. 1995.

DORATIOTTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Globo/Ed. USP, 1975.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo II, O Brasil Monárquico, vols. 3, 4, 5, 6 e 7, 1985.

LEITE, Míriam Moreira (org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, séc. XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros*. São Paulo: Hucitec/USP, 1993.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Depto. Geral de Inf. Cultural, 1993.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Coleção Descobrimdo o Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: A formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Access. 1994.

MOTTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: Saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PRADO JR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

- RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800 – 1850)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Ed. Unicamp, CECULT, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da Independência*. Rio: Civilização Brasileira, 1980.
- WERNET, Augustin. *O Período Regencial, 1831 – 1840*. São Paulo: Ed. Global, 1982. Coleção História Popular, nº 7.

NOME DA DISCIPLINA: **História do Brasil Republicano I**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7502

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo da sociedade brasileira da proclamação da república até a primeira metade do século XX. As formas de abordagens didático-pedagógicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As origens intelectuais e políticas dos projetos republicanos
- A dinâmica político-institucional nas primeiras décadas republicanas
- Debates sobre projetos de Estado e de Nação
- Lutas sociais no campo e na cidade
- Desenvolvimento industrial e organizações de trabalhadores
- Transformações urbanas
- As artes no contexto da sociedade brasileira
- O processo de radicalização política nos anos 1930 e o Estado-Novo
- O ensino de História do Brasil republicano de 1889 a 1945

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRITO, Mário da S. *História do modernismo brasileiro – antecedentes da semana de arte moderna*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CAMARGO, Aspásia e GÓES, Walter. *Meio século do combate*. Diálogo com Cordeiro de Farias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia. da Letras, 1987.

_____. *Formação das almas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CORRÊA, Carlos Humberto. *Um Estado entre duas Repúblicas*. Florianópolis: UFSC, 1983.

DECA, Maria A. G. *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECCA, Edgar de. *1930. O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil Totalitário*. Rio de Janeiro: Edufrj, 1998.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. (org.). *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1982/84.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1, 446p.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, 376p.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 1, 380p.

GARCIA, Nelson J. *O Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo: Loyola, 1982.

GOMES, Ângela de C. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. São Paulo: Papirus, 1986.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.

QUEIRÓS, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social*. São Paulo: Ática, 1977.

QUEIROZ, Suely R.R. de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu Extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TRINDADE, Helgio. *Integralismo*. São Paulo: Difel, 1974.

NOME DA DISCIPLINA: **História do Brasil Republicano II**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7602

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo da sociedade brasileira contemporânea a partir de 1945 e as formas de abordagens didático-pedagógicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Política e sociedade nos anos 1940 e 1950
- Discussão sobre populismo e trabalhismo
- A ditadura militar
- Movimentos sociais e culturais
- Governos pós-ditadura militar
- O Brasil no contexto da Globalização
- O ensino de História do Brasil contemporâneo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

CANCELLI, Elizabeth (org.). *Histórias de violência, crime e lei no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 2004.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FARIA, Antonio Augusto & BARROS, Edgard Luiz de. *Getúlio Vargas e sua época*. São Paulo: Global, 1983.

FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. III O Brasil Republicano. Economia e cultura (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1984.

FERNANDES, Florestan. *A ditadura militar*. São Paulo: Quatro Rodas, 1982.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, 432 p.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, 432 p.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o Capitalismo em Construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GASPARI, Elio & HOLLANDA, Heloisa Buarque & VENTURA, Zuenir. *Cultura em trânsito*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

HIPPOLITO, Luca. *De raposas a reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, s/d.

HOLLANDA, Heloisa B. de & GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *Estado e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

NOME DA DISCIPLINA: **História de Santa Catarina**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7603

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo da História e da historiografia catarinense e as formas de abordagens didático-pedagógicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A historiografia catarinense
- Santa Catarina: povoamento, território, colonização, identidades
- Fontes e perspectivas para os estudos históricos em Santa Catarina
- Temas de pesquisa e ensino de História de Santa Catarina

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a História Catarinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912.

BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia (org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia.(org.). *História de Santa Catarina nos séculos XVI a XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

BRANCHER, Ana (org.). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Laudes/Sec, 1970.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Nossa Senhora do Desterro*. v.1 Memória e v.2 Notícia. Florianópolis: Lunardelli.

CORREA, Carlos Humberto P. *Um Estado entre Duas Repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina até 1935*. Florianópolis: UFSC/LUNARDELLI, 1984.

COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens e sua influência no sertão da Terra firme*. Florianópolis: FCC Edições, 1982.

DALLABRIDA, Norberto (org.). *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

FAVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC; Itajaí: Univali, 2004.

FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri (org.). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Oktoberfest: festa, cultura e turismo na estação do Chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

KLUG, João. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina: A comunidade alemã de Desterro - Florianópolis*. Florianópolis: Papa-livro, 1994.

LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LUZ, Aujor Ávila da. *Os Fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. Fpolis: s/ed, 1952.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Unicamp, 2004.

MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina 1889-1900*. Florianópolis: UFSC, 1982.

MORGA, Antônio E. (org.). *História das mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas; Chapecó: Argos, 2001.

- NECKEL, Roselane. *A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres faladas, mulheres honestas: uma questão de classe*. Fpolis: UFSC, 1994.
- PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: UFSC, 1995.
- PIAZZA, Walter Fernando. *O escravo numa economia minifundiária*. Florianópolis: UDESC; São Paulo: Resenha Universitária. 1975.
- RAMPINELLI, Waldir José (org.). *História e Poder: A Reprodução das Elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2003.
- RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Grifos, 1997.
- SERPA, Élio C. *Igreja e Poder*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.
- SEYFERTH, Giralda.. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- SOUZA, Rogério Luiz de. *Uma história inacabada: cem anos do Colégio Catarinense*. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.
- VOLPATO, Terezinha Gascho. *A Pirita Humana. Os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa, 1984.

NOME DA DISCIPLINA: **História da Arte**
 CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7104
 NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula
 (12 horas-aula de prática como componente curricular)
 PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo dos problemas da arte em diferentes épocas e sociedades e das abordagens teórico-metodológicas para a decodificação de imagens no âmbito da pesquisa e ensino da História.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos fundamentais para a análise e decodificação de imagens artísticas
- Forma, função e contexto na arte da Pré-História, Antigüidade e Idade Média
- Produção artística na Idade Moderna do Ocidente
- Tradições artísticas nas sociedades não-ocidentais
- Arte Moderna e Contemporânea
- Arte brasileira
- Produção artística no âmbito da pesquisa e ensino da História

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BARDI, P. M. *História da Arte Brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- CHIPP, Herschel B. *Teoria da arte moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- DE FUSCO, Renato. *História da arte contemporânea*. Lisboa: Presença, 1988.
- FALABELLA, Maria Luiza. *Da Mimesis à abstração*. Rio de Janeiro: Elo, 1987.
- FRANCASTEL, Pierre. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- _____. *Pintura e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- GOMBRICH, E. H. *A História da arte*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- _____. *Arte e ilusão*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- HUYGUE, René. *O poder da imagem*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- PANOFSKY, Erwin. *Estudos de iconologia*. Lisboa: Estampa, 1986.
- STANGOS, Nikos (org.). *Conceitos da arte moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- WOODFORD, Susan. *A arte de ver a arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

NOME DA DISCIPLINA: **Projeto de Pesquisa Histórica**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7701

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

PRÉ-REQUISITO

Ter concluído toda a carga horária das disciplinas obrigatórias de conteúdo teórico, histórico e historiográfico e 144 horas-aula de disciplinas optativas voltadas exclusivamente à prática como componente curricular em Laboratórios de Ensino de História.

EMENTA

Elaboração de projeto de pesquisa para realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Levantamento de questões para pesquisa
- Problematização do tema e discussão sobre fontes
- Discussão bibliográfica
- O discurso narrativo
- Elaboração do projeto de pesquisa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARIES, P. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- BRAUDEL, F. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1981.
- BRUYNE, P. et alii. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CARDOSO, C.F. e BRIGNOLI, H.P. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARRAHER, D.W. *Senso crítico*. São Paulo: Pioneira, 1983.
- CARVALHO, Ma. O. (org.). *Construindo o saber*. Campinas: Papirus, 1988.
- CASTRO, C.M. *A prática da pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.
- DUBY, G. e LARDREAU, G. *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.
- FERRARI, A.T. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.
- FURET, F. *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva.
- JACCARD, P. *Introdução às ciências sociais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- KAUFMANN, F. *Metodologia das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- KOCHE, J.C. *Fundamentos da metodologia científica*. Porto Alegre: vozes, 1982.
- MAGALHÃES-VILHENA, V. (Org.). *História, ciência social*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- McGARRY, K.J. *Da documentação à informação*. Lisboa: Presença, 1984.
- MONTENEGRO, J.A.S. *História e desenvolvimento*. Fortaleza: UFC, 1980.
- RUDIO, F. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ZHŪKOV, E. *Metodologia de la história*. Moscou: Academia de Ciências da Rússia, 1962.

NOME DA DISCIPLINA: **Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7801

NÚMERO DE HORAS-AULA: 180 horas-aula

PRÉ-REQUISITO

Ter concluído a disciplina de Projeto de Pesquisa Histórica e 288 horas-aula de disciplinas optativas de conteúdo especializado.

EMENTA

Elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso e comprovação das Atividades Complementares de 240 horas-aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEAUD, Michael. *A arte da tese: como redigir uma tese de mestrado ou de doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário*. Trad. Glória de Carvalho Lins. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1989. (Estudos nº 85).

FERREIRA, Sueli Mara S. P. e KROEFF, Márcia S. *Referências bibliográficas de documentos eletrônicos*. São Paulo: Associação Paulista de Biblioteconomia, 1996. (Série Ensaio APB, nº 25-/26).

SANTOS, Gildenir Carolino e PASSOS, Rosemary. *Como elaborar um TCC*. Campinas: FE/Unicamp, 1997.

SANTOS, Gildenir Carolino. *Manual de organização de referências e citações bibliográficas para documentos impressos e eletrônicos*. Campinas: Ed. da Unicamp/Editores Associados, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

10.2 PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS DE PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR EM LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

NOME DA DISCIPLINA: **Laboratório de Ensino de História – Oficina de Vídeo-História I**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7001

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula de prática como componente curricular

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Fundamentos da linguagem audiovisual. Utilização do audiovisual nos estudos históricos. Formação técnica e atividades práticas visando à produção de vídeos de apoio ao ensino da história.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O audiovisual como instrumento de construção e difusão do conhecimento histórico
- Modalidades de audiovisuais e especificidades do audiovisual de apoio ao ensino
- Elementos para análise de audiovisuais
- Etapas da produção de audiovisuais
- Organização dos grupos e pesquisa de temas junto às escolas
- Pesquisa, concepção e roteirização de narrativas audiovisuais
- Atividades de pré-produção

BIBLIOGRAFIA

AUMONT, Jacques et al.. *A estética do filme*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BERNARDET, Jean-Claude e RAMOS, Alcides Freire. *Cinema e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARRIÈRE, Jean-Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

COMPARATO, Doc. *Da criação ao roteiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

DA-RIN, Silvio. *Espelho partido: tradição e transformação do documentário*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GERBASE, Carlos. *Direção de atores: como dirigir atores no cinema e TV*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

MAMET, David. *Sobre a direção de cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARQUEZ, Gabriel Garcia et al.. *Oficina de roteiro de Gabriel Garcia Marquez: como contar um conto*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1997.

MOSCARIELLO. *Como ver um filme*. Lisboa: Presença, 1985.

REY, Marcos. *O roteirista profissional: TV e cinema*. São Paulo: Ática, 1995.

ROSENSTONE, Robert A. *El pasado en imágenes: el desafio del cine a nuestra idea de la historia*. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.

RODRIGUES, Chris. *O cinema e a produção*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SHANER, Peter. *Aprenda vídeo digital com experts: técnicas de produção de vídeos de força industrial*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (org.). *Documentário no Brasil: tradição e transformação*. São Paulo: Summus, 2004.

XAVIER, Ismail: *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WATTS, Harris. *Direção de câmera*. São Paulo: Summus, 1999.

_____. *On Camera*. São Paulo: Summus, 1990.

NOME DA DISCIPLINA: **Laboratório de Ensino de História – Oficina de Vídeo-História II**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7002

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula de prática como componente curricular

PRÉ-REQUISITO: Laboratório de Ensino de História – Oficina de Vídeo-História I

EMENTA

Montagem da matéria audiovisual e produção de sentido. O processo de edição e finalização do audiovisual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Organização da matéria audiovisual e produção de sentido
- As etapas da pós-produção
- Concepções de montagem
- As técnicas de edição
- Recursos de finalização
- Avaliação dos resultados

BIBLIOGRAFIA

CARRIÈRE, Jean-Claude e BONITZER, Pascal. *Prática do roteiro cinematográfico*. São Paulo: JSN Editora, 1996.

COMPARATO, Doc. *Da criação ao roteiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

DANCYGER, Ken. *Técnicas de edição para cinema e vídeo: história, teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DURÁN, Juan J. *Iluminação para vídeo e cinema*. São Paulo, 1994.

FIELD, Syd. *Manual do roteiro: os fundamentos do texto cinematográfico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GERBASE, Carlos. *Direção de atores: como dirigir atores no cinema e TV*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003.

LEONE, Eduardo e MOURÃO, Maria Dora. *Cinema e montagem*. São Paulo: Ática, 1987.

MACIEL, Luiz Carlos. *O poder do clímax: fundamentos do roteiro de cinema e TV*. Rio de Janeiro, 2003.

MAMET, David. *Sobre a direção de cinema*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MAMET, David. *Três usos da faca: sobre a natureza e a finalidade do drama*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARQUEZ, Gabriel Garcia et al.. *Oficina de roteiro de Gabriel Garcia Marquez: como contar um conto*. Niterói: Casa Jorge Editorial, 1997.

MOSS, Hugo. *Como formatar o seu roteiro*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

MOURA, Edgar. *Câmera na mão. Som direto e informação*. Rio de Janeiro: Funarte, 1985.

MURCH, Walter. *Num piscar de olhos: a edição de filmes sob a ótica de um mestre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PERSIC, Zoran. *Guia prático do cinema de animação*. 2ª ed. Lisboa: Presença, 1985.

REY, Marcos. *O roteirista profissional: TV e cinema*. São Paulo: Ática, 1995.

RODRIGUES, Chris. *O cinema e a produção*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SHANER, Peter. *Aprenda vídeo digital com experts*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

WATTS, Harris. *Direção de câmera*. São Paulo: Summus, 1999.

_____. *On Camera*. São Paulo: Summus, 1990.

NOME DA DISCIPLINA: **Laboratório de Ensino de História da África**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7003

NÚMERO DE HORAS-AULA: 36 horas-aula de prática como componente curricular

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Estudo das propostas nacionais para o ensino de História da África nos níveis fundamental e médio, favorecidas pela Lei nº 10.639/03. Discussões teóricas sobre a temática e as relações possíveis que se estabeleceram com os parâmetros curriculares nacionais (PCNs) e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O ensino de História da África e a construção das nações em África – os primeiros parâmetros.
- Os movimentos sociais na América Latina nos anos 60 e 70 do século XX e as visões sobre a África.
- A Lei nº 10.639/03 – a trajetória de um projeto.
- Visões sobre o ensino de História da África – os atores sociais dos anos 80 e 90 do século XX no Brasil.
- Novos objetos do ensino de História da África.
- O ensino de História da África e os PCNs – aproximações, divergências e caminhos.

BIBLIOGRAFIA

Ações Afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

AZEVEDO, Célia Marinho. *Anti-racismo e seus paradoxos – reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos* (30): 7-40, dezembro de 1996.

DEL PRIORE, Mary. A criança negra no Brasil. In: PAMPLONA, Marco A. (org). *Escravidão, exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro: Access Editora, 2001.

Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira. Brasília, junho de 2005.

Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº. 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

ELLIS, Stephen. Writing histories of contemporary África. In: *The Journal of African History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FAGE, J. D. Evolução da historiografia africana. In: KI-ZERBO, Joseph (org). *História Geral da África. I- Metodologia e pré-história africana*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

GÓES, José Roberto & FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (org). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

HAMA, Boubou & KI-ZERBO, Joseph. Lugar da História na sociedade africana. In: KI-ZERBO, Joseph (org). *História Geral da África. I- Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

HERNANDES, Leila Leite. *África na sala de aula*. São Paulo: Summus Editorial/Selo Negro, 2005.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Casa das Áfricas, 2003.

MAESTRI, Mario. *História da África Negra Pré-Colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MARQUES, Vera Regina. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil In: ABREU, Martha & SOHIET, Rachel (org). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Casa da Palavra, 2003.

_____. Os combates da memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros. *Tempo- revista do Departamento de História da UFF*. Dossiê: Escravidão e África negra. Vol. 03, n-06, dezembro de 1998.

MOUMOUNI, Abdou. *L'Education en Afrique*. Paris: Présence Africaine, 1998.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Brasília: SECAD, 2005.

- _____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.
- NZIEM, Ndaywel. Enseignement d'Histoire em Afrique: formation et recherches. *Africa: Rivista trimestrale di studi e documentazione dell'Istituto Ítalo-Africano*. Anno XXXIII, giugno 1978.
- LIMA, Mônica. Aprendendo a ensinar História da África no Brasil. Colóquio Internacional *Ensinando Estudos étnicos afro-americanos e africanos na América Latina*. CEAO/UFBA, Salvador, 19 e 20 de dezembro de 2005.
- _____. Fazendo soar os tambores: o ensino de História da África e dos africanos no Brasil. *Cadernos Pedagógicos PENESB*, n.04, 2004.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares – representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n.º.03, 2003.
- PEREIRA, Amauri Mendes. *Porque estudar a História da África?* Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *O tráfico de escravos – para repensar aspectos da identidade afro-brasileira*. Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *Colonialismo e descolonização-reflexões sobre os problemas africanos contemporâneos*. Rio de Janeiro, 1996.
- ROCHA, Maria José e PANTOJA, Selma. *Rompendo silêncios: história da África nos currículos de Educação Básica*. Brasília, 2004.
- SHORTER, Alylward and ONYANCHA, Edwin. *Street Children in Africa – a Nairobi case study*. Nairobi: Paulines Publication of Africa, 1999.
- SCHERMANN, Patricia Santos. *Dimensões da História da África contemporânea*. Rio de Janeiro: FEUC, 2002.
- TRIULZI, Alessandro. Metodologia e Ideologia nella storiografia africanista: note per um dibattito. *Africa: Rivista Trimestrale di studi e documentazione dell'Istituto Ítalo Africano*. Anno XXXLX, n.04, dicembre 1984.
- ZAMPARONI, Valdemir. As “escravas perpétuas” & o “Ensino Prático”: Raça, Gênero e Educação no Moçambique colonial, 1910-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n.03, 2002.
- WEDDERBURN, Carlos Moore. *Novas bases para o ensino de História da África no Brasil*. Salvador, 2005

NOME DA DISCIPLINA: **Laboratório de Ensino de História – Relações de Gênero e História**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7005

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula de prática como componente curricular

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

As relações de gênero no campo da história a partir do estudo de aspectos teórico-metodológicos e da prática em trabalho de campo com fontes de pesquisa variadas tais como arquivos, periódicos, história oral, literatura e iconografia, de acordo com as possibilidades e escolhas para cada semestre, e sua aplicação no ensino de História.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA HISTÓRIA

- Da história das mulheres aos estudos de gênero
- A categoria gênero nos estudos históricos
- Inter-relações: gênero, classe, etnia, geração
- Aspectos interdisciplinares das pesquisas de gênero

AS FONTES DE PESQUISA SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO

- Diversos tipos de fontes documentais
- A crítica dos documentos sob a perspectiva do gênero

TRABALHO PRÁTICO

TRABALHO DE UTILIZAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISES NO ENSINO DA HISTÓRIA

PRODUÇÃO DO RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS FONTES E DA APLICAÇÃO NO ENSINO

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino- uma invenção do falo*. Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920-1940). Maceió: Edições Catavento, 2003.

ÁLVARES, M. L. M. & D'INCAO, M. A. (org.) *A mulher existe?* Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: Gepem/Museu Goeldi/CNPq, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUSCHINI, C. e SORJ, B. *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.

BRUSCHINI, M. Cristina A. e ROSEMBERG, Fúlvia (org.) *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Cadernos Pagu (Publicada pelo Núcleo Pagu, Unicamp). Todos os números.

CALDAS, Dario. *Homens*. Comportamento. Sexualidade. Mudança. São Paulo: Editora do Senac, 1997.

CAROLA, Carlos Renato. *Dos subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina. (1937-1964)*. Florianópolis: UFSC, 1997, (Dissertação de mestrado em História).

CASAGRANDE, Jacir. *Movimentos Sociais no campo - mulheres agricultoras em SC*. Fpolis: UFSC, 1991. Dissertação de Mestrado.

COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CUNHA, Maria Teresa S. *Armadilhas da sedução*. Os romances de M. Dely. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo*. Sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DIAS, Maria Odila L. da S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Estudos Feministas*. Vol.2, n.2, 1994. pp. 373-382.

ESTEVES, Marta de Abreu. *Meninas perdidas*. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Epoque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Estudos Feministas. (Publicada em Florianópolis, CFH/CCE, UFSC). Todos os números.

- FAVERI, Marlene de. *Moços e moças para um bom partido*. Itajaí: Univali, 1998.
- FAVERI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra*. Itajaí: Univali; Florianópolis: UFSC, 2004.
- FLORES, Maria Bernardete R. e WOLFF, Cristina Scheibe. Imagens que não se apagam: representações de gêneros na Oktoberfest. *Projeto História*. (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP), n. 14, 1997, pp.161-182.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. Entre a casa e a rua...memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. *Cadernos Pagu*. Campinas: SP (4)1995, pp.117-142.
- FONSECA, Cláudia. La violence et la rumeur: le code d'honneur dans un bidonville brésilien. *Les Temps Modernes*. 40 Annee, n 455, juin 1984, pp. 2192-2235.
- FRANCO, Mariana Pantoja. Histórias da Ivanilde no Alto Juruá. *Cadernos de Pagu*. Unicamp, 1997.
- GREEN, James N. *Além do Carnaval*. São Paulo: Unesp, 2000.
- GREGORI, Maria Filomena. As desventuras do vitimismo. *Estudos Feministas*, 1993(1), pp. 143-149.
- GUIMARÃES, Nadya Araújo. Laboriosas mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos 90. *Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 9, n. 1/2001, pp. 22-55.
- HAHNER, June E. *Emancipação do sexo feminino*. A luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz/RGS: Edunisc, 2003.
- HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas nas teoria feminista. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, pp. 7-31, 1º semestre de 1993.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) *Tendências e Impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- KOFES, Suely e PISCITELLI, Adriana. Memórias de “Histórias femininas, memórias e experiências”. *Cadernos Pagu* (8/9) 1997, pp. 343-354.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LEITE, Míriam Moreira. (org.) *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL/Pró-Memória, 1984.
- LISBOA, Teresa Kleba. *Gênero, classe e etnia*. Trajetórias de vida de mulheres imigrantes. Florianópolis: EDUFSC; Chapecó: Argos, 2003.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MATOS, Maria Izilda S. de e SOIHET, Rachel. (org) *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.
- MORGA, Antônio E. (org.) *História das mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas; Chapecó: Argos, 2001.
- MURPHY, Yolanda & MURPHY, Robert. *Women of the Forest*. New York: Columbia University, 1974.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis, vol.8, n.2/2000, pp. 09-41.
- NOLASCO, Sócrates. *De Tarzan a Homer Simpson*. Banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- NOLASCO, Sócrates. *O Mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- PEDRO, Joana Maria (org) *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.
- PEDRO, Joana Maria . *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Míriam Pilar (org.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 2004.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero na pesquisa histórica. *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, n. 2, p. 35-44, 1994.
- PEREIRA, Ivonete. *As decaídas: prostituição em Florianópolis - 1900-1940*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.
- PERRON, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- PERRON, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. v. 9, n. 18, ago-set/1989, pp. 09-18.
- PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime. *História da Cidadania*. São Paulo : Contexto, 2003, pp. 265-309.
- PISCITELLI, Adriana. Sexo Tropical: comentários sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia brasileira. *Cadernos Pagu*. 1996, (6-7), pp. 9-34.
- POLI, Odilon. *Leituras em movimentos sociais*. Chapecó: Grifos, 1998.
- PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. Prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RÉCHIA, Karen C. *Lembranças íntimas de minha avó*. Florianópolis: UFSC, 1998. (Dissertação de mestrado em História)
- RENAUX, Maria Luiza. *O papel da mulher no Vale do Itajaí*. 1850-1950. Blumenau: Ed. da FURB, 1995. *Revista Brasileira de História*. v. 9, n. 18, ago-set/1989.
- Revista de Ciências Humanas*. (Florianópolis), vol. 15, n. 21, abril de 1997.
- RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the political economy of sex. In: REITER, R. *Towards an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press, 1975.
- SACCHI, Ângela C. *Antropologia de gênero e etnologia Kaingang: uma introdução ao estudo de gênero na área indígena Manguaerinha/Paraná*. Florianópolis: UFSC, 1999. (Dissertação de mestrado em Antropologia Social).
- SCHUMACHER, Schuma. A primeira onda feminista. In: *Anais do XIII Encontro Nacional Feminista*. O feminismo nos 500 anos de dominação. João Pessoa: Paraíba, 2000, p.30-36.
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*. São Paulo, n.º 16, Fev./ 1998, pp. 297-326.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 15, n. 2, pp. 5-22, jul./dez., 1990.
- SCOTT, Joan. História das Mulheres. in: BURKE, Peter.(org .) *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SILVA, A.; LAGO, M. C. S.; e RAMOS, T. R. O. (org.) *Falas de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1999.
- SILVA, Cristiani Bereta da. *Homens e Mulheres em movimento: relações de gênero e subjetividades no MST*. Florianópolis: Momento Atual, 2004.
- SILVA, Janine Gomes da. *Tensões, trabalhos e sociabilidades: história de mulheres em Joinville no século XIX*. Joinville: Editora da Univille, 2004
- SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- TILLY, Louise A. and SCOTT, Joan W. *Women, work and family*. New York/ London: Methuen, 1987.
- WOLFF, Cristina Scheibe e RÉCHIA, Karen C. Mulheres de Santa Catarina: vidas de trabalho. In: BRANCHER, Ana. *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *As mulheres da colônia Blumenau*. Cotidiano e trabalho. (1850-1900). São Paulo: PUC/SP, 1991. (Dissertação de mestrado em História) inédito.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta*. Uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Poderes das mulheres. In: FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri. *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá - Acre. 1870-1945. *Revista de Ciências Humanas*. (Florianópolis), vol. 15, n. 21, abril de 1997, pp. 91-108.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Edunb, 1995.
- WOORTMANN, Ellen F. Homens de hoje, mulheres de ontem. Gênero e memória no seringal. In: *Anais da II Semana de Antropologia - Memória e Identidade*. Instituto de Pesquisas UFGO, Goiânia, 1997.

NOME DA DISCIPLINA: **Laboratório de Ensino de História Indígena**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: HST 7004

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula de prática como componente curricular

PRÉ-REQUISITO: Não há

VAGAS: 20

EMENTA

Estudo das metodologias e das aplicabilidades do ensino de História indígena em sala de aula, por meio de leituras orientadas, discussão, elaboração e apresentação de atividades propostas, envolvendo a prática e as dificuldades da aplicabilidade dessas metodologias no seu conjunto e/ou isoladamente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO À DISCIPLINA DE LABORATÓRIO: ALGUMAS ABORDAGENS

- Cotidiano: realidade e ficção
- Histórico do ensino da História indígena em sala de aula: quebrando um paradigma

POVOS INDÍGENAS EM SANTA CATARINA

- Os Guarani
- Os Xokleng
- Os Kaingáng

APRENDENDO E ENSINANDO

- O indígena e o cotidiano
- Cultura imaterial
- Cultura material

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALDUS, Herbert. *Ensaio de etnologia brasileira*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília, 1979.

BECKER, Ítala Irene Basile. *O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995.

CUNHA, Manuela C. da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras e Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

GOMES, Mércio Pereira. *Os Índios do Brasil*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1991.

GOULART, Maria do Carmo R. Krieger & FRAGA, Nilson Cesar. *Vale dos Índios vale dos Imigrantes*. Blumenau, SC: Cultura e Movimento, 2000.

GRUPIONI, Luís Donisete B. (org.). *Índios no Brasil*. Brasília: Mari, 1994.

LEITE, Arlindo Gilberto de O. (org.). *Kaingáng: confrontação cultural e identidade ética*. Piracicaba: Ed. Unimep, 1994.

NASCIMENTO, E. S. do. *Há vida na história dos outros*. Chapecó: Argos, 2001.

NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. *Nosso vizinho Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2003.

_____. (org.). *O ciclo de vida Kaingáng*. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2004.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte luas*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

RIBEIRO, Darcy e MOREIRA NETO, Carlos de A. *A fundação do Brasil: testemunhos, 1500 - 1700*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *Os Índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997.

_____. *Índios e Brancos no Sul do Brasil - a dramática experiência dos Xokleng*. Porto Alegre: Movimento; Brasília: Minc/Pró-Memória/INL, 1987.

SILVA, Araci Lopes da e GRUPIONI, Luís Donisete B. (Orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. MEC/ MARI/ UNESCO, 1995.

VIEIRA, Edna Elza. *Simbolismo e reelaboração na cultura material dos Xokleng*. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. Dissertação Mestrado em História.

WEBER, C. e HENRIQUES, K. N. R. Os Kaingang. In: *Informe sobre os povos indígenas de Santa Catarina*. Florianópolis: Copyflor Ed. 1999.

10.3 PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS E ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA

NOME DA DISCIPLINA: **Teorias da Educação**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: EED 5331

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Conceito de educação: elaborações e práticas em torno da formação moral, intelectual e estética do homem. Conceito de pedagogia: pedagogia da essência e pedagogia da existência - referências clássicas, modernas e contemporâneas. Pensamento pedagógico brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEORIAS/MATRIZES DA EDUCAÇÃO OCIDENTAL –

FUNDAMENTOS DA TRADIÇÃO E DA MODERNIDADE PEDAGÓGICAS

- Educação: trazer à luz as verdades essenciais ou o exercício da retórica?
- Do como São Tomás de Aquino respondeu a questão “Se o homem – ou somente Deus – pode ensinar e ser chamado de mestre”.
- A força ordenadora da “Ratio Studiorum”, o sonho de Comênius de ensinar tudo a todos e o ensaio de Montaigne sobre educação de crianças.
- Do como Rousseau educou Emílio e o que Kant teve a dizer sobre pedagogia.
- Herbart e a tradição educativa.
- DeWey e o enlace entre escola e democracia.
- O movimento da Educação Nova: promessas e perigos.

TEORIAS DA EDUCAÇÃO E ESCOLAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO

- As classificações: pedagogia tradicional, pedagogia nova, educação popular, pedagogia tecnicista, teorias crítico-reprodutivistas e pedagogia histórico-crítica.
- Os principais embates.
- Crise, críticas e tentativas de sínteses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, Tomás de. *Sobre o ensino (De Magistro)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ARENDT, Hannah. A crise na educação. In: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

COMÊNIO, João Amós. *Didática Magna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

CUNHA, Marcos Vinicius da. *John Dewey – Uma filosofia para educadores em sala de aula*. Petrópolis: Vozes 1998.

DI GIORGIO, Cristiano. *Escola Nova*. São Paulo: Ática, 1998.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos jesuítas*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *Didática e teorias educacionais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JAEGER, Werner. O Protágoras. In: *Paidéia – a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KANT, Immanuel. *Sobre a pedagogia*. São Paulo: Unimep, 1999.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública*. São Paulo: Loyola, 1985.

MONTAIGNE, Michel de. “Da educação das crianças”. In: *Ensaio*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAVIANI, Demerval. “Tendências e correntes da educação brasileira” In: MENDES, D. T. (coord.) *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez e AA, 1991.

_____. *Pedagogia histórico-crítica – primeiras aproximações*. São Paulo: Cortez e AA, 1991.

SUCHODOLSKY, Bogdan. *A pedagogia e as grandes correntes filosóficas*. Lisboa: Livros Horizonte, s/d.

NOME DA DISCIPLINA: **Organização Escolar I**

CÓDIGO DA DISCIPLINA: EED 5185

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Teorias que norteiam o tema organização escolar e currículo. Estrutura organizacional do sistema nacional de educação. Estruturas burocráticas e colegiadas de decisão educacional. Níveis e modalidades de ensino da Educação Básica. Escola, cidadania, justiça social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO

- Diferentes abordagens teóricas;
- Burocracia, burocratização, organizações burocráticas;
- A noção de campo educacional.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- Estruturas administrativas e colegiadas: Ministério, secretarias (estaduais e municipais) e conselhos de educação;
- Níveis de ensino: O lugar da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio);
- Modalidades de ensino (Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Educação Especial, Educação à Distância, Educação Indígena, Ensino Noturno);
- Programas de educação compensatória (Ensino Supletivo, Classes de Aceleração).

O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E SUAS CONTRADIÇÕES

- A exclusão escolar;
- A obrigatoriedade do ensino e a expansão das redes;
- Democratização, descentralização, municipalização do ensino;
- A produção do fracasso escolar e seus impactos na reprodução social.

A QUESTÃO DA JUSTIÇA ESCOLAR

- O direito à educação escolar;
- A igualdade e a desigualdade de oportunidades;
- A diversidade das trajetórias escolares;
- Os paradigmas curriculares e os desafios de uma educação de qualidade para todos.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Será apresentada no plano de ensino conforme a especificidade de cada curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APPLE, M.W. Aliança estratégica ou estratégia hegemônica? Conservadorismo entre os desfavorecidos. In *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, vol. 24, nº 84, Especial/2003, p. 1019-1040.

AZEVEDO, F. Os sistemas escolares. In PEREIRA, L. e FORACCHI, M.M. *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 138-149.

BERGER, B. e BERGER, P.L. O que é uma instituição escolar? In FORACCHI, M.M. e MARTINS, J.S. *Sociologia e sociedade* (Leituras de introdução à sociologia). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, p. 193-199.

BLAU, P.M. Componentes burocráticos dos sistemas escolares. In PEREIRA, L. e FORACCHI, M.M. *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 150-162.

BOTO, C. Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet. In *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 24, nº 84, setembro/2003, p. 735-762.

CAMPOS, E. (Org.) *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

CANDIDO, A. A estrutura da escola. In PEREIRA, L. e FORACCHI, M.M. *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 107-128.

CARVALHO, J.S. O discurso pedagógico das diretrizes curriculares nacionais: competência crítica e interdisciplinaridade. In *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, nº 112, março/2001, 155-165.

CARVALHO, M.P. Quem são os meninos que fracassam na escola? In *Cadernos de Pesquisa*. Fundação

- Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, nº 121, jan./abr./2004, p. 11-40.
- CURY, C.R.J. A educação Básica no Brasil. In *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 23, nº 80, setembro/2002, p. 169-201.
- CURY, C.R.J. *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000a.
- CURY, C.R.J. A educação como desafio na ordem jurídica. In LOPES, E.M.T. et al. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b, p. 567-584.
- DUBET, F. A escola e a exclusão. In *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, nº 119, julho/2003, p. 29-45.
- FERRETTI, C.J. E SILVA Jr., J.R. Educação profissional numa sociedade sem empregos. In *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, nº 109, março/2000, 43-66.
- GOMES, C.A. e CARNIELLI, B.L. Expansão do ensino médio: temores sobre a educação de jovens e adultos. In *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, nº 119, julho/2003, p. 47-69.
- LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? In *Educação e Sociedade*. Dossiê “Ensaio sobre Pierre Bourdieu”, Ano XXIII, nº 78, Abril/2002, p. 37-55.
- LANGOUËT, G. A escola francesa se democratiza, mas a inserção social torna-se cada vez mais difícil. In *Perspectiva*. Revista do Centro de Ciências da Educação. Florianópolis: Editora da UFSC, vol. 20, nº Especial, julho/dezembro 2002, p. 85-106.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações, instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3ª ed. 1989 (Publicação original em francês, 1974).
- MANNHEIN, K. e STEWART, W.A.C.O subgrupo de ensino. In PEREIRA, L. e FORACCHI, M.M. *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 129-137.
- MORAES, R.C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. In *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 23, nº 80, setembro/2002, p. 13-24.
- NUNES, C. *Ensino médio*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.
- PERRENOUD, P. *A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- PERRENOUD, P. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo! In *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, nº 119, julho/2003, 9-27.
- PINTO, J.M.R. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). In *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 23, nº 80, setembro/2002, p. 109-136.
- VALENTE, I. e ROMANO, R. PNE: Plano nacional de Educação ou carta de intenção?. In *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 23, nº 80, setembro/2002, p. 97-108.
- VALLE, I.R. *A era da profissionalização*. Formação e socialização profissional do corpo docente de 1ª a 4ª série. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.
- VALLE, I.R., MIZUKI, G.E.P. E CASTRO, I.M.F. Democratizar, descentralizar, municipalizar: A expansão do ensino fundamental catarinense. In *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, nº 121, jan./abr./2004, p. 187-212.
- ZNANIECKI, F. A escola como grupo instituído. In PEREIRA, L. e FORACCHI, M.M. *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 104-106.

NOME DA DISCIPLINA: Organização Escolar II

CÓDIGO DA DISCIPLINA: EED 5186

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(18 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Organização Escolar I

EMENTA

Projeto Político Pedagógico. Concepções de currículo. A teoria curricular e os aspectos da ideologia, da cultura e do poder. O currículo e os ritos de exclusão. O currículo oficial: PCNs; Propostas Curriculares: estadual e municipais. A avaliação curricular. O currículo e as identidades sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E CURRÍCULO

- Projeto Político Pedagógico: a escola como cenário de múltiplas possibilidades;
- Trabalho pedagógico coletivo: conselho de classe, reunião pedagógica, relação escola e comunidade;
- Teorias do currículo;
- Críticas e tendências na organização curricular;
- O currículo, o poder, a cultura, a ideologia, a hegemonia.

O SABER ESCOLAR, SUAS FORMAS DE TRANSMISSÃO E DE AVALIAÇÃO

- A seleção e a organização do conhecimento escolar;
- A função do livro didático e dos outros recursos pedagógicos na efetivação do currículo;
- As novas tecnologias da informação e da comunicação no contexto do trabalho escolar;
- A avaliação como elemento integrante dos processos de organização escolar e de concretização do currículo.

OS CURRÍCULOS OFICIAIS

- Os parâmetros curriculares nacionais: determinantes teóricos e críticos;
- As propostas curriculares, estaduais e municipais: relação teoria-prática;
- As políticas educacionais e as mudanças institucionais;
- A formação inicial e contínua dos profissionais da educação;
- As formas de inclusão.

O CURRÍCULO E A DIVERSIDADE CULTURAL

- O multiculturalismo;
- A questão do gênero;
- As relações interétnicas;
- A inclusão dos portadores de necessidades especiais;
- As diferenças culturais regionais.

O CURRÍCULO E AS IDENTIDADES SOCIAIS

- A questão teórica da identidade;
- Os ritos de exclusão.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Será apresentada no plano de ensino conforme a especificidade de cada curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- _____. A política do conhecimento oficial: Faz sentido a idéia de um currículo nacional? In MOREIRA, A.F. e SILVA, T.T. (Orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez (1994), 6ª ed. 2002a, p. 59-91.
- _____. Aliança estratégica ou estratégia hegemônica? Conservadorismo entre os desfavorecidos. In *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, vol. 24, nº 84, Especial/2003, p. 1019-1040.
- _____. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989 (Publicação original em inglês, 1985).
- _____. O campo do currículo no Brasil: os anos 90. In *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000, p. 60-77.
- _____. Praticando estudos culturais nas faculdades de educação. In SILVA, T.T. (Org.) *Alienígenas na sala de aula; uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995b, p. 85-103.

- _____. Repensando ideologia e currículo. In MOREIRA, A.F. e SILVA, T.T. (Orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez (1994), 6ª ed. 2002b, p. 39-57.
- ALVES, N. e OLIVEIRA, I.B. Uma história da contribuição dos estudos do cotidiano escolar ao campo do currículo. In LOPES, A.C. e MACEDO, E. (Orgs.) *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 78-102.
- APPLE, M.W. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982 (Publicação original em inglês, 1979).
- BOURDIEU, P. Os excluídos do interior. In NOGUEIRA, M.A. e CATANI, A. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, p. 217-227.
- CORTELLA, M.S. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. São Paulo: Cortez, 2000.
- COSTA, Fabíola et. al. *Escola viva*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2004.
- ESTEBAN, M.T. (Org.) *Escola, currículo e avaliação*. São Paulo: Cortez, 2003.
- FIORI, N. *Etnia e educação: a escola alemã do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. da UFSC e Tubarão: Ed. da UNISUL, 2003.
- FORQUIN, J.-C. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993 (Publicação original em francês, 1990).
- GARCIA, R.L. E MOREIRA, A.F.B. (Orgs.) *Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios*. São Paulo: Cortez, 2003.
- GIROUX, H.A. e McLAREN, P. Formação do professor como uma contra-esfera pública: A pedagogia radical como uma forma de política cultural. In MOREIRA, A.F. e SILVA, T.T. (Orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez (1994), 6ª ed. 2002, p. 125-154.
- GIROUX, H.A. e SIMON, R. Cultura popular e pedagogia crítica: A vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In MOREIRA, A.F. e SILVA, T.T. (Orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez (1994), 6ª ed. 2002, p. 93-124.
- GIROUX, H.A. Memória e pedagogia no maravilhoso mundo da Disney. In SILVA, T.T. (Org.) *Alienígenas na sala de aula; uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995a, p. 133-158.
- GRIGNON, C. Cultura dominante, cultura popular e multiculturalismo popular. Uma introdução aos estudos culturais em educação. In SILVA, T.T. (Org.) *Alienígenas na sala de aula; uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 178-189.
- LIBÂNEO, J.C. Produção de saberes na escola: suspeitas e apostas. In *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000, p. 11-45.
- LOPES, A.C. e MACEDO, E. O pensamento curricular no Brasil. In LOPES, A.C. e MACEDO, E. (Orgs.) *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez Editora, 2002, p. 13-54.
- MACEDO, E. Aspectos metodológicos em história do currículo. In OLIVEIRA, I.B. E ALVES, N. (Orgs.) *Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001, p. 131-148.
- MONTEIRO, A.M. A prática de ensino e a produção de saberes na escola. In *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000, p. 129-147.
- MOREIRA, A.F. e SILVA, T.T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In MOREIRA, A.F. e MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 9ª ed., 2004.
- SILVA, T.T. (Orgs.) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez (1994), 6ª ed. 2002, p. 7-37.
- MOREIRA, A.F.B. *Currículos e programas no Brasil*. Campinas: Papyrus (1990), 10ª ed., 2003.
- PERRENOUD, P. *A pedagogia na escola das diferenças; fragmentos de uma sociologia do fracasso*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- PERRENOUD, P. Sucesso na escola: só o currículo, nada mais que o currículo! In *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, nº 119, julho/2003, 9-27.
- PIMENTA, S.G. A pesquisa em didática – 1996 a 1999. In *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000, p. 78-106.
- REVISTA PONTO DE VISTA, v. 3/4, Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2004.
- SANTOS, L.L.C.P. Pluralidade de saberes em processos educativos. In *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000, p. 46-59.
- SILVA, T.T. da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SILVA, Tomaz T.; MOREIRA, Antônio F. (org.). *Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- SILVA, Tomaz T.; MOREIRA, Antônio F. (org.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- TARDIF, M. Os professores enquanto sujeitos do conhecimento: subjetividade, prática e saberes no magistério. In *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000, p. 112-128.

- TORRES SANTOMÉ, A instituição escolar e a compreensão da realidade: o currículo integrado. In: Silva, Luiz Heron da. *Reestruturação Curricular: novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 58-74.
- VALLE, I.R. Formação de professores: um esforço de síntese. In *IV Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. Florianópolis: ANPED, novembro/2002.
- VEIGA, I.P.A. *Educação Básica e Educação Superior: projeto político pedagógico*. São Paulo: Papirus Editora, 2004.
- VIANNA, C.P. e UNBEHAUM, S. O Gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. In *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, nº 121, jan./abr./2004, p. 77-104.

NOME DA DISCIPLINA: Psicologia Educacional: Desenvolvimento e Aprendizagem

CÓDIGO DA DISCIPLINA: PSI5137

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula

(12 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Introdução à Psicologia como ciência: histórico, objetos e métodos. Interações sociais no contexto educacional e o lugar do professor. Introdução ao estudo de desenvolvimento e de aprendizagem - *infância, adolescência, idade adulta*. Contribuições da Psicologia na prática escolar cotidiana e na compreensão do fracasso escolar. Atividade de prática de ensino: uso de questionário, entrevista ou observação direta para investigação dos fenômenos psicológicos estudados e elaboração de relatório.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

- Breve história da Psicologia
- Objetos de estudo, métodos
- A multiplicidade teórica na Psicologia
- Psicologia e educação: tendências e contribuições

AS INTERAÇÕES SOCIAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

- As interações professor - aluno
- As interações aluno - aluno
- As relações escola e família
- A posição do professor na sociedade

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

- A constituição do sujeito: aspectos: motores, cognitivos, afetivos e sociais
- As principais concepções de Desenvolvimento
- Concepções de infância; adolescência e idade adulta
- Aspectos psicológicos marcantes destes períodos do ciclo vital
- As principais concepções de ensino – aprendizagem
- O processo de aprendizagem e o contexto escolar
- O processo de ensino e aprendizagem e o fracasso escolar
- A contribuição da psicologia na explicação, prevenção e resolução do fracasso escolar

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, Júlio (org.). *Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.

_____. *Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

BOCK, Ana M. B.; FURTADO, O. e TEIXEIRA, M. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. São Paulo: Saraiva, 2000.

LLERAS, J. *Psicologia*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARX, E HILLIX, *Teorias e sistemas em Psicologia*. São Paulo: Cultrix.

MEIRIEU, Philippe. *Aprender... sim, mas como?* Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

MUSSEN, P.H.; CONGER, J. J.; KAGAN, J. e HUSTON, C. A. *Desenvolvimento e Personalidade da Criança*. São Paulo: Harbra, 1995.

PAPALIA, Diane E. & OLDS, Sally W. *Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SEVERINO, J. A. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 1996.

WOOLFOLK, A. *Psicologia da Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

NOME DA DISCIPLINA: Seminário de Pesquisa em Ensino

CÓDIGO DA DISCIPLINA: MEN 7003

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula de prática como componente curricular

PRÉ-REQUISITO: Não há

EMENTA

Características do estado da arte do ensino de História e sua relação com a pesquisa em ensino, os congressos e as publicações específicas da área de ensino, os cursos de pós-graduação em ensino e a metodologia de ensino. O ensino na área de História, seus processos em diferentes espaços educativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOME DA DISCIPLINA: Didática B
CÓDIGO DA DISCIPLINA: MEN 5602
NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula
(12 horas-aula de prática como componente curricular)
PRÉ-REQUISITO: Seminário de Pesquisa em Ensino

EMENTA

Configuração histórica da área da Didática. Atividades de ensino como prática político-social e formativa do professor. Ensino-aprendizagem e questões político-pedagógicas e sociais da educação escolar. Concepção de conhecimento, de aprendizagem e as teorias pedagógicas. Organização do processo ensino-aprendizagem e o projeto pedagógico na escola. Modalidades de planejamento para a mediação pedagógica e sua relação com especificidade no campo de conhecimento do ensino de História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOME DA DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de História

CÓDIGO DA DISCIPLINA: MEN 7005

NÚMERO DE HORAS-AULA: 108 horas-aula

(36 horas-aula de prática como componente curricular)

PRÉ-REQUISITO: Didática B

EMENTA

As relações entre História, Educação e Cultura. A cultura imagética, o livro didático e o ensino de História. A pesquisa no ensino de História. A constituição da História enquanto disciplina no contexto da educação escolarizada no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOME DA DISCIPLINA: Estágio Supervisionado de História I

CÓDIGO DA DISCIPLINA: MEN 7011

NÚMERO DE HORAS-AULA: 72 horas-aula de estágio supervisionado

PRÉ-REQUISITO: Metodologia do Ensino de História

EMENTA

Subsídios teórico-práticos para o exercício da docência: análise das práticas docentes na escola do ensino fundamental e médio e elaboração de pré-projetos de ensino.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOME DA DISCIPLINA: Estágio Supervisionado de História II

CÓDIGO DA DISCIPLINA: MEN 7012

NÚMERO DE HORAS-AULA: 270 horas-aula de estágio supervisionado

PRÉ-REQUISITO: Estágio Supervisionado de História I

EMENTA

Subsídios teórico-práticos para o exercício da docência: atuação direta do acadêmico no conjunto das atividades escolares e elaboração do projeto de ensino contendo análise diagnóstica e propositiva. Atuação do acadêmico em todas as atividades da escola e da sala de aula. É fundamental a articulação entre pesquisa e ensino, relacionando-os com a produção do conhecimento histórico na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOME DA DISCIPLINA: Estágio Supervisionado de História III
CÓDIGO DA DISCIPLINA: MEN 7013
NÚMERO DE HORAS-AULA: 144 horas-aula de estágio supervisionado
PRÉ-REQUISITO: Estágio Supervisionado de História II

EMENTA

Subsídios teórico-práticos para o exercício da docência: sistematização das atividades desenvolvidas através de relatório e publicações. Socialização das atividades de Estágio nas escolas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

10.4 DISCIPLINAS OPTATIVAS DE CONTEÚDO ESPECIALIZADO DE HISTÓRIA

DISCIPLINAS	HA	Créditos
HST5111 Pré-História Geral e do Brasil	72	4
HST5114 História da Cultura	72	4
HST5202 Teoria e Metodologia da História II	72	4
HST5213 História Econômica, Social e Política Geral e do Brasil	72	4
HST5303 Teoria e Metodologia da História III	72	4
HST5518 História da Cultura Ibérica	54	3
HST5733 Tópico Especial II – Cotidiano e Relações de Gênero	72	4
HST5834 Tópico Especial – As Relações dos Estados Unidos com a América Latina: História, Política e Estratégia (1945-1990)	72	4
HST5837 Tópico Especial – História e Imagem	72	4
HST5838 Tópico Especial – Introdução à Arqueologia	72	4
HST5840 Tópico Especial – Teoria e Método da História Oral	72	4
HST5841 Tópico Especial – Religião e Sociedade no Brasil	72	4
HST5846 Tópico Especial – Movimento de Contracultura (1960-1970)	72	4
HST5848 Tópico Especial – História e Literatura	72	4
HST5852 Tópico Especial – Teoria Geral do Estado	72	4
HST5853 Tópico Especial – História, Medicina e Sociedade	72	4
HST5859 Tópico Especial – Introdução à História e Multimídia	72	4
HST5861 Tópico Especial – Um olhar sobre os índios do Brasil: o ponto de vista francês	72	4
HST5868 Tópico Especial – Religiões Mediúnicas no Brasil: uma perspectiva histórica	72	4
HST5869 Tópico Especial – História dos Estados Unidos	72	4
HST5870 Tópico Especial – Índios: cotidiano e representação	72	4
HST5871 Tópico Especial – Movimentos Sociais e História	72	4
HST5872 Tópico Especial – Cinema e História	72	4
HST5876 Tópico Especial – Relações de Gênero e História	72	4
HST5877 Tópico Especial – Revolução Sexual e Guerra Fria: os anos 60 e 70 do século XX	72	4
HST5878 Tópico Especial – A Guerra Sertaneja do Contestado	72	4
HST5880 Tópico Especial – História da Escravidão no Brasil	72	4
HST5881 Tópico Especial – História da Diáspora Africana nas Américas	72	4
HST5882 Tópico Especial – História das Atividades Agropecuárias e Meio Ambiente no Brasil	72	4
HST5883 Tópico Especial – Cultura Política, Cidade e Trabalho: alguns temas da História republicana brasileira (1930-1964)	72	4
HST5884 Tópico Especial – Cinema e Política na América Latina	72	4
HST5885 Tópico Especial –Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional	72	4
HST5886 Tópico Especial – História Contemporânea I: a grande transformação	36	2
HST5887 Tópico Especial – Laboratório de Pesquisa em História Social da	36	2

Escravidão		
HST5888 Tópico Especial – Laboratório de Pesquisa em História Social da Escravidão II	36	2
HST5889 Tópico Especial – Laboratório de Pesquisa em História Social da Escravidão III	36	2
HST5890 Tópico Especial – Seminário de Pesquisa em História: Relações de Gênero e História	36	2
HST 5891 Tópico Especial – História da África I	72	4
HST 5892 Tópico Especial – História da África II	72	4
HST5894 Tópico Especial – Thompson Essencial: uma introdução ao pensamento de Edward Palmer Thompson	72	4
HST5895 Tópico Especial – Cultura Política, Nação e Modernidade na República: o Brasil Novo	72	4
HST 5898 Estudo Dirigido em Historiografia – A Micro-História Italiana	36	2
HST 5901 Programa de Intercâmbio I	00	
HST 5902 Programa de Intercâmbio II	00	

10.5 DISCIPLINAS OFERECIDAS AOS CURSOS DA UFSC

DISCIPLINAS	HA	Créditos
HST5123 História do Pensamento Econômico (duas turmas – Curso de Ciências Econômicas)	72	4
HST5148 História Econômica Geral (duas turmas – Curso de Ciências Econômicas)	72	4
HST5180 História da Educação I (duas turmas – Curso de Pedagogia)	72	4
HST7402 História Contemporânea I (uma turma – Curso de Ciências Sociais)	72	4
HST5222 História Geral do Brasil (duas turmas – Curso de Serviço Social)	36	2
HST5210 História Sócio-Econômica, Política e Cultural da América Latina (uma turma – Curso de Secretariado Bilíngüe)	72	4
HST5341 História do Cinema I (uma turma – Curso de Cinema)	60	4
HST5342 História do Cinema II (uma turma – Curso de Cinema)	72	4
HST5113 História da Arte (uma turma – Curso de Cinema)	72	4

11 AS FORMAS DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

11.1 A Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

O processo de formação do profissional em História deve garantir o desenvolvimento das competências e habilidades apontadas nesse projeto político pedagógico. Para isso, são necessários instrumentos de avaliação periódica do processo de ensino-aprendizagem, a fim de diagnosticar lacunas a serem superadas, aferir os resultados alcançados considerando as competências a serem constituídas e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias.

A avaliação é a etapa do processo de ensino-aprendizagem em que, através de diferentes atividades, o professor verifica se os objetivos propostos foram atingidos ou não, possibilitando o ajuste das suas estratégias de ensino. Serve também para que o formando possa tomar conhecimento sobre seu aproveitamento, permitindo que possa repensar seu processo pessoal de aprendizagem, ao dar o retorno, o feedback, sobre as ações que executou e os resultados. Sendo pensada e trabalhada dessa forma, a avaliação assume um caráter formativo, deixando de ter apenas um fim classificatório ao aprovar ou reprovar, incluir ou excluir.

O que se pretende avaliar não é só o conhecimento adquirido, mas também a capacidade de acioná-lo e buscar outros conhecimentos para realizar o que é proposto. Portanto, os instrumentos de avaliação só cumprem com sua finalidade se puderem diagnosticar o uso funcional e contextualizado das competências e habilidades necessárias à formação profissional do historiador (docência, pesquisa e extensão).

Para que se possa realizar o processo avaliativo nessa perspectiva, a elaboração dos instrumentos de avaliação deve constituir um momento privilegiado para que o professor reflita sobre quais os melhores critérios para sua realização. Em seus estudos sobre práticas de mudanças na avaliação da aprendizagem, Vasconcelos²² recomenda que os instrumentos de avaliação devem ser *reflexivos*, superando a mera repetição de

²²VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudança*. São Paulo: Libertad, 1998, p. 68.

informações e levando a estabelecer relações; *abrangentes*, contendo uma mostra representativa do que está sendo trabalhado; *contextualizados* permitindo a compreensão do sentido do que está sendo solicitado com a prática profissional; e ainda *claros* e *compatíveis* com os conteúdos trabalhados.

Os planos de ensino de cada disciplina devem conter formas de avaliar os domínios de conteúdo e as competências e habilidades profissionais esperadas.

Para a avaliação dos domínios de conteúdo poderão ser elaboradas provas dissertativas e orais, ensaios monográficos, seminários, debates, resenhas, textos, atividades de grupo ou outras tarefas. Esses instrumentos avaliativos consistem em aferir a capacidade de análise dos objetos, fontes ou processos históricos, indicando semelhanças, diferenças e relações. Eles supõem também discussão, análise crítica, explicação, interpretação e avaliação do conteúdo das aulas, dos conceitos, das categorias, das teorias, das metodologias, das idéias, das fontes históricas, dos textos e dos livros estudados e pesquisados.

Alguns instrumentos possíveis da avaliação das competências e habilidades profissionais a serem constituídas podem ser: elaboração de projetos para desenvolvimento de pesquisas ou para a difusão do conhecimento em outros espaços sociais ou para resolver problemas identificados num contexto educacional; relatórios de viagem de estudo ou de um contexto observado ou de entrevistas; reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo e analisando a própria prática profissional; realização de trabalhos monográficos de pesquisa ou material de apoio ou resultado de experiência de campo ou relatórios finais de estágio supervisionado; seleção e organização de fontes primárias ou de material didático; produção de materiais e recursos para utilização didática ou de difusão do conhecimento e da pesquisa, potencializando seu uso em diferentes situações; identificação e análise de situações educativas complexas e/ou problemas em uma dada realidade; elaboração de uma rotina de trabalho semanal a partir de indicadores oferecidos pelo formador; planejamento de situações didáticas ou de pesquisa ou de difusão consonantes com um modelo teórico estudado; reflexão escrita sobre aspectos estudados, discutidos e observados em situação de estágio, pesquisa e extensão; participação e/ou atuação em atividades de simulação de ensino ou em atividades de laboratórios ou em atividades de difusão; avaliação da pesquisa, da produção e/ou difusão do conhecimento histórico em instituições de ensino, museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos de gestão do patrimônio cultural.

Constitui etapa fundamental da avaliação, também, o retorno aos formandos dos resultados obtidos, oportunizando-se o espaço para os esclarecimentos necessários e planejamento da retomada dos objetivos não atingidos. Por isso, os resultados da avaliação devem ser informados quase que imediatamente. A avaliação não tem um fim em si mesmo, mas é um meio a ser utilizado para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.

A verificação do rendimento do formando compreende não só a frequência mínima obrigatória (75%) das aulas, mas também o aproveitamento nas demais avaliações programadas e aplicadas de acordo com o que dispõe as resoluções da UFSC e os planos de ensino das disciplinas do curso. O resultado do aproveitamento em cada disciplina deverá ser expresso em notas de Zero (0,0) a Dez (10,0).

11.2 A Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação

O projeto político pedagógico do Curso de História deve também ser avaliado de forma contínua e sistemática para que os ajustes necessários possam ser feitos. Para isso se faz necessário constituir uma **Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação** do projeto político pedagógico que estará em consonância com o propósito mais amplo de avaliação institucional. Essa Comissão será composta a cada dois anos por 01 avaliador externo dos Cursos de História fora do Estado e pelos professores e estudantes do Colegiado de Curso de Graduação em História da UFSC, destinando-se aos seus membros 05 horas semanais.

A **Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação** elaborará com autonomia o seu instrumento de avaliação, assim como o documento de registro dos resultados obtidos. O trabalho previsto para a Comissão envolverá, entre muitos outros aspectos:

- a avaliação continuada e sistemática do projeto político pedagógico com toda a comunidade acadêmica para que os ajustes necessários possam ser feitos;
- a definição dos critérios de aproveitamento curricular das atividades acadêmico-científico-culturais (200 horas);
- a elaboração do Manual do Estudante de História da UFSC;

- o acompanhamento ao longo dos semestres da qualidade das disciplinas ministradas no Curso, a fim de que se possa encontrar mecanismos e alternativas para o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem e da prática profissional;
- avaliação permanente dos planos de ensino e das estratégias pedagógicas das disciplinas; e
- publicação do relatório final de avaliação a cada dois anos.

12. AS NECESSIDADES URGENTES PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

- Temos a necessidade de um quadro regular e permanente de no mínimo 28 professores com “dedicação exclusiva” todos os semestres (hoje somos 23 professores) para dar conta da demanda do Curso de História, das disciplinas ministradas para os outros cursos da UFSC, das disciplinas da Pós-Graduação e das cargas horárias destinadas à chefia, coordenação de curso e coordenação de Pós-Graduação.
- Por ser um curso com atividades de ensino, pesquisa e extensão durante todo o período da manhã, tarde e noite, temos a necessidade de um quadro regular e permanente de no mínimo 06 técnico-administrativos na secretaria de curso e departamento e de no mínimo 03 técnico-administrativos na secretaria de pós-graduação.
- Considerando a importância central que os laboratórios de ensino-pesquisa-extensão terão no contexto do projeto político pedagógico do curso será indispensável a presença permanente de no mínimo 01 técnico-administrativo em cada laboratório, num total de 09 técnicos.
- O aumento das bolsas de estágio não-obrigatório para o Curso (de 07 para 18 bolsas no mínimo) também deverá acontecer para que os nossos estudantes consigam encontrar espaço de aperfeiçoamento profissional nos laboratórios de ensino-pesquisa-extensão.
- Precisamos da abertura de concurso público para docente na área de História da América e História Medieval e Patrimônio Histórico e História da Educação, evitando ao máximo a contratação de professores substitutos e atendendo com melhor qualidade e dedicação os outros cursos da UFSC (Secretariado Bilíngüe e Pedagogia).

- Devemos optar pelo cancelamento da disciplina oferecida de História do Pensamento Econômico ao Curso de Ciências Econômicas, haja vista entre outras coisas nosso perfil de pesquisa e docência e aumento da carga horária de ensino com as quatro disciplinas do Curso de Cinema e Secretariado Bilíngüe.

- Há necessidade de recursos financeiros para atender às novas disposições legais (equipamentos de informática, uso de tecnologias, materiais de apoio, videoteca, melhoria dos espaços).

- Precisamos melhorar e equipar a Sala de Usos Múltiplos do Departamento de História. Esse local, viabilizado há dois anos, serve de mini-auditório, recebendo bancas de TCC, mestrado e doutorado, reuniões de Departamentos e do CFH, mesas de trabalho em eventos científicos, atividades de ensino na graduação e pós-graduação. Todavia, sua precária estrutura física (faltam pisos, parede de tijolos, pintura e móveis sob medida para aproveitar os espaços, guardar os equipamentos e dar ao ambiente um ar agradável aos professores visitantes e ao público de fora da UFSC) e falta de equipamentos e de instalação de outros (computadores, videocassete, aparelho de dvd, data-show, etc.) não permitem dar a esse espaço sua potencial e universal contribuição ao Curso de História e ao CFH.

- Criação de uma infra-estrutura condizente, que estimule o docente a trabalhar em sua sala departamental e possibilite aos formandos a frequência nos Laboratórios, sendo necessário, para tanto, a satisfação dos seguintes itens: equipamentos de informática, juntamente com todos os seus derivados (telefone, ar condicionado) e equipamentos para o treinamento, a instrumentalização e a produção de material didático, tais como cartilhas, vídeos, filmes, softs, CDs, cassetes, dentre outros.

- Aumento dos recursos para as viagens de estudo e organização de cursos, seminários e eventos, a fim de viabilizar aos nossos estudantes a carga de 240 horas-aula destinadas às atividades acadêmico-científico-culturais (inciso IV, art. 1º da Resolução CNE/CP 2, de 19/02/2002).

- Uma infra-estrutura que facilite o trabalho dos técnico-administrativos, tais como: material condizente para os seus trabalhos, cursos de aperfeiçoamentos em alguns temas específicos e outros. Os equipamentos de informática das secretarias de departamento e de curso têm que ser permanentemente renovados e/ou substituídos, seja pela veloz mudança tecnológica que exige melhoramentos, seja pelo próprio tempo de vida útil dos equipamentos. Nossa secretaria de Departamento necessita o mais rapidamente possível de: 01 Impressora Multifuncional e 01 Computador de última geração. Recentemente, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação disponibilizou à secretaria de Curso um computador com impressora multifuncional.

- Política de compra de livros para a Biblioteca Universitária, bem como para as setoriais.

- Viabilização de convênios com diversas escolas e instituições, que serão os núcleos de estágio e atividades de integração teoria-prática.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
Campus Universitário - Trindade - CEP 88040-900 - Florianópolis - SC
Tel.: (48) 331-9891/9276 - Fax: (48) 331-9987
laffin@mbox1.ufsc.br

Florianópolis, 09 de novembro de 2006 PORTARIA N° 246/PREG/2006

A Pró-Reitora de Ensino de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, em exercício, usando da competência que lhe foi delegada pela Portaria n° 649/GR/96 de 20/05/96, e o que consta no Processo 23080.019901/2006-21 da Coordenação do Curso de Graduação em História,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar novo currículo para o curso de Graduação em História - Bacharelado e Licenciatura (diurno e noturno), o qual sob forma de anexo passa a integrar esta portaria.

Parágrafo Único – O referido currículo será implantado, progressivamente, a partir de 2007.1.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Profa. Olga Regina Zigelli Garcia

CURSO DE HISTÓRIA
Bacharelado e Licenciatura
 (diurno e noturno)
 (Currículo em implantação progressiva a partir de 2007.1)

1ª FASE

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AU LA	PRÉ- REQ.
HST 7101	INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS HISTÓRICOS	72	-
HST 7102	HISTÓRIA DO ORIENTE ANTIGO – PCC12 HORAS-AULA	72	-
HST 7103	HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE OCIDENTAL - PCC 12 HORAS-AULA	72	-
HST 7104	HISTÓRIA DA ARTE – PCC 12 HORAS-AULA	72	-
EED 5331	TEORIAS DA EDUCAÇÃO	72	-

2ª FASE

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AU LA	PRÉ- REQ.
HST 7201	HISTÓRIA MEDIEVAL - PCC 12 HORAS-AULA	72	-
HST 7202	HISTÓRIA DA ÁFRICA - PCC 12 HORAS-AULA	72	-
PSI 5137	PSICOLOGIA EDUCACIONAL: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM - PCC 12 HORAS-AULA	72	-
EED 5185	ORGANIZAÇÃO ESCOLAR I OPTATIVA DE HISTÓRIA ATIVIDADES COMPLEMENTARES	72	-

3ª FASE

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AU LA	PRÉ- REQ.
HST 7301	HISTÓRIA MODERNA – PCC 12 HORAS-AULA	72	-
HST 7302	HISTÓRIA DA AMÉRICA COLONIAL – PCC 12 HORAS-AULA	72	-
HST 7303	HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA – PCC 12 HORAS-AULA	72	-
MEN 7003	SEMINÁRIO DE PESQUISA EM ENSINO - PCC 72 HORAS-AULA LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA ATIVIDADES COMPLEMENTARES	72	-

4ª FASE

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AU LA	PRÉ- REQ.
HST 7401	TEORIA DA HISTÓRIA I	72	-
HST 7402	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I – PCC 12 HORAS-AULA	72	-
HST 7403	HISTÓRIA DA AMÉRICA INDEPENDENTE – PCC 12 HORAS-AULA	72	-
HST 7404	HISTÓRIA DO BRASIL MONÁRQUICO – PCC 12 HORAS-AULA	72	-
MEN 5602	DIDÁTICA B – PCC 12 HORAS-AULA	72	MEN 7003
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES		

5ª FASE

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AU LA	PRÉ- REQ.
HST 7501	TEORIA DA HISTÓRIA II	72	-
HST 7502	HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO I – PCC 12 HORAS-AULA	72	-
MEN 7005	METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA – PCC 36 HORAS-AULA	108	MEN 5602
	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA DISCIPLINA COMPLEMENTAR ATIVIDADES COMPLEMENTARES		

6ª FASE

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AU LA	PRÉ- REQ.
HST 7601	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA II - PCC 12 HORAS-AULA	72	-
HST 7602	HISTÓRIA DO BRASIL REPUBLICANO II - PCC 12 HORAS-AULA	72	-
HST 7603	HISTÓRIA DE SANTA CATARINA – PCC 12 HORAS-AULA	72	-
EED 5186	ORGANIZAÇÃO ESCOLAR II – PCC 18 HORAS-AULA	72	EED 5185
MEN 7011	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA I	72	MEN 7005
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES		

7ª FASE

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-REQ.
MEN 7012	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA II OPTATIVA DE HISTÓRIA ATIVIDADES COMPLEMENTARES	270	MEN 7011

8ª FASE

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-REQ.
HST 7701	PROJETO DE PESQUISA HISTÓRICA		HST 7101, HST 7102, HST 7103, HST 7104, HST 7201, HST 7202, HST 7301, HST 7302, HST 7303, HST 7401, HST 7402, HST 7403, HST 7404, HST 7501, HST 7502, HST 7601, HST 7602, HST 7603, e ter concluído toda a carga horária mínima de disciplinas optativas voltadas exclusivamente à prática como componente curricular em Laboratórios de Ensino de História (144 horas-aula)
		72	
MEN 7013	ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE HISTÓRIA III OPTATIVA DE HISTÓRIA OPTATIVA DE HISTÓRIA ATIVIDADES COMPLEMENTARES	144	MEN 7012

9ª FASE

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-REQ.
HST 7801	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES		HST 7701 e ter concluído toda a carga horária mínima de disciplinas de conteúdo especializado de História (288 horas-aula)
	DISCIPLINA COMPLEMENTAR DISCIPLINA COMPLEMENTAR	180	

DISCIPLINAS OPTATIVAS DE LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA

- PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR O ALUNO DEVERÁ CURSAR, NO MÍNIMO, **144 HORAS-AULA**.

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-REQ.
HST 7001	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA – OFICINA DE VÍDEO-HISTÓRIA I – PCC 72 HORAS-AULA	72	-
HST 7002	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA – OFICINA DE VÍDEO-HISTÓRIA II - PCC 72 HORAS-AULA	72	-
HST 7003	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA - PCC 36 HORAS-AULA	36	-
HST 7004	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA INDÍGENA - PCC 72 HORAS-AULA	72	-
HST 7005	LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA – RELAÇÕES DE GÊNERO E HISTÓRIA - PCC 72 HORAS-AULA	72	-

DISCIPLINAS OPTATIVAS DE CONTEÚDO ESPECIALIZADO

- PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR O ALUNO DEVERÁ CURSAR , NO MÍNIMO, **288 HORAS-AULA**

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-REQ.
HST 5111	PRÉ - HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL	72	-
HST 5114	HISTÓRIA DA CULTURA	72	-
HST 5202	TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA II	72	-
HST 5213	HISTÓRIA ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA GERAL E DO BRASIL	72	-
HST 5303	TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA III	72	-
HST 5518	HISTÓRIA DA CULTURA IBÉRICA	54	-
HST 5733	TÓPICO ESPECIAL II - COTIDIANO E RELAÇÕES DE GÊNERO	72	-
HST 5834	TÓPICO ESPECIAL: AS RELAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA COM A AMÉRICA LATINA: HISTÓRIA, POLÍTICA E ESTRATÉGIA (1945-1990)	72	-
HST 5837	TÓPICO ESPECIAL: HISTÓRIA E IMAGEM	72	-
HST 5838	TÓPICO ESPECIAL: INTRODUÇÃO À	72	-

	ARQUEOLOGIA		
HST 5840	TÓPICO ESPECIAL: TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL	72	-
HST 5841	TÓPICO ESPECIAL: RELIGIÃO E SOCIEDADE NO BRASIL	72	-
HST 5846	TÓPICO ESPECIAL – MOVIMENTO DE CONTRA-CULTURA NAS DÉCADAS DE 60 E 70	72	-
HST 5848	TÓPICO ESPECIAL – LITERATURA E HISTÓRIA	72	-
HST 5852	TÓPICO ESPECIAL – TEORIA GERAL DO ESTADO	72	-
HST 5853	TÓPICO ESPECIAL – HISTÓRIA, MEDICINA E SOCIEDADE	72	
HST 5859	TÓPICO ESPECIAL – INTRODUÇÃO À HISTÓRIA E MULTIMÍDIA	72	-
HST 5861	TÓPICO ESPECIAL – UM OLHAR SOBRE OS ÍNDIOS DO BRASIL: O PONTO DE VISTA FRANCÊS	72	-
HST 5868	TÓPICO ESPECIAL – RELIGIÕES MEDIÚNICAS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	72	-
HST 5869	TÓPICO ESPECIAL – HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS	72	-
HST 5870	TÓPICO ESPECIAL – ÍNDIOS: COTIDIANO E REPRESENTAÇÃO	72	-
HST 5871	TÓPICO ESPECIAL – MOVIMENTOS SOCIAIS E HISTÓRIA	72	-
HST 5872	TÓPICO ESPECIAL – CINEMA E HISTÓRIA	72	-
HST 5876	TOPICO ESPECIAL – RELAÇÕES DE GENERO E HISTÓRIA	72	-
HST 5877	TÓPICO ESPECIAL - REVOLUÇÃO SEXUAL E GUERRA FRIA; OS ANOS 60 E 70 DO SÉCULO XX	72	-
HST 5878	TÓPICO ESPECIAL – A GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO	72	-
HST 5880	TÓPICO ESPECIAL – HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL	72	-
HST 5881	TÓPICO ESPECIAL-HISTÓRIA DA DIÁSPORA AFRICA NAS AMÉRICAS	72	-
HST 5882	TÓPICO ESPECIAL-HISTÓRIA DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E MEIO AMBIENTE NO BRASIL	72	-
HST 5883	TÓPICO ESPECIAL-CULTURA POLÍTICA, CIDADE E TRABALHO: ALGUNS TEMAS DA HISTÓRIA REPUBLICANA BRASILEIRA, 1930-1964	72	-
HST 5884	TÓPICO ESPECIAL-CINEMA E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA	72	-
HST 5885	TÓPICO ESPECIAL: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL	72	-
HST 5886	TOPICO ESPECIAL: HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA I-A GRANDE TRANSFORMAÇÃO	36	-
HST 5887	TOPICO ESPECIAL: LABORATÓRIO DE PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO	36	-
HST 5888	TOPICO ESPECIAL: LABORATÓRIO DE PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO II	36	-

HST 5889	TOPICO ESPECIAL: LABORATÓRIO DE PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO III	36	-
HST 5890	TÓPICO ESPECIAL - SEMINÁRIO DE PESQUISA: RELAÇÕES DE GÊNERO E HISTÓRIA	36	-
HST 5891	TÓPICO ESPECIAL – HISTÓRIA DA ÁFRICA I	72	-
HST 5892	TÓPICO ESPECIAL – HISTÓRIA DA ÁFRICA II	72	-
HST 5894	TÓPICO ESPECIAL – THOMPSON ESSENCIAL: UMA INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE E. P. THOMPSON	72	-
HST 5895	TÓPICO ESPECIAL – CULTURA POLÍTICA, NAÇÃO E MODERNIDADE NA REPÚBLICA: O BRASIL NOVO	72	-
HST 5898	ESTUDO DIRIGIDO EM HISTORIOGRAFIA – A MICRO-HISTÓRIA ITALIANA	36	-
HST 5901	PROGRAMA DE INTERCÂMBIO I	00	-
HST 5902	PROGRAMA DE INTERCÂMBIO II	00	HST 5901

DISCIPLINAS COMPLEMENTARES

- PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR O ALUNO DEVERÁ CURSAR , NO MÍNIMO, **120 HORAS-AULA** DE DISCIPLINAS FORA DO CURSO DE HISTÓRIA, NÃO SENDO POSSÍVEL TRANSFORMÁ-LAS EM HORAS HST.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- PARA INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR O ALUNO DEVERÁ REALIZAR , NO MÍNIMO, **240 HORAS-AULA**

CÓDIGO	DISCIPLINA	HORAS/AULA	PRÉ-REQ.
HST 7802	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	240	-

As atividades complementares deverão ser realizadas pelo formando e reconhecidas e homologadas pelo Colegiado do Curso. O formando deverá apresentar uma carga mínima obrigatória de 240 horas-aula de atividades complementares, como por exemplo: estágios não obrigatórios; atividades de voluntariado; bolsista do PET; monitoria; iniciação científica; frequência em oficinas, seminários e/ou disciplinas que assegurem o trânsito com a comunidade ou que para ela se destine o seu treinamento; a elaboração de projetos e/ou ações de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico; a produção de produtos que instrumentalizam ou que são resultantes das ações de ensino, pesquisa e extensão, tais como cartilhas, vídeos, filmes, softs, CDs, cassetes, dentre outros; realização de trabalho oferecido ou contratado por terceiros (comunidade ou empresa), incluindo assessorias, consultorias e cooperação interinstitucional; participação e/ou organização de eventos científicos, cursos, seminários; apresentação de trabalho; viagens de estudo; treinamento em laboratórios; participação em bancas de defesa; e outras atividades de extensão.

Observação: caso o formando venha exceder à carga horária mínima exigida, essas atividades não poderão ser validadas como disciplinas optativas.